

EDIÇÃO 29

CORREIO

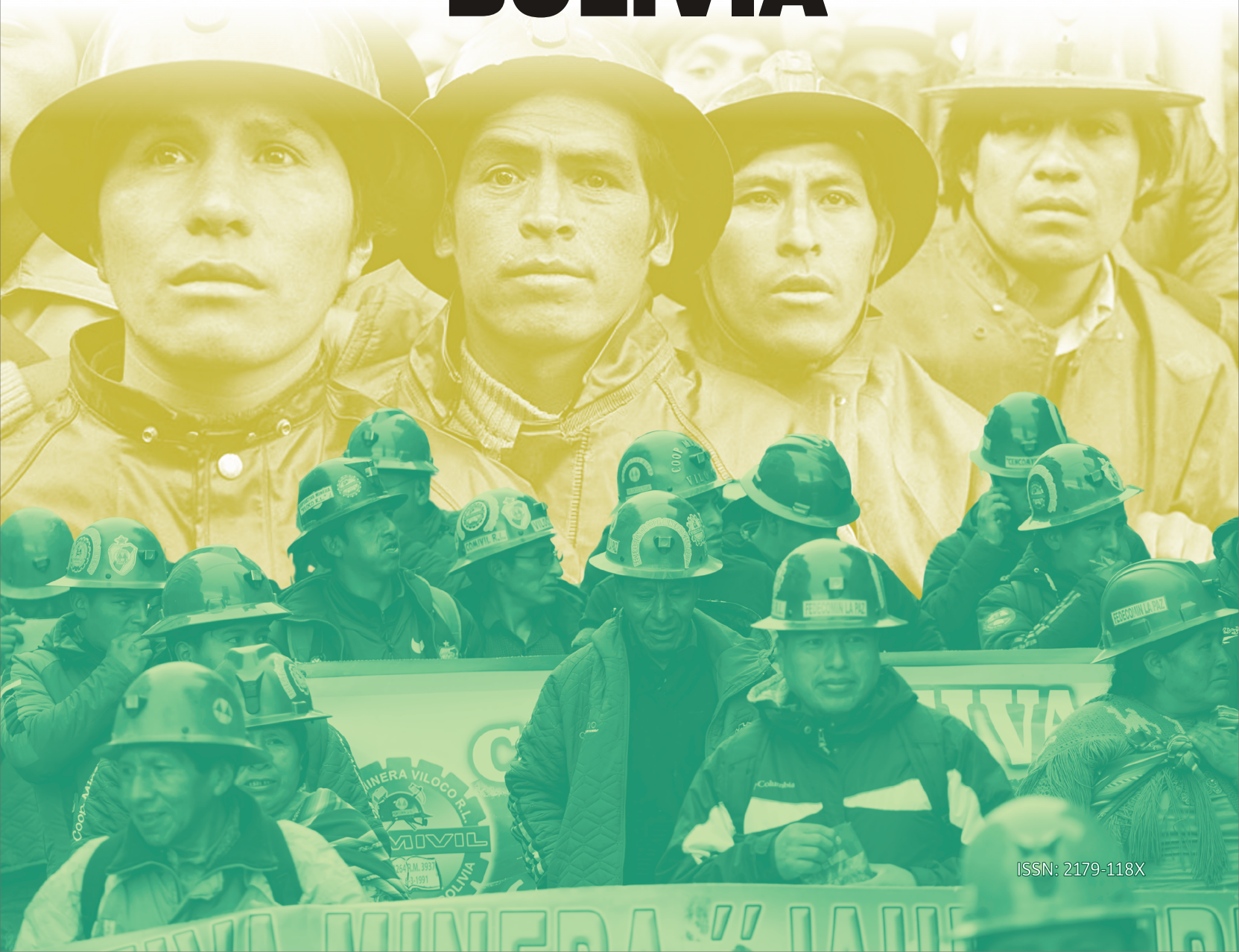
INTERNACIONAL

PUBLICAÇÃO DA LIT-QI
LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

JUNHO
2026

EDIÇÃO
29

ESPECIAL BOLÍVIA



ISSN: 2179-118X



SUMÁRIO

—	NOVA MOBILIZAÇÃO POPULAR E OPERÁRIA NA BOLÍVIA EM 2026.....	2
—	BOLÍVIA: A REBELIÃO POPULAR NA CRISE DA ORDEM MUNDIAL	7
—	BOLÍVIA: DO CICLO REVOLUCIONÁRIO À CONTENÇÃO DO MAS	15
—	BOLÍVIA – UMA REVOLUÇÃO OPERÁRIA E SOCIALISTA EM CURSO (2003) .	27
—	BOLÍVIA, ABRIL DE 1952: A REVOLUÇÃO OPERÁRIA QUE PODERIA TER MUDADO A AMÉRICA LATINA	32
—	BOLÍVIA – A INSURREIÇÃO TRAÍDA (1985)	43
—	CRONOLOGIA REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA BOLIVIA	52
—	BOLÍVIA: A DIREÇÃO DA COB NEGOCIA, TRAI O MOVIMENTO E O GOVERNO DECLARA ESTADO DE EXCEÇÃO.....	57

Editor responsável: Eduardo Almeida
Diagramação: Miau Ferr Alves Blackrucat
Acesse as publicações da LIT-QI em:
www.litci.org

Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional
Junho de 2026

NOVA MOBILIZAÇÃO POPULAR E OPERÁRIA NA BOLÍVIA EM 2026

LENA SOUZA, PSTU BRASIL E FLORENCE OPPEN (WV, EUA)

O RETORNO ÀS RUAS

A Bolívia atravessa a crise social e política mais profunda desde as jornadas insurreccionais de 2003, que derrubaram Gonzalo Sánchez de Lozada. Desencadeada pela guinada do presidente Rodrigo Paz Pereira, uma onda de mobilizações em massa, bloqueios e greves paralisa o país desde maio de 2026. O que começou como reivindicações setoriais pela qualidade do combustível e pela posse da terra transformou-se rapidamente em uma rebelião nacional que exige a renúncia do presidente sob o grito unificador: “Fora Paz!”. Nesta nova rodada de protestos, a Central Operária Boliviana (COB) e as organizações sociais indígenas, camponesas e de bairro desempenham um papel fundamental, o que acentua o caráter pré-revolucionário da situação. Ao mesmo tempo, a crescente resposta repressiva do Estado boliviano, apoiado por Trump, coloca à prova uma possível vitória das massas e um avanço rumo a uma mudança social e política de qualidade.

OS GATILHOS IMEDIATOS: A OFENSIVA NEOLIBERAL DO GOVERNO DE PAZ

Os protestos não são espontâneos, mas a consequência direta de um terremoto político iniciado com as eleições de agosto a outubro de 2025. Após quase duas décadas de governo do Movimento

ao Socialismo (MAS), que administrou o capitalismo boliviano sob um discurso de mudança, o processo foi derivando para uma crescente burocratização de suas estruturas políticas e sindicais, bem como para sua divisão. A crise econômica e política resultante do esgotamento desse modelo enfraqueceu o apoio popular ao governo e abriu espaço para o avanço dos setores de direita, que conseguiram disputar e ocupar posições de poder no Estado. Dessa forma, um eleitorado cansado pela profunda crise econômica (escassez de dólares, falta de combustível, inflação de 14%) puniu duramente o partido nas urnas. O MAS passou de uma bancada majoritária para apenas um deputado, e o candidato de direita, Rodrigo Paz Pereira (filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora), do Partido Demócrata Cristão (PDC), venceu o segundo turno prometendo estabilidade.

No entanto, uma vez no poder (assumiu em 22 de outubro de 2025), Paz implementou um pacote brutal de medidas de corte neoliberal que rapidamente destruiu seu apoio eleitoral:

1. **Decreto Supremo 5503 e eliminação de subsídios:** Revogou os subsídios aos combustíveis, o que provocou um aumento imediato dos preços do diesel e da gasolina. Esse foi o gatilho inicial que unificou o mal-estar disperso.

2. **Crise do combustível adulterado:** O governo importou gasolina de baixa qualidade que causou avarias em massa nos motores dos veículos (especialmente de táxis e ônibus), afetando diretamente os trabalhadores autônomos do transporte público.

3. **Lei Fundiária nº 1720 (10 de abril):** promulgada para “reestruturar” a propriedade agrária, permitia o uso de terras comunitárias e pequenas propriedades como garantia bancária.

Isso foi interpretado pelos movimentos camponeses e indígenas como o prelúdio de uma expropriação em massa em favor dos latifundiários e



do agronegócio, o que abriu as portas para privatizações dissimuladas.

4. **Pacote econômico completo:** Anulação do imposto sobre grandes fortunas, liberalização das importações, congelamento dos salários públicos e anúncio de uma reforma constitucional para priorizar o investimento estrangeiro em recursos naturais.

Essas medidas, aplicadas em apenas seis meses, demonstraram uma rápida aliança do governo com a oligarquia agroindustrial de Santa Cruz e o capital financeiro internacional, revertendo as poucas conquistas sociais que o MAS havia preservado do ciclo de lutas de 2003-2005.

O PAPEL DA COB E OS ESPAÇOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

Diante dessa ofensiva, a classe trabalhadora e os povos indígenas responderam com métodos históricos de ação direta. O fator central que canalizou e radicalizou o descontentamento foi a Central Operária Boliviana (COB), embora em uma relação tensa e dinâmica com as bases e com outras organizações.

A COB, sob a direção de seu executivo, Mario Argollo, desempenhou um papel crucial ao convocar, em 1º de maio de 2026, uma assembleia em El Alto que declarou a **greve geral por tempo indeterminado**. No entanto, ao longo do conflito, a direção da COB apresentou contradições. Enquanto as bases pressionavam para aprofundar a luta e gritavam o slogan “Fora Paz”, setores burocráticos do movimento, afiliados e não afiliados à COB, como a Confederação dos Trabalhadores da Educação e os

transportadores, mostraram-se propensos a negociações setoriais com o governo (como o bônus anual para professores ou a indenização aos transportadores). Finalmente, sob pressão das bases, uma reunião ampliada nacional da COB, o cabildo da FEJUVE (Federação das Juntas de Vizinhança de El Alto) e a reunião ampliada da **Federação Departamental Única dos Trabalhadores Rurais de La Paz “Tupac Katari”**, no início de junho, ratificou a continuidade das medidas de pressão e a exigência central da renúncia de Paz, o que constitui uma derrota para a estratégia governamental de negociação por setores com o objetivo de desmobilizar.

O verdadeiro motor da rebelião foi a capacidade de auto-organização que ultrapassou as próprias lideranças tradicionais. Os espaços-chave foram:

- **A Federação de Camponeses Túpac Katari e os Ponchos Rojos:** Essas organizações indígenas aimarás do altiplano implementaram um bloqueio total das estradas e bloqueios indefinidos nos acessos a La Paz e El Alto, demonstrando notável disciplina e capacidade de combate.

- **A FEJUVE** (Federação das Juntas de Vizinhança) de El Alto: El Alto voltou a ser o epicentro da insurreição. As juntas de vizinhança organizaram barricadas, postos de vigilância e logística para sustentar o bloqueio da cidade, recriando os métodos de 2003.

- **Marchas autônomas:** A “Marcha pela Vida para Salvar a Bolívia”, convocada por Evo Morales (setor evista do MAS), percorreu 300 km do Trópico de Cochabamba até La Paz e se juntou

aos protestos em 18 de maio. Além disso, camponeses da Amazônia caminharam por 24 dias até a sede do governo.

- **Sindicatos de base** — professores urbanos e rurais, mineiros e operários — mantiveram a greve em várias regiões, mesmo quando suas lideranças nacionais aceitavam acordos, o que demonstrou a independência das bases.

A unidade de ação entre operários urbanos, camponeses, indígenas, transportadores e juntas de bairro configurou um **bloco social em luta** que não se via desde a Guerra do Gás. A COB, embora



com limitações, funcionou como um guarda-chuva articulador, mas o poder real residiu nos bloqueios e na capacidade das bases de sustentar a luta por mais de um mês.

O CARÁTER PRÉ-REVOLUCIONÁRIO E A SITUAÇÃO DE DUPLO PODER

A situação atual na Bolívia apresenta características pré-revolucionárias, dado o surgimento de elementos de **organismos de duplo poder** no território.

Existe um duplo poder de fato. O governo de Paz mantém o controle formal do aparato estatal, do palácio do governo, do reconhecimento internacional e, crucialmente, do comando

nominal das Forças Armadas. No entanto, em amplas regiões do país — particularmente no altiplano, na cidade de El Alto, nas províncias de La Paz e em partes de Cochabamba e Oruro — a autoridade real é exercida pelas organizações



mobilizadas.

As organizações camponesas e de bairro controlavam mais de 104 pontos de bloqueio no início de junho. São elas que determinam quais mercadorias, combustíveis ou alimentos entram ou saem das cidades. O governo não consegue garantir a livre circulação nem o abastecimento, o que gera prejuízos milionários à burguesia e uma crescente paralisia econômica.

Enquanto Paz é visto pelas classes médias urbanas e pela classe empresarial como um “defensor da democracia” diante de “grupos radicais”, para os setores populares mobilizados, o presidente perdeu toda a legitimidade. Seu mandato é considerado ilegítimo por ter aplicado um programa oposto ao que prometeu durante a campanha. Os slogans “Fora Paz” não apenas exigem sua renúncia, mas também expressam o esgotamento do regime político.

Um elemento que impede a consolidação de uma situação revolucionária clássica (com a queda iminente do governo) é a falta de uma alternativa de poder

clara e unificada por parte das organizações populares. A crise de direção estratégica se expressa com três saídas possíveis:

- A opção de **novas eleições**, impulsionada por Evo Morales, é vista com ceticismo pelos setores mais radicalizados, que apontam que a democracia burguesa demonstrou seus limites e que as eleições, sem resolver a questão do poder dos empresários, não mudarão substancialmente a situação do país. No entanto, continua sendo a saída mais defendida pelas principais lideranças políticas e sindicais do movimento popular e, diante da ausência de uma alternativa estratégica impulsionada por essas mesmas lideranças, é também a proposta que hoje concita maior apoio entre amplos setores das bases.

- O **vice-presidente Edmand Lara** tentou se distanciar de Paz para se apresentar como uma “opção de consenso”, mas é rejeitado pelas bases como uma manobra da própria burguesia.

O vice-presidente Edmand Lara procurou diferenciar-se parcialmente de Paz para se apresentar como uma alternativa de consenso entre as diferentes alas do governo e da oposição. No entanto, em vez de se apoiar na mobilização popular, apostou em negociações e acordos com os setores ligados tanto a Paz quanto a Evo Morales. Para numerosos ativistas e setores mobilizados, essa orientação não representa uma verdadeira alternativa, mas uma tentativa de recompor a governabilidade por meio de pactos entre as cúpulas políticas, deixando de lado as demandas das bases em luta.

- Finalmente, delineia-se **uma perspectiva anticapitalista:**

setores da esquerda revolucionária (como a LIT-CI) levantam a consigna “Todo o poder à COB”. Partindo da experiência acumulada pelos movimentos operários, camponeses e indígenas, esses setores sustentam que uma saída de fundo para a crise exigiria que as organizações dos trabalhadores e do povo avançassem para a construção de um poder próprio, independente das instituições do Estado e dos partidos da burguesia. Nesse contexto, defendem a perspectiva de “Todo o poder para a COB e para as organizações operárias, camponesas e indígenas”, propondo a necessidade de que sejam essas organizações as responsáveis pela condução política do país e pela implementação de transformações estruturais. No entanto, essa posição continua sendo minoritária no movimento, já que as principais direções sindicais e populares continuam apostando em saídas centradas na negociação política ou em uma nova convocação eleitoral.

Apesar dessas limitações, a correlação de forças é a mais favorável ao movimento popular desde 2003. O governo encontra-se encurralado, sem capacidade de governar em vastas áreas, e a única maneira de se sustentar é por meio da crescente repressão e da imposição do estado de sítio.

A repressão do Estado com o apoio do imperialismo norte-americano

Diante de sua fraqueza, o governo de Rodrigo Paz respondeu com uma escalada repressiva que busca decapitar o movimento e recuperar o controle pela força.

O governo está levando adiante a criminalização e a

perseguição judicial dos protestos, qualificando-os de “terrorismo” e “narcotráfico”. Foram emitidos mandados de prisão contra os principais dirigentes da COB (Mario Argollo, que passou à clandestinidade), líderes da FEJUVE (Justino Apaza), dirigentes camponeses e ex-senadoras do MAS, como Simone Quispe. Esses mandados, em alguns casos revogados temporariamente pelos juízes para abrir um falso diálogo, visam aterrorizar a liderança e esvaziar os protestos de direção.

A repressão judicial vem acompanhada de uma repressão crescente nas ruas. As forças policiais dispersaram marchas e bloqueios com gás lacrimogêneo,

balas de borracha e prisões em massa. Segundo denúncias de organizações sociais, o conflito deixou pelo menos seis mortos, entre eles um mallku de Taraco e um manifestante morto durante a repressão em San Julián.

Além disso, somam-se cerca de 365 detidos e dezenas de líderes sindicais, camponeses e indígenas perseguidos ou processados. Entre os casos mais denunciados estão o sequestro de líderes por grupos civis ligados ao governo e a recente repressão à marcha em La Paz, que terminou com novas prisões e manifestantes feridos. As organizações mobilizadas denunciam uma escalada repressiva destinada a desarticular o protesto social e um cerco

informativo para minimizar a magnitude dos fatos.

A jogada mais perigosa do governo foi aprovar, às pressas, no Congresso, uma nova **Lei de Regulamentação dos Estados de Exceção** (7 de junho de 2026). Essa lei confere ao Executivo os seguintes poderes excepcionais:

- **Proteção normativa** que permite o envio imediato das Forças Armadas em conflitos internos e define os protocolos para “intervir” em estradas bloqueadas, o que, em geral, é proibido pela Constituição.

- **Redução das garantias dos direitos de protesto**, declarando os protestos rodoviários e os bloqueios de estradas como atentados à segurança interna, com



penas de prisão de 3 a 5 anos para os bloqueadores.

- **Mobilização militar:** autoriza o presidente a decretar o estado de sítio e mobilizar as Forças Armadas para “restabelecer a ordem” nas zonas declaradas em estado de exceção.

- **Proteção jurídica** às forças repressivas: o artigo 26 presume a legalidade das ações das Forças Armadas e da Polícia durante os estados de exceção, enquanto o artigo 27 garante a defesa legal, financiada pelo Estado, aos membros processados por fatos ocorridos nas operações.

A promulgação desta lei transforma o conflito: já não se trata de um protesto social, mas de uma possível guerra interna, com o exército como protagonista.

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, deu seu apoio explícito ao governo de Paz, associando os protestos ao “narcotráfico” e ao “terrorismo”. Esse apoio não é gratuito: em troca, o governo de Paz alinhou sua política externa a Washington, revertendo décadas de relativa independência regional. Hegseth declarou que seu país apoiará a Bolívia para que ela não caia “na armadilha do antigo status quo de domínio narcoterrorista”. Esse apoio internacional fortalece a posição do governo para aplicar medidas duras sem medo de sanções.

A BOLÍVIA EM UMA NOVA ENCRUZILHADA REVOLUCIONÁRIA

A Bolívia encontra-se em uma encruzilhada histórica. A tentativa do presidente Rodrigo Paz de impor um programa neoliberal radical desencadeou uma rebelião popular que, na prática, resultou em uma situação de **duplo poder**.

A Central Operária Boliviana e as organizações sociais autônomas demonstraram uma enorme capacidade de mobilização e resistência, mantendo bloqueios e greves por mais de cinco semanas, apesar da repressão e das manobras governamentais.

O movimento enfrenta desafios decisivos

1. **A unidade e a centralização:** A luta continua desigual em todo o país. Cidades como Santa Cruz (bastion da direita) não estão tão mobilizadas quanto La Paz e El Alto. A COB deve alcançar a plena incorporação de todos os setores em âmbito nacional.

2. **Derrotar a repressão e o estado de sítio:** Com a nova Lei de Exceção, o governo busca uma saída militar para o conflito.

Uma repressão massiva, com o apoio dos EUA, poderia tentar esmagar a rebelião, mas à custa de um banho de sangue e de uma crise ainda mais profunda.

3. **A questão do poder:** A exigência de “Fora Paz” é negativa (tirar alguém), mas ainda não se traduziu em uma proposta positiva de poder por parte das organizações populares. A história da Bolívia (2003, 2005) mostra que destituir um presidente não basta se o Estado não for transformado. As bases radicalizadas pressionam por uma assembleia constituinte popular ou por um governo da COB, mas as lideranças ainda flertam com saídas institucionais (eleições, um vice-presidente).

Em resumo, a explosão iniciada em maio de 2026 é a expressão mais aguda da crise do regime político boliviano. O governo de Paz, deslegitimado por seu próprio programa, só se sustenta com a repressão e o apoio de Trump. O movimento popular,

com a COB à frente, mas impulsionado pela auto-organização de base, tem a oportunidade histórica de resolver as tarefas pendentes de 2003: a destruição do Estado burguês e a construção de um verdadeiro poder operário, camponês e indígena. O desfecho dessa rebelião definirá o rumo do país nas próximas décadas. ■

BOLÍVIA: A REBELIÃO POPULAR NA CRISE DA ORDEM MUNDIAL

LÍTIO, DISPUTA INTERIMPERIALISTA E LUTA DE CLASSES NO CORAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

EDU ALMEIDA E FLORENCE OPPEN

INTRODUÇÃO

A Bolívia vive uma nova onda de bloqueios, greves e protestos. Não se trata de mais uma crise política. É uma rebelião popular que ocorre em um mundo muito diferente do de 2003 e 2005. A ordem internacional mudou. Mas a exploração dos trabalhadores bolivianos permanece intacta.¹

No entanto, a rivalidade interimperialista entre os Estados Unidos e a China não é um pano de fundo abstrato. Ela se expressa nas forças políticas bolivianas, condiciona as alianças de classe, atravessa a crise do MAS e a ascensão de Paz. A disputa pelo lítio, os contratos com Pequim, o apoio de Washington ao novo governo: tudo isso faz parte da mesma trama. Por isso, para compreender a rebelião popular de 2026, é preciso olhar simultaneamente para o Salar de Uyuni e para a disputa entre os grandes monopólios mundiais.²

Nesse contexto, o governo de Donald Trump impulsionou uma profunda redefinição da estratégia norte-americana em relação à América Latina. A política externa dos Estados Unidos tem definido a China cada vez mais como seu principal concorrente estratégico. A *National Security Strategy*, publicada em dezembro de 2025, identifica a competição com a China como um dos principais desafios do período e coloca o hemisfério ocidental entre as prioridades estratégicas dos Estados Unidos.³

Essa estratégia começou a se materializar em novas iniciativas econômicas e militares. Os Estados Unidos impulsionaram diversos mecanismos de

coordenação internacional voltados a garantir o acesso a minerais críticos e a reduzir a dependência de fornecedores chineses.⁴

Paralelamente, os Estados Unidos promoveram o Escudo das Américas, formalizado por meio de uma declaração conjunta do Departamento de Estado em 21 de maio de 2026. Os países membros — incluindo a Bolívia — expressaram seu apoio ao governo de Rodrigo Paz em meio aos protestos sociais, que classificaram como uma tentativa de “subverter a ordem constitucional” apoiada por “criminosos e narcotraficantes”.⁵

Portanto, a atual crise boliviana não deve ser entendida apenas como um conflito interno. A resistência ao ajuste econômico, a crise social e a gestão dos recursos nacionais se desenvolvem no contexto de uma crescente disputa interimperialista por recursos-chave para a economia global do século XXI. Compreender a relação entre a luta de classes e a ordem internacional é essencial para interpretar o significado histórico da atual rebelião boliviana.

A transformação econômica da Bolívia (2003-2024): auge, crise e dependência renovada

Para compreender a crise atual, é necessário examinar as transformações pelas quais a economia boliviana passou nas últimas duas décadas. O chamado “modelo econômico social comunitário produtivo”, impulsionado pelo MAS desde 2006, baseava-se em três pilares: a recuperação, pelo Estado, de uma parte significativa da renda proveniente dos hidrocarbonetos, o aumento dos gastos públicos e a forte expansão do investimento estatal. Favorecida pelo boom internacional das matérias-primas, a



Bolívia atravessou um dos períodos de crescimento mais prolongados de sua história recente.

Entre 2003 e 2024, o PIB nominal passou de aproximadamente 10 bilhões de dólares para cerca de 47 bilhões, enquanto o PIB per capita aumentou de pouco mais de 1.000 dólares em 2005 para cerca de 3.800 dólares em 2024. A pobreza extrema diminuiu de 38% para 15% no mesmo período.⁶

No entanto, esse crescimento ocorreu, como no resto da América Latina, como parte da adaptação à divisão internacional do trabalho imposta pelo imperialismo: essencialmente extrativista. O caso boliviano, que por décadas se apoiou no estanho, passou a se concentrar na

produção e exportação de gás natural (em particular para o Brasil e a Argentina), sem desenvolver a cadeia produtiva. Em vez de superar a dependência, o auge permitiu administrá-la em condições excepcionalmente favoráveis graças ao boom das commodities.⁷

A partir da segunda metade da década de 2010, surgiram sinais claros de esgotamento do ciclo do gás, devido ao fim do boom das commodities e à diminuição das exportações para o Brasil e a Argentina (que passaram a produzir mais). As reservas internacionais, que atingiram cerca de 15 bilhões de dólares em 2014, caíram para menos de 2 bilhões de dólares em 2025. O *Wall Street Journal* descreveu essa queda como “uma das crises de liquidez mais graves da região”.⁸

Nesse contexto, o lítio tornou-se a principal aposta estratégica do Estado boliviano. Esperava-se que o “ouro branco” substituísse o gás como motor de crescimento. No entanto, os resultados ficaram aquém do esperado. Apesar de possuir as maiores reservas teóricas de lítio, a Bolívia produziu apenas 1.200 toneladas anuais de carbonato de lítio em 2024, em comparação com as 200.000 toneladas do Chile e as 150.000 toneladas da Argentina. O caminho acidentado da industrialização do lítio, após dezessete anos de promessas, deixou a Bolívia de fora do boom da eletromobilidade.⁹

Paralelamente, a estrutura das relações econômicas internacionais do país se transformou. Em 2003, os Estados Unidos eram um dos principais

parceiros comerciais da Bolívia. Duas décadas depois, a China tornou-se o principal parceiro comercial e fornecedor da Bolívia, enquanto os Estados Unidos passaram para um segundo plano. Empresas chinesas como CAMC Engineering, Sinohydro, Huawei, TBEA Group e o consórcio CBC (CATL-Brup-CMOC) tornaram-se atores centrais da economia boliviana.¹⁰

A dependência boliviana não desapareceu, mas assumiu uma forma mais complexa. A crise de rentabilidade do capitalismo norte-americano abriu espaço para a expansão de empresas e de financiamentos chineses. Conforme documentado em uma tese da Universidade de Barcelona (2024), a dependência da Bolívia mudou de direção, mas não se rompeu: de depender do capital norte-americano, passou a depender do capital chinês.¹¹

O Triângulo do Lítio e a

disputa interimperialista

A América Latina tornou-se um dos cenários centrais da disputa entre os Estados Unidos e a China. Mais de vinte países da região, incluindo Bolívia, Argentina, Chile, Peru, Equador e Colômbia, aderiram à Iniciativa da Faixa e Rota (BRI), com um investimento chinês acumulado que ultrapassa os 180 bilhões de dólares.¹²

Nos últimos anos, ocorreu uma mudança significativa. Enquanto, inicialmente, os investimentos chineses se concentravam na extração de matérias-primas, agora buscam controlar segmentos mais amplos das cadeias de valor. Como aponta o Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL), a China passou de saturar o mercado de lítio a destruir a rentabilidade de projetos rivais a garantir contratos de longo prazo com produtores no Chile, na Argentina e na Austrália.¹³

A Bolívia ocupa uma posição central nessa disputa. Juntamente com a Argentina e o Chile, ela integra o chamado Triângulo do Lítio, que concentra cerca de 60% dos recursos mundiais desse mineral. De acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), a Bolívia possui cerca de 23 milhões de toneladas de recursos identificados, a Argentina, 22 milhões, e o Chile, 11 milhões. No entanto, a diferença entre o potencial geológico e a capacidade produtiva é enorme. Em 2024, a Bolívia produziu apenas 1.200 toneladas de carbonato de lítio, contra 200.000 do Chile e 150.000 da Argentina.¹⁴

O lítio não tem valor como mineral em bruto. Tem valor pelo que permite: baterias, carros elétricos, domínio tecnológico em um momento crucial de transformação da matriz energética de produção e de integração da IA em todos os



níveis da indústria. Quem controla a tecnologia de extração, refino e produção de cátodos — esse fica com a maior parte do lucro. A Bolívia tem o recurso, mas a renda é gerada em elos monopolizados por poucas corporações transnacionais.

A China é hoje uma “potência imperialista emergente em disputa com os Estados Unidos”, que segue a mesma lógica das potências clássicas: garantir matérias-primas, mercados e investimentos para sustentar sua acumulação.¹⁸ Suas grandes corporações — CATL, BYD, CMOC, Zijin Mining, Ganfeng Lithium — operam como monopólios globais: exportam capital, controlam tecnologias estratégicas e organizam cadeias de produção em escala mundial.

De acordo com o relatório mais recente da Agência Internacional de Energia (2025), a China controla 70% do refino mundial de minerais críticos e detém quotas de 80% ou mais em múltiplos segmentos da cadeia de abastecimento de baterias, alcançando um quase monopólio (superior a 95%) em materiais como os cátodos de fosfato de ferro e lítio (LFP). Paralelamente, os governos da Bolívia, Argentina e Chile assinaram, em julho de 2025, o Tratado de Cooperação e Integração Litífera, buscando aumentar sua capacidade de negociação diante das grandes corporações.¹⁵

Enquanto os Estados Unidos e a China disputam o controle do “ouro branco”, são os trabalhadores bolivianos — mineiros, camponeses, operários, transportadores — que sustentam, com seus corpos e suas lutas, a

possibilidade de uma saída diferente. A renda do lítio não chega aos seus bolsos. Mas sua capacidade de paralisar a economia e colocar qualquer governo de joelhos é o verdadeiro poder estratégico do país.

Essa presença se manifesta de forma concreta no Triângulo do Lítio. No Chile, a norte-americana Albemarle continua sendo uma das principais produtoras, enquanto a chinesa Tianqi Lithium adquiriu uma participação na SQM. Na Argentina, a Ganfeng Lithium participa de projetos como Cauchari-Olaroz. Na Bolívia, o consórcio CBC tornou-se o principal parceiro estrangeiro da YLB. A BYD, fabricante de carros elétricos que ultrapassou a Tesla em vendas globais, apresentou em maio de 2026 uma proposta para instalar uma fábrica de baterias na Bolívia.¹⁶

A disputa pelo lítio não apenas reorganizou as relações entre a Bolívia e as grandes potências. Também reconfigurou o sistema político boliviano e acelerou a crise do próprio MAS.

O MAS e a penetração chinesa na Bolívia

O caso boliviano ilustra as contradições do chamado “socialismo do século XXI” na América Latina. Após quase duas décadas de governos do MAS, a Bolívia não superou sua dependência estrutural nem desenvolveu uma base tecnológica própria para industrializar seus principais recursos. Pelo contrário, o esgotamento do ciclo do gás e a aposta no lítio aprofundaram novas formas de subordinação econômica e tecnológica.¹⁷

A crescente relação entre o MAS e a China evidenciou uma nova configuração de interesses de classe na burguesia boliviana. Enquanto os setores empresariais tradicionais mantinham laços históricos com os Estados Unidos, os governos do MAS impulsionaram a ascensão de novos setores burocráticos e tecnocráticos cuja acumulação dependia dos gastos estatais e da articulação com novos parceiros internacionais. A China oferecia financiamento e tecnologia sem exigir as reformas que o FMI historicamente impunha. Essa convergência facilitou a aproximação entre o MAS e o capital chinês.

Durante o governo de Evo Morales (2006-2019), foram lançadas as bases do rentismo extrativista. O lítio foi declarado recurso estratégico não concessionável na Constituição de 2009 e a empresa estatal YLB foi criada em 2016. No entanto, a estratégia de Morales, baseada em “piscinas de evaporação”, revelou-se ineficaz no Salar de Uyuni devido à alta concentração de magnésio. Após o fracasso de um contrato com a alemã ACI Systems (anulado em 2019), Morales recorreu à China e assinou acordos com o TBEA Group e a CAMC Engineering.¹⁹

O governo de Luis Arce (2020-2025) deu uma guinada radical em direção à extração direta de lítio (EDL), uma tecnologia que a Bolívia não possui. Em setembro de 2024, foi assinado um contrato com a russa Uranium One Group no valor de 970 milhões de dólares. Em novembro de 2024 e janeiro de 2025, foram assinados contratos com o consórcio chinês CBC no

valor total de 1,03 bilhão de dólares. O ministro da Energia justificou: “A Rússia e a China têm a tecnologia que nós não temos”.

No entanto, uma juíza suspendeu os projetos em agosto de 2025 após denúncias de comunidades indígenas por falta de consulta prévia. O Center for International Private Enterprise (CIPE), vinculado ao National Endowment for Democracy, classificou os contratos como uma possível tentativa de “captura autoritária” da indústria do lítio. Organizações indígenas e civis questionaram os acordos por falta de transparência.²⁰

A gestão de Arce aprofundou a guinada: o capital estrangeiro assumiu o controle da tecnologia, o discurso anti-imperialista do MAS foi deixado de lado e a eliminação dos subsídios aos combustíveis — por meio do Decreto Supremo nº 5503, de 17 de dezembro de 2025 — implementou o ajuste que Sánchez de Lozada tentou em 2003.²¹

A FRATURA DO MAS

O conflito interno entre o evismo e o arcismo, intensificado entre 2024 e 2025, vai além de uma disputa pessoal. Sua origem reside na luta pelo controle do Estado, pela renda proveniente dos recursos naturais e pelos grandes projetos de lítio. A fratura do MAS refletiu as contradições decorrentes da inserção da Bolívia na disputa entre os Estados Unidos e China.²²

O arcismo: a aposta sino-russa. Arce apostou em uma parceria estratégica com capitais estrangeiros capazes de fornecer financiamento e tecnologia, mesmo que isso implicasse uma

forte dependência. Isso expressava os interesses de funcionários e tecnocratas cuja acumulação de cargos dependia da continuidade desses projetos.

O evismo: oposição ao novo bloco de poder. Morales tornou-se o principal crítico dos acordos com a China e a Rússia, denunciando a opacidade e as condições desfavoráveis. Mas essas críticas também refletiam uma disputa política: o sucesso dos projetos de Arce consolidaria um novo bloco de poder no MAS, o que reduziria a influência deste.

Andrónico Rodríguez. O presidente do Senado se distanciou de ambos e concorreu às eleições de 2025 pelo próprio partido. Essa fragmentação foi letal: o MAS, que em 2020 havia obtido 55% dos votos, obteve apenas 3,16% em 2025, chegando perto de perder a personalidade jurídica.²³

Os limites históricos do MAS. Durante quase duas décadas, ele construiu um bloco de poder baseado na renda dos hidrocarbonetos, mas não consolidou uma base autônoma de acumulação. Novos setores burgueses foram se formando a partir do aparato do Estado, que se dividiram em torno do controle do lítio. Quando a renda diminuiu, essa fraqueza se transformou em uma crise política aberta. A falta de uma liderança revolucionária continua sendo o ponto fraco da luta de classes na Bolívia.²⁴

O vácuo deixado pelo MAS foi o terreno em que a burguesia tradicional começou a se reorganizar. A fragmentação do partido governante abriu a oportunidade para que os setores

empresariais e políticos, marginalizados durante quase duas décadas, reconstruíssem uma alternativa comum. Essa alternativa encontrou expressão em Rodrigo Paz.²⁵

A BURGUESIA TRADICIONAL E A ASCENSÃO DE RODRIGO PAZ

Rodrigo Paz Pereira, filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora e formado pela American University de Washington, D.C., venceu as eleições de 2025 com a coalizão Alianza Patria, que agrupa o Creemos (Camacho), a Unidad Nacional (Doria Medina), SOL.bo (Revilla) e o MIR-Nueva Mayoría. Trata-se de uma frente política da burguesia que vai da direita autonomista radical ao neoliberalismo empresarial.²⁶

O programa de Paz, Agenda 50/50, propõe a descentralização radical, a eliminação das barreiras tarifárias e a criminalização do protesto social. Embora tenha declarado sua oposição ao FMI, seu projeto é um ajuste estrutural clássico: eliminação de subsídios, desregulamentação e abertura total ao capital estrangeiro.²⁷

O governo de Paz é a expressão de uma fração da burguesia boliviana que aposta na reintegração ao circuito tradicional de acumulação: Estados Unidos, FMI, investidores ocidentais. Eles acreditam que, ao se amarrarem novamente ao capital norte-americano, garantem maior renda e estabilidade. Para os trabalhadores, a diferença é mínima: com um senhor ou outro, são sempre eles que pagam o ajuste.²⁸

A CRISE ATUAL: REBELIÃO POPULAR, REPRESSÃO E INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

As mobilizações populares que eclodiram a partir de dezembro de 2025 e se intensificaram em maio e junho de 2026 expressam uma profunda rejeição à deterioração das condições de vida, ao aumento do custo dos combustíveis, às políticas de ajuste e à percepção de que os recursos estratégicos continuam subordinados a interesses externos. Organizações camponesas, setores indígenas, sindicatos e conselhos de bairro voltaram a ocupar um lugar central. O Alto recuperou o protagonismo que havia tido em 2003 e 2005.²⁹

A resposta do governo foi a repressão. Mas o traço mais significativo é a rápida intervenção dos Estados Unidos. Nos dias 4 e 5 de junho de 2026, o secretário de Estado Marco Rubio e o secretário de Defesa Pete Hegseth anunciaram o envio de “assistência de emergência” ao governo de Paz no âmbito do Escudo das Américas. Rubio classificou os protestos como “uma tentativa de golpe financiada pelo narcotráfico”, enquanto Hegseth denunciou o suposto retorno ao “domínio narcoterrorista”. Pela primeira vez desde 2006, os Estados Unidos intervieram de forma tão explícita em uma crise política boliviana.³⁰

Enquanto os Estados Unidos apoiavam abertamente Paz, a China adotou uma estratégia diferente: evitar intervir diretamente e concentrar-se em garantir a continuidade dos contratos. Por meio de sua embaixada, declarou seu “respeito à soberania da Bolívia” e sua “confiança de que o governo

cumprirá os contratos”. A China não precisa de tanques para garantir seu acesso ao lítio boliviano: ela tem dívidas, contratos e uma rede de interesses econômicos interligados.³¹

A força das organizações operárias, camponesas e indígenas contrasta com a falta de uma direção política independente de classe. A COB, a FEJUVE e os sindicatos camponeses mantêm autoridade e capacidade de mobilização, mas nenhum deles conseguiu articular uma estratégia comum para disputar o poder. A fragmentação da liderança das massas — entre arcistas, evistas, autonomistas e independentes — é tão real quanto a da burguesia.

A política reformista dos “campos” revela mais uma vez sua verdadeira essência

Hoje a Bolívia está no centro da luta de classes do continente. Trump obteve uma vitória política na Venezuela, assumindo o controle do petróleo e impondo Delcy Rodríguez.

Ele busca uma nova vitória na Bolívia. Se, ao contrário, o governo de Paz cair sob a pressão do movimento de massas, isso será uma grave derrota para Trump.

A forte polarização social e política no continente pode culminar em uma ascensão revolucionária semelhante à da Colômbia, do Equador e do Chile entre 2018 e 2020, que foi canalizada para a democracia burguesa pelas lideranças reformistas. Mas essa ascensão entra em conflito não apenas com a extrema direita e Trump, mas também com a democracia burguesa. O apoio de Lula ao

governo de Paz contra as massas é um símbolo dessa política: o reformismo se alia à burguesia e ao imperialismo para manter a paz e a democracia burguesa.

Nem Estados Unidos nem China: a perspectiva de uma saída independente de classe

A crise boliviana expressa a convergência de três processos: a crise da ordem internacional após a restauração capitalista na ex-URSS; a ascensão da China como potência capaz de disputar espaços com os Estados Unidos; e a crise dos projetos nacional-populares que tentaram administrar a dependência sem romper com ela.³²

A crescente agressividade da política norte-americana em relação à Bolívia — NSS, Escudo das Américas, apoio direto à Paz — evidencia a perda de influência dos Estados Unidos nas duas décadas anteriores. Recuperar a presença no Triângulo do Lítio é fundamental para sua estratégia global de competição com a China. A competição pelo controle dos minerais estratégicos, das cadeias de abastecimento e dos espaços de investimento constitui uma manifestação concreta da disputa pela acumulação mundial. Nesse contexto, os monopólios norte-americanos buscam recuperar posições diante da expansão dos capitais chineses na América Latina, enquanto o Estado norte-americano atua como o principal instrumento político, diplomático e militar desses interesses.

Durante quase vinte anos, o MAS não alterou a inserção subordinada da Bolívia na economia mundial. Conforme documenta o CEDLA, a crise

energética e fiscal “não é conjuntural, mas o resultado de um modelo de produção e consumo insustentável” baseado na renda extrativista. A articulação com a China e a Rússia prolongou a viabilidade do projeto, mas quando a renda diminuiu, as contradições explodiram. A burguesia tradicional aproveitou esse colapso para se recompor em torno de Paz, com o apoio dos Estados Unidos.³³

As massas bolivianas têm demonstrado repetidamente que são capazes de derrubar governos (2003, 2005) e colocar em xeque os poderes estabelecidos (2019, 2026). O que lhes tem faltado não é força, mas uma direção política que articule essa força em um programa de poder operário e camponês. A COB, a FEJUVE e as organizações indígenas possuem autoridade moral e capacidade organizativa. Falta a vontade política para romper com o reformismo e com a ilusão de que é possível administrar o capitalismo com rosto humano.

A experiência boliviana mostra que a força das mobilizações de massas, por si só, não resolve a questão do poder. A construção de um partido revolucionário enraizado na classe trabalhadora, nos camponeses e nos povos indígenas continua sendo uma necessidade estratégica.³⁴

Não nos enganemos. A rivalidade interimperialista entre Washington e Pequim altera as formas da dominação imperialista, sem eliminar seu conteúdo de classe. O único caminho para a soberania nacional e uma verdadeira independência é que a

classe trabalhadora boliviana, aliada às comunidades indígenas, assumo o poder, coloque a economia e as terras sob controle operário, nacionalize verdadeiramente a produção e rompa a dependência de ambas as potências imperialistas e de seus interesses no país. Por isso, hoje mais do que nunca, a solidariedade internacionalista com a luta do povo boliviano é fundamental.

As mobilizações de 2026 voltaram a colocar no centro uma questão-chave da história contemporânea da Bolívia. Os bloqueios, a COB, a FEJUVE e as organizações camponesas demonstram que há forças sociais capazes de desafiar o Estado. Nesse contexto, a consigna “Todo o poder à COB” resume a necessidade de que a classe trabalhadora e os setores populares atuem com um programa próprio. A principal tarefa da nova rebelião continua sendo transformar essa força demonstrada em uma alternativa de poder que dispute o governo e abra o caminho para uma Bolívia socialista, integrada a uma federação socialista da América Latina. ■

NOTAS

¹ Sobre a crise da ordem mundial: **Historical Materialism**, vol. 32, n.º 3, 2024; Perry Anderson, **New Left Review** 147, 2024; Graham Allison, **Destined for War** (2017); IISS, **The Military Balance 2026**.

² Ibid.

³ **National Security Strategy 2025-2030** (Casa Branca, dezembro de 2025); USGS, **Mineral Commodity Summaries 2025**.

⁴ Um exemplo foi o FORGE (Forum on Resource Geostategic Engagement), lançado em fevereiro de 2026 com 56 países. **Yonhap News Agency**, 5 de fevereiro de 2026.

⁵ **Departamento de Estado dos EUA**, “Declaração conjunta dos membros do Escudo das Américas”, 21 de maio de 2026; **Reuters**, 21 de maio de 2026.

⁶ INE, **Contas Nacionais 2000-2024**; BCB, **Relatórios Anuais**; Banco Mundial, **Bolívia: Avaliação da Pobreza 2025**.

⁷ CEPAL, **América Latina e o Caribe: Recursos naturais, desenvolvimento e crise do extrativismo** (2025), cap. 4.

⁸ **The Wall Street Journal**, “Crise de liquidez na Bolívia”, 17 de janeiro de 2026.

⁹ **El País América Futura**, “O caminho acidentado do lítio na Bolívia”, 3 de junho de 2025; USGS, **Resumos de commodities minerais 2025**.

¹⁰ Ver nota 11.

¹¹ **Universidade de Barcelona**, tese de doutorado “Essays on the Political Economy of Trade Policy” (2024), cap. 4.

¹² CEPAL, “A Franja e a Rota da Seda na América Latina” (2024); RED ALC-China, **Investimento chinês na América Latina 2005-2024** (2025).

¹³ **Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL)**, “O mercado de lítio”, 24 de abril de 2026.

¹⁴ USGS, **Mineral Commodity Summaries 2025**; Universidade Complutense de Madri, “Produção e comercialização do lítio no Triângulo do Lítio” (2025).

¹⁵ IEA, **Perspectivas de Tecnologia Energética 2025**; **Mining.com**, “Bolívia, Argentina e Chile assinam acordo de cooperação sobre lítio”, 25 de julho

de 2025.

¹⁶ Reuters, “BYD apresenta plano de lítio à Bolívia”, 1º de junho de 2026.

¹⁷ Maristella Svampa,

Extratativismo, neoextrativismo e crise civilizacional (2023); Pablo Stefanoni, **A rebelião virou de direita?** (2025).

¹⁸ **Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)**, “China, a potência imperialista emergente em conflito com os EUA”, 21 de novembro de 2025.

¹⁹ **Financial Times**, “A maldição do ouro branco”, 14 de junho de 2018.

²⁰ Contratos: Reuters, 29 de junho de 2023, 26 de setembro de 2024, 26 de novembro de 2024.

Suspensão: **Mongabay Latam**, 25 de agosto de 2025. CIPE: **Center for International Private Enterprise**, “Securing the Lithium Sector”, dezembro de 2025.

²¹ **Decreto Supremo N.º 5503**, 17 de dezembro de 2025; **El Deber**, 30 de dezembro de 2025.

²² **Página/12**, “Bolívia: uma autodestruição”, 19 de outubro de 2025; **The Guardian**, 24 de agosto de 2025.

²³ **The Guardian**, 24 de agosto de 2025; **SWI swissinfo/EFE**, 18 de agosto de 2025.

²⁴ **CEDLA**, “Modelo rentista, crise e pobreza multidimensional”, abril de 2025.

²⁵ Jonas Wolff (PRIF), “Back to the Future? Bolívia após as eleições de 2025”, **Más Poder Local** n.º 62, 2025; **NACLA**, “Bolívia e seu destino”, 28 de outubro de 2025.

²⁶ **NACLA**, 28 de outubro de 2025; **Tribunal Supremo Eleitoral**, Resolução TSE n.º 045/2025.

²⁷ Rodrigo Paz, **Agenda de Governo “Bolívia 50/50”** (dezembro de 2025); entrevistas com **Reuters** e **FT**, novembro-dezembro de 2025.

²⁸ **Mining.com/Bloomberg**, 5 de fevereiro de 2026; **Reuters**, 5 de fevereiro de 2026.

²⁹ **Página Siete**, 20 de maio de 2026; **El Deber**, 25 de maio de 2026.

³⁰ Marco Rubio e Pete Hegseth, declarações de 4 a 5 de junho de 2026; APDHB, relatório de 5 de junho de 2026.

³¹ Embaixada da China na Bolívia, declarações públicas, junho de 2026.

³² Ver notas 1 e 2; **CEDLA**, “A crise energética na Bolívia é estrutural”, 31 de outubro de 2025.

³³ **CEDLA**, Carlos Arze Vargas, “A obsessão pela oferta”, 31 de outubro de 2025; **KAS**, “Bewährungsprobe für Boliviens Regierung”, 29 de maio de 2026.

³⁴ Sobre a necessidade de um partido revolucionário, ver a tradição trotskista (programa de transição, Quarta Internacional).

BOLÍVIA: DO CICLO REVOLUCIONÁRIO À CONTENÇÃO DO MAS

LENA SOUZA (PSTU B) Y ESPI RAMÓ (WV, EUA)

INTRODUÇÃO

Entre 2000 e 2005, a Bolívia foi um dos principais laboratórios da luta de classes na América Latina. Enquanto grande parte da esquerda mundial proclamava a estabilidade definitiva do capitalismo, as massas bolivianas protagonizaram levantes que questionaram não apenas um governo ou uma política econômica, mas também o conjunto de políticas neoliberais surgidas após a restauração capitalista. Essas políticas expressavam a ofensiva imperialista liderada pelos Estados Unidos, por meio do FMI e do Banco Mundial, com privatizações, ajustes estruturais e a abertura econômica forçada ao capital dos imperialismos ocidentais.

A Guerra da Água de Cochabamba, as rebeliões dos produtores de coca e dos camponeses, a insurreição de outubro de 2003 e as jornadas de maio-junho de 2005 marcaram uma das ascensões mais profundas da América Latina no século XXI. Em menos de cinco anos, vários governos caíram. Dezenas de milhares de camponeses bloquearam estradas, os mineiros voltaram à cena política e El Alto emergiu como o principal centro de poder popular do continente.

Em 2003, a Bolívia tinha aproximadamente 9 milhões de habitantes. As mobilizações de junho de 2005, com entre 400.000 e 500.000 pessoas nas ruas de La Paz, envolveram cerca de 5% da população. A COB reunia então aproximadamente 500 mil trabalhadores sindicalizados, o que representava cerca de 22% da população economicamente ativa.¹

Nos momentos culminantes dessa onda de lutas, surgiram elementos embrionários de uma alternativa de poder. As juntas de bairro de El Alto, os sindicatos de mineiros, a COB e diversas coordenadoras populares assumiram funções que escapavam ao controle estatal. Em junho de 2005, quando centenas de milhares lotaram as ruas de La Paz e se propôs uma

Assembleia Popular, a questão do poder deixou de ser um slogan e passou a ser um problema prático.²

Ali se revelou o limite estratégico da ascensão: as massas não conseguiram construir uma direção revolucionária capaz de propor a conquista do poder. O Movimento ao Socialismo (MAS) ocupou esse vazio. Seu papel histórico não foi conduzir a revolução, mas canalizar o processo para uma saída institucional dentro dos marcos da democracia burguesa.³

A experiência posterior do MAS confirmou tanto a força quanto os limites dessas expectativas. Durante mais de uma década, o boom das matérias-primas permitiu combinar crescimento, gastos sociais e relativa estabilidade política. Mas as contradições que deram origem à ascensão revolucionária nunca foram resolvidas. A crise de 2019 e as disputas atuais no próprio MAS são o resultado de uma estratégia que conseguiu conter uma revolução, mas não resolveu as causas que a tornaram possível.

A GUERRA DA ÁGUA: O INÍCIO DA ASCENSÃO

A primeira grande explosão ocorreu em Cochabamba em 2000. A privatização do serviço de água potável em favor da Aguas del Tunari — consórcio dominado pela norte-americana Bechtel — provocou uma reação imediata quando o governo autorizou aumentos tarifários entre 35% e 400%.⁴

Para milhares de famílias trabalhadoras e camponesas, essas tarifas significavam a impossibilidade de ter acesso a um recurso básico.

A resposta rapidamente ultrapassou os canais institucionais. A população tomou as ruas, enfrentou o exército e construiu seus próprios órgãos de coordenação por meio da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.⁵

A repressão não derrotou o movimento. Ela o fortaleceu. Por fim, o governo de Hugo Banzer foi obrigado a cancelar o contrato com a multinacional.

A importância histórica de Cochabamba ultrapassou a questão da água. Pela primeira vez desde a consolidação do modelo neoliberal, uma mobilização de massas derrotou uma das políticas centrais impulsionadas pelo imperialismo e pelos organismos financeiros internacionais.⁶ A vitória mostrou que as privatizações podiam ser revertidas por meio da ação direta e modificou a relação de forças em todo o país.

A Guerra da Água inaugurou, assim, uma nova etapa. O que começou como uma luta contra a privatização de um serviço público acabou se transformando no primeiro grande desafio à ordem neoliberal construída na Bolívia desde meados dos anos 80.

BLOQUEIOS CAMPONESES E CRISE DO REGIME

Nos anos seguintes, a ascensão continuou a se intensificar. Os cocaleros do Chapare e a CSUTCB, liderada por Felipe Quispe, paralisaram regiões importantes por meio de bloqueios de estradas, o principal instrumento de luta das massas rurais.⁷ A crise deixou de ser um fenômeno localizado e passou a assumir dimensão nacional. Camponeses, indígenas e cultivadores de coca apareciam cada vez mais frequentemente como atores capazes de desafiar diretamente a autoridade do Estado.

Por trás dessas lutas acumulava-se a rejeição a duas décadas de privatizações, ajustes econômicos, desemprego e subordinação aos Estados Unidos e aos organismos financeiros internacionais.

A chegada de Gonzalo Sánchez de Lozada à presidência em 2002 não resolveu nenhum dos

problemas acumulados. Pelo contrário, aprofundou a polarização social e política. As lutas deixaram de girar exclusivamente em torno de reivindicações setoriais e passaram a questionar mais abertamente a orientação geral do país e a legitimidade de quem o governava.

OUTUBRO DE 2003: A INSURREIÇÃO

A decisão do governo de exportar gás natural para os Estados Unidos e o México por meio de portos chilenos desencadeou uma crise muito mais profunda. O projeto, impulsionado pelo consórcio Pacific LNG — integrado pela British Gas, Repsol-YPF e Pan American Energy—, previa a exportação de enormes reservas de gás em condições amplamente favoráveis às multinacionais. Para amplos setores populares, a exportação do gás simbolizava a continuidade da pilhagem dos recursos naturais por empresas estrangeiras.⁸

A Guerra do Gás condensou reivindicações acumuladas ao longo de anos: recuperar o controle nacional sobre os recursos estratégicos e pôr fim a um modelo econômico percebido como responsável pelo empobrecimento das maiorias.

A repressão militar contra as comunidades aimarás em Warisata agravou a situação. O centro de gravidade deslocou-se para El Alto, enquanto os bloqueios se multiplicavam e a autoridade governamental se deteriorava a um ritmo acelerado. O que parecia um conflito em torno do gás transformou-se em um confronto aberto contra o governo de Sánchez de Lozada.

Outubro de 2003 marcou a entrada da Bolívia em uma nova



etapa. A acumulação de lutas iniciada em Cochabamba deu lugar a uma situação insurrecional na qual a questão do poder começava a emergir cada vez mais explicitamente.

EL ALTO: O CORAÇÃO DA REVOLUÇÃO

No início dos anos 2000, El Alto havia se tornado uma das maiores concentrações operárias e populares da América Latina. Surgida da migração camponesa e da realocização mineira após as derrotas operárias dos anos 80, a cidade reunia cerca de 800.000 habitantes em 2005. Ali se concentravam ex-mineiros, trabalhadores informais, pequenos comerciantes, operários fabris, transportadores, jovens desempregados e comunidades indígenas urbanizadas. A destruição de uma parte importante do proletariado mineiro não havia eliminado a classe trabalhadora boliviana; havia-a reconfigurado social e territorialmente.⁹

As condições de vida eram extremamente precárias: cerca de 200.000 habitantes não tinham acesso regular à água potável, mais da metade da população não dispunha de serviços básicos adequados e entre 65% e 75% da população economicamente ativa trabalhava na informalidade.¹⁰ No entanto, essa pobreza coexistia com uma grande capacidade organizativa.

As cerca de 600 juntas de bairro, agrupadas na FEJUVE, constituíam uma poderosa rede territorial. Durante a insurreição, organizaram bloqueios, o abastecimento, a vigilância de bairro e mecanismos de deliberação coletiva que, em determinadas zonas, começaram a

substituir parcialmente as funções do Estado. Foley observou que essas estruturas atuavam como verdadeiros “microgovernos” de bairro, expressão de uma situação em que a autoridade estatal começava a ser contestada por organismos surgidos da mobilização direta.¹¹

A FEJUVE acumulava décadas de luta por serviços básicos, moradia e infraestrutura urbana. Seus dirigentes surgiam das próprias bases de bairro e prestavam contas perante as assembleias de bairro, o que lhes conferia uma legitimidade muito superior à das instituições estatais tradicionais.

El Alto transformou-se, assim, no principal centro político da crise nacional. Sua localização estratégica — controlando os acessos a La Paz e ao aeroporto — conferia-lhe uma enorme capacidade de pressão. Sem El Alto mobilizado, o abastecimento da capital tornava-se extremamente difícil e o governo perdia boa parte de sua capacidade efetiva de comando.

Durante os momentos culminantes da ascensão, a cidade se tornou o principal laboratório da organização popular do país. Lá se expressou com clareza uma das contradições centrais do processo: a existência de poderosas formas de auto-organização capazes de desafiar o Estado, mas ainda incapazes de se articular em nível nacional em uma alternativa de poder consciente.

OS MINEIROS RETORNAM À CENA HISTÓRICA

Uma das características mais importantes de outubro foi o retorno político do proletariado mineiro. Após as derrotas sofridas na década de 1980, numerosos

analistas haviam decretado o fim da centralidade política da classe trabalhadora boliviana. A insurreição de 2003 demonstrou o contrário.¹²

As colunas vindas de Huanuni e de outros distritos mineiros marcharam em direção a La Paz, armadas com dinamite, e se incorporaram à revolta popular. Sua presença teve enorme importância política e simbólica. Para amplos setores das massas, evocava as tradições revolucionárias de 1952, as grandes greves mineiras e o papel histórico da COB como direção do movimento operário boliviano.

A COB convocou uma greve geral por tempo indeterminado e coordenou ações com organizações camponesas, de bairro e estudantis.¹³ Professores, funcionários públicos e setores populares urbanos aderiram maciçamente à mobilização.

A convergência entre a insurreição de El Alto, os bloqueios camponeses e o retorno dos mineiros recriava, sob novas condições históricas, a perspectiva de uma aliança operário-camponesa capaz de desafiar o Estado.

No entanto, essa potencialidade colidia com o problema que atravessou todo o ciclo revolucionário: as massas demonstravam uma enorme capacidade de combate e organização, mas continuavam carecendo de uma direção revolucionária capaz de centralizar a mobilização em escala nacional e transformá-la em uma luta consciente pelo poder.

A QUEDA DE SÁNCHEZ DE LOZADA

A resposta do governo foi o terrorismo de Estado. Após

aprovar o Decreto Supremo 27209, o exército ocupou El Alto e mobilizou tanques, veículos blindados, helicópteros e tropas armadas com fuzis de guerra para garantir o transporte de combustíveis até La Paz. Entre setembro e outubro de 2003, a repressão deixou pelo menos 67 mortos e mais de 400 feridos, em sua imensa maioria civis. Soldados atiraram contra bloqueios, marchas e bairros populares, enquanto organizações de direitos humanos documentavam execuções extrajudiciais, uso indiscriminado da força e graves violações dos direitos humanos.¹⁴

O massacre não derrotou a insurreição. Radicalizou-a. Os slogans passaram rapidamente da rejeição à exportação do gás para a exigência da queda imediata de Sánchez de Lozada. Entre 11 e 17 de outubro, a Bolívia viveu uma situação pré-revolucionária.¹⁵ O governo perdia rapidamente autoridade e controle territorial. O Alto permanecia mobilizado, os bloqueios camponeses se estendiam, a COB impulsionava a greve geral e os mineiros convergiam para La Paz. Até mesmo setores das classes dominantes começavam a temer o colapso total do regime.¹⁶

Finalmente, em 17 de outubro de 2003, Sánchez de Lozada fugiu para os Estados Unidos. Pela primeira vez desde a derrota do movimento operário nos anos 80, uma mobilização de massas havia derrubado o principal representante do neoliberalismo por meio da ação direta. Mas a vitória deixava em aberto a questão decisiva: quem ocuparia o vácuo político criado pela insurreição.

A QUESTÃO DO PODER

A queda de Sánchez de Lozada

desencadeou uma autêntica crise de poder. As instituições tradicionais estavam desacreditadas e amplos setores das massas confiavam mais em suas próprias organizações. Em El Alto, as juntas de bairro haviam adquirido uma autoridade política superior à de muitas instituições oficiais. Os sindicatos de mineiros recuperavam protagonismo nacional e a COB voltava a aparecer como um ponto de referência para amplos setores de trabalhadores e camponeses.¹⁷

O problema já não era apenas derrubar um governo. Era decidir quem deveria governar a Bolívia. Em determinadas zonas do país, a autoridade efetiva recaía mais sobre as organizações surgidas da mobilização do que sobre as instituições herdadas do regime neoliberal. As juntas de bairro organizavam o abastecimento e os bloqueios, os sindicatos impulsionavam greves nacionais e as organizações camponesas mantinham regiões inteiras paralisadas.¹⁸

No entanto, nenhuma das lideranças com influência de massas impulsionou uma estratégia orientada a transformar aquela situação em uma luta consciente pelo poder. A COB oscilou entre a radicalidade discursiva e a negociação. Felipe Quispe manteve uma perspectiva centrada no movimento aimará. O MAS apostou sistematicamente em uma saída eleitoral, renovando a ilusão de que o sistema poderia ser reformado a partir de dentro.¹⁹

A crise não foi derrotada militarmente. Foi desviada politicamente. A posse de Carlos Mesa permitiu recompor parcialmente a autoridade estatal e atuar como barreira de contenção do processo revolucionário. A

queda de Sánchez de Lozada permitiu à burguesia sacrificar a figura mais identificada com a repressão sem alterar as estruturas fundamentais do regime. Mesa adotou um discurso conciliador, prometeu diálogo, referendos e reformas institucionais e conseguiu transferir temporariamente a crise das ruas para o terreno político-parlamentar. Nenhuma das principais reivindicações de outubro foi resolvida, mas o novo governo conseguiu ganhar tempo e evitar que a queda de Goni desembocasse imediatamente em um confronto aberto pelo poder.

JUNHO DE 2005: O ENSAIO GERAL DA REVOLUÇÃO

Mesa tentou ganhar tempo, mas as reivindicações de outubro permaneciam intactas: nacionalização dos hidrocarbonetos, punição aos responsáveis pelo massacre e transformação do regime. Em 2005, a mobilização voltou a crescer. O Alto voltou ao centro do cenário e mais de 60% das rodovias nacionais foram bloqueadas. O Congresso não conseguiu funcionar normalmente e La Paz ficou parcialmente cercada.²⁰

Mesa compreendeu que não poderia recorrer a uma repressão generalizada como a de 2003. O massacre de outubro havia deixado as Forças Armadas profundamente desacreditadas e uma nova intervenção militar poderia precipitar uma crise ainda mais profunda. A resposta do governo foi o terrorismo de Estado. Após aprovar o Decreto Supremo 27209, o exército ocupou El Alto e mobilizou tanques, veículos blindados, helicópteros e tropas armadas com fuzis de guerra para garantir o transporte de

combustíveis até La Paz. Entre setembro e outubro de 2003, a repressão deixou pelo menos 67 mortos e mais de 400 feridos, em sua imensa maioria civis. Soldados atiraram contra bloqueios, marchas e bairros populares.²¹ A repressão, desta vez, longe de intimidar os protestos, os multiplicou e lhes deu mais força, incorporando novos setores radicalizados pela violência estatal. Em 6 de junho, entre 400.000 e 500.000 pessoas lotaram as ruas de La Paz em uma das maiores mobilizações da história boliviana.²² Nesse contexto, a COB, a FEJUVE e organizações de mineiros começaram a propor a convocação de uma Assembleia Popular e de um governo baseado nas organizações de massa. Pela primeira vez, a questão de quem deveria governar o país era formulada explicitamente pelas organizações de massa.²³

Enquanto isso, o Congresso foi obrigado a abandonar La Paz e se reunir em Sucre. A burguesia estava dividida entre aqueles que defendiam uma saída repressiva e aqueles que buscavam uma fórmula de compromisso para evitar um confronto direto com as massas. A Bolívia se aproximava de uma situação revolucionária aberta.²⁴

No entanto, as organizações populares continuavam carecendo de uma direção revolucionária. Enquanto a mobilização atingia seus níveis mais altos, Morales insistia na saída eleitoral. A crise acabou se resolvendo por meio da convocação de novas eleições e da posse transitória de Eduardo Rodríguez.²⁵

A eleição de Evo Morales em dezembro de 2005, com 1,54 milhão de votos e 53,7% dos votos, constituiu a expressão política

dessa nova relação de forças. Pela primeira vez desde o retorno da democracia, um candidato obtinha maioria absoluta, apoiado por amplos setores de trabalhadores, camponeses e indígenas que identificavam o MAS com as aspirações surgidas em outubro de 2003 e junho de 2005.²⁶

A CAMPANHA ELEITORAL DO MAS

A campanha do MAS conseguiu condensar grande parte das aspirações surgidas ao longo do ciclo de mobilizações. Morales prometia nacionalizar os hidrocarbonetos, convocar uma Assembleia Constituinte, recuperar a soberania nacional frente ao neoliberalismo e incorporar plenamente os povos indígenas à vida política do país. Para milhões de trabalhadores, camponeses e indígenas, o MAS aparecia como a expressão eleitoral das reivindicações surgidas em outubro de 2003 e junho de 2005.

No entanto, seu projeto não visava substituir a democracia burguesa por órgãos de poder dos trabalhadores e camponeses. A proposta central era refundar a Bolívia por meio de uma Assembleia Constituinte capaz de reconstruir a legitimidade de um Estado profundamente desacreditado e de reorganizar o regime político sobre novas bases sociais. A ampliação dos direitos democráticos e a incorporação dos povos indígenas faziam parte de um novo pacto nacional destinado a estabilizar o país após as jornadas insurrecionais, não de uma ruptura com o capitalismo boliviano.

Nesse sentido, o MAS buscava deslocar parcialmente a velha oligarquia tradicional e ampliar a participação de novos setores

empresariais, de classes médias urbanas, de burocracias estatais e de lideranças camponesas e indígenas integradas ao aparato estatal. Enquanto os setores mais radicalizados do movimento popular começavam a discutir formas próprias de poder, o MAS propunha-se a resolver a crise construindo um novo bloco de governabilidade dentro dos limites do Estado existente.

A sigla Movimento ao Socialismo (MAS) não surgiu originalmente como expressão de uma definição programática socialista, mas foi adotada quando o movimento cocalero precisou de um instrumento eleitoral legalmente registrado e utilizou a personalidade jurídica de uma organização já existente.²⁷ Mais importante do que o nome era o conteúdo político que Morales e seus principais dirigentes atribuíam ao termo “socialismo”, que tinha um significado distinto do socialismo marxista clássico. Morales utilizava o termo de forma geral para se referir ao “socialismo comunitário”, inspirado nas tradições indígenas andinas de reciprocidade, solidariedade e vida comunitária. Em uma entrevista realizada em 2003, ele afirmava: “Fundamentalmente, nas comunidades camponesas existe o socialismo (...) um modelo econômico baseado na solidariedade, na reciprocidade, na comunidade e no consenso”.²⁸ Essa definição não se centrava na abolição da propriedade privada nem na construção de um Estado operário, mas na recuperação de valores comunitários considerados próprios das tradições indígenas andinas.

Álvaro García Linera desenvolveu essa perspectiva com maior clareza. Antes de assumir o

governo, sustentou que a Bolívia deveria passar por uma etapa de “capitalismo andino-amazônico”, caracterizada pela ampliação do mercado interno, maior protagonismo estatal e o fortalecimento de uma burguesia nacional, antes de qualquer eventual transição para o socialismo, adotando a típica concepção etapista do stalinismo e do frontismo popular nos países semicoloniais.²⁹ A partir dessa perspectiva, o objetivo imediato não era superar o capitalismo boliviano, mas reorganizá-lo sobre novas bases sociais e políticas.

Por isso, embora utilizasse uma linguagem socialista e anti-imperialista, o MAS diferenciava-se profundamente da tradição representada pela Tese de Pulacayo e pelo sindicalismo revolucionário dos mineiros, que, sim, propunham uma ruptura com o capitalismo e a construção de um governo de trabalhadores e camponeses.

UM PARTIDO NASCIDO DA ASCENSÃO, MAS NÃO PARA LEVÁ-LA ATÉ O FIM

O MAS não era nem um partido burguês tradicional nem um partido operário revolucionário. Seu núcleo dirigente provinha das federações de produtores de coca do Chapare e de setores camponeses e indígenas radicalizados pelas lutas contra o neoliberalismo.³⁰

Ao contrário dos partidos tradicionais, ele não se apresentava como uma organização alheia ao movimento popular. Havia nascido das lutas contra a erradicação da coca, as privatizações e as políticas neoliberais. Mas, justamente porque aspirava a governar toda a sociedade, construiu uma ampla

aliança na qual coexistiam camponeses pobres, organizações indígenas, pequenos produtores, classes médias urbanas, intelectuais nacionalistas, funcionários públicos e até mesmo setores empresariais interessados em renegociar o lugar da Bolívia no mercado mundial.³¹

Essa amplitude constituía uma fonte de força política, mas também impunha limites precisos ao seu projeto histórico. O MAS não se propunha a expropriar a burguesia nem a destruir o aparato estatal, mas a construir um capitalismo nacional com maior intervenção estatal, redistribuição parcial da renda extrativa e ampliação da participação política de setores historicamente excluídos.³²

Sua base social incluía camponeses pobres, indígenas, cultivadores de coca, pequenos produtores, trabalhadores informais e uma parcela da classe operária. No entanto, sua direção atuava como fator de moderação, disciplinando as bases, canalizando as demandas para o Estado e evitando que a mobilização questionasse a propriedade privada ou o poder real da burguesia. Enquanto setores da COB, a FEJUVE e os mineiros discutiam sobre órgãos de poder próprios, o MAS trabalhava para reconduzir o processo ao terreno eleitoral.

A NACIONALIZAÇÃO E SEUS LIMITES

A medida mais emblemática foi a nacionalização dos hidrocarbonetos (1º de maio de 2006). Para milhões de pessoas, ela representava a concretização de uma das principais reivindicações da Guerra do Gás.³³ Mas seu conteúdo real foi muito mais

limitado do que sua apresentação pública. As principais empresas estrangeiras — Petrobras, Repsol, Total e British Gas — continuaram operando. Não houve expropriação geral, controle operário nem monopólio estatal efetivo. O que mudou fundamentalmente foi a participação do Estado na renda.³⁴

Longe da imagem de uma expropriação revolucionária, o governo de Evo Morales negociou e pagou indenizações generosas. Somente no setor de hidrocarbonetos, o Estado boliviano se comprometeu a pagar pelo menos 383 milhões de dólares às empresas afetadas. Isso incluiu 112 milhões para a Petrobras, 240 milhões para a Transredes e cerca de 30 milhões para a Repsol, a British Gas e outras empresas.³⁵ A isso somaram-se as indenizações pagas nos setores de telecomunicações e de eletricidade para evitar litígios internacionais.³⁶

Um governo verdadeiramente socialista não teria limitado as nacionalizações a uma maior participação estatal na renda nem pago indenizações milionárias às transnacionais. Teria expropriado os setores estratégicos da economia sob o controle democrático dos trabalhadores e das comunidades e utilizado esses recursos para impulsionar a industrialização do país.

A DÍVIDA EXTERNA: QUEM DEVE PAGÁ-LA?

A dívida externa boliviana não começou com o MAS. Ela remonta à década de 1970, quando as ditaduras militares se endividaram com o FMI e o Banco Mundial para financiar projetos que beneficiaram principalmente as empresas de construção e setores privilegiados.³⁷

O governo do MAS não repudiou essa dívida. Ele a renegociou e continuou pagando. Em 2007, a Bolívia pagou 328 milhões de dólares apenas a título de serviço da dívida externa.³⁸ Aproveitando o ciclo favorável dos preços internacionais, conseguiu aderir a programas de alívio da dívida. No entanto, a dívida externa não desapareceu. Após as remissões obtidas nos primeiros anos do governo do MAS, ela voltou a crescer de forma sustentada. Diferentes séries estatísticas situam a dívida externa boliviana em torno de 7 bilhões de dólares em meados da década de 2000 e acima de 16 bilhões de dólares em 2023, alterando também a composição dos credores e aumentando o peso da China, dos organismos multilaterais e do setor bancário privado.³⁹

Se o MAS realmente quisesse estabelecer as bases de uma verdadeira soberania nacional, teria impulsionado uma campanha continental contra o não pagamento da dívida externa contraída por ditaduras e governos a serviço do capital financeiro internacional, por ser ilegítima e exploradora. A autodeterminação nacional não pode ser alcançada renegociando a relação com o imperialismo nem substituindo parceiros comerciais por outros, mas sim avançando para uma ruptura efetiva com os mecanismos de dependência econômica que subordinam o desenvolvimento do país às necessidades do capital estrangeiro.

O BOOM ECONÔMICO E A NOVA LEGITIMIDADE

A consolidação do MAS não pode ser compreendida sem o

contexto internacional. Entre 2004 e 2014, a América Latina passou por um ciclo excepcional de crescimento impulsionado pelos altos preços das matérias-primas e pela expansão da economia chinesa.⁴⁰ A Bolívia foi um dos países mais beneficiados.

As exportações de gás natural, minerais e soja passaram a representar mais de 80% das vendas externas do país. As receitas provenientes de hidrocarbonetos aumentaram extraordinariamente; as reservas internacionais atingiram níveis históricos e o Estado ampliou significativamente sua capacidade de intervenção econômica.⁴¹

Essa expansão permitiu financiar políticas redistributivas como o Bono Juancito Pinto, a Renta Dignidad e o Bono Juana Azurduy.⁴² Entre 2005 e 2014, a pobreza e a pobreza extrema reduziram-se significativamente, enquanto milhões de pessoas tiveram, pela primeira vez, acesso a bens e serviços antes inacessíveis. Amplos setores indígenas e populares reconheceram-se pela primeira vez como parte constitutiva do Estado boliviano.⁴³

O MAS surgiu como a força que havia derrotado o neoliberalismo, recuperado parte da soberania nacional e ampliado os direitos de setores historicamente excluídos. Essa legitimidade era real. No entanto, assentava em bases estruturalmente frágeis: a economia continuava dependente da exportação de matérias-primas, o emprego informal permanecia predominante e a inserção internacional do país permanecia subordinada às oscilações do mercado mundial.⁴⁴

O MAS não eliminou a dependência; apenas a

administrou em condições favoráveis. Quando o ciclo de preços altos começou a esgotar-se, as contradições estruturais reapareceram com maior intensidade.

A CONSTITUINTE, O PACTO COM A BURGUESIA ORIENTAL E A INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

A Assembleia Constituinte revelou os limites estratégicos do processo. Para milhões de trabalhadores, camponeses e indígenas, ela representava a possibilidade de concretizar transformações há muito esperadas: reforma agrária, recuperação dos recursos naturais, ampliação dos direitos coletivos e democratização do Estado.

Em Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, a oligarquia agrária organizou uma poderosa ofensiva autonomista destinada a preservar seus privilégios econômicos e políticos. Os prefeitos da oposição impulsionaram referendos autonomistas, ocuparam prédios públicos e construíram suas próprias estruturas de poder.⁴⁵

A União Juvenil Cruceñista (UJC), identificada por diversos estudos como o principal grupo de choque da oligarquia de Santa Cruz e o braço operacional do Comitê Pró-Santa Cruz, desempenhou um papel central na escalada da violência. Sua estreita



relação com líderes empresariais como Branko Marinkovic foi amplamente documentada, assim como seus ataques contra camponeses e indígenas identificados com o MAS.⁴⁶ Sua manifestação mais brutal foi o massacre de Porvenir (Pando), onde pelo menos 15 camponeses foram assassinados por grupos armados ligados à estrutura política do prefeito Leopoldo Fernández.⁴⁷

Diversos estudos, documentos oficiais e telegramas diplomáticos mostram que esses setores também contaram com o apoio político e institucional dos Estados Unidos. Por meio da USAID e do Office of Transition Initiatives (OTI), Washington financiou, durante anos, programas de descentralização e fortalecimento institucional que beneficiaram prefeituras e governos departamentais ligados ao autonomismo. Da mesma forma, a National Endowment for Democracy (NED) financiou organizações civis, fundações e entidades empresariais opositoras ao MAS. Entre 2016 e 2019, a NED destinou mais de 1,3 milhão de dólares a projetos na Bolívia, incluindo 118 mil dólares para iniciativas relacionadas à chamada “integridade eleitoral”.⁴⁸

Quando a polarização atingiu seu ponto máximo, o governo optou pela negociação. O acordo de outubro de 2008 entre o MAS e setores da oposição implicou a modificação de mais de uma centena de artigos do texto constituinte originalmente aprovado. Os limites à grande propriedade rural não foram aplicados retroativamente, enquanto as transnacionais continuavam operando e o setor bancário permanecia em mãos

privadas.⁴⁹

A prometida refundação acabou se transformando em uma profunda reforma do regime, não em uma revolução social. De uma perspectiva marxista, a Constituinte fechou definitivamente a possibilidade de que a ascensão iniciada entre 2000 e 2005 desembocasse em uma ruptura anticapitalista.⁵⁰

A INTEGRAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO ESTADO

A principal operação política do MAS não foi econômica, e sim estatal. Durante o ciclo revolucionário, grande parte da força do movimento popular residia na autonomia de suas organizações: a COB, a FEJUVE, os sindicatos de mineiros, as organizações camponesas e diversas coordenadoras territoriais atuavam como organismos independentes do Estado e, em determinados momentos, como embriões de um poder alternativo.⁵¹

Ao contrário dos governos neoliberais, o MAS não tentou derrotar frontalmente essas organizações, mas sim integrá-las ao aparato estatal. Inúmeros dirigentes camponeses, sindicais, indígenas e de bairro foram incorporados ao Parlamento, a ministérios e órgãos públicos. O caso mais emblemático foi o de Abel Mamani, líder da FEJUVE de El Alto e figura de destaque na luta contra a privatização da água, que passou a ocupar o Ministério da Água.⁵²

As grandes organizações camponesas — CSUTCB, Bartolinas e federações de produtores de coca — passaram a desempenhar um papel central no novo bloco governante. A COB

tornou-se um campo de disputa, no qual o MAS impulsionou líderes afins para ampliar sua influência.⁵³

O resultado foi uma crescente subordinação das direções sociais aos mecanismos estatais de mediação, negociação e gestão, reduzindo parcialmente a autonomia que havia caracterizado a ascensão revolucionária.⁵⁴

A DISCIPLINARIZAÇÃO DA COB E A FRATURA DO MOVIMENTO INDÍGENA

A integração ao Estado não foi pacífica nem voluntária para todos. A COB, que entre 2003 e 2005 havia sido um dos eixos da insurreição, manteve uma relação instável com o governo. Em maio de 2013, uma greve geral de seis dias que exigia o aumento das aposentadorias para 100% do salário foi respondida por Morales com um ultimato. O presidente classificou o protesto como “conspiração da direita” e “tentativa de golpe” e acusou os dirigentes da COB de serem “instrumentos do império”.⁵⁵

O conflito mais importante ocorreu em junho de 2016. A COB convocou uma greve geral contra o fechamento da empresa têxtil estatal Enatex, que deixou mais de 800 trabalhadores na rua. O governo declarou a greve ilegal, ameaçou com sanções e se recusou a readmitir os demitidos.⁵⁶ A repressão deixou pelo menos nove feridos e 29 detidos, enquanto a COB denunciava a brutalidade policial.⁵⁷

A COB não foi derrotada militarmente, como nos anos 80. Primeiro, o governo do MAS tentou controlá-la, dividi-la e, quando ela se rebelou, criminalizá-la. Um governo orientado pelos interesses dos trabalhadores teria

respondido ao fechamento da Enatex por meio de mecanismos de controle e gestão operária. O MAS, ao contrário, agiu dentro dos limites da lógica capitalista que pretendia questionar.

O movimento indígena também se fragmentou. Enquanto as federações de produtores de coca e a CSUTCB se integravam ao bloco governante, organizações como o CONAMAQ mantiveram posições independentes e denunciaram o caráter extrativista do projeto oficial.

A Constituição de 2009 representou uma conquista histórica ao reconhecer o caráter plurinacional do Estado boliviano. No entanto, esse reconhecimento coexistiu com a expansão de projetos extrativistas, conflitos territoriais e concessões a empresas de mineração e de energia. O conflito do Tipnis (2011-2012), no qual o governo impulsionou a construção de uma rodovia por meio de uma reserva indígena sem consulta prévia, evidenciou claramente essas

contradições. As marchas indígenas foram reprimidas e seus líderes acusados de agir a serviço da direita.⁵⁸

O GOLPE DE 2019

A crise autonomista de 2008 antecipou muitos dos elementos que reapareceriam durante o golpe de Estado de 2019. A oposição da Media Luna atendeu aos interesses das oligarquias agrárias e empresariais do Oriente boliviano e também recebeu apoio político e institucional dos Estados Unidos. De acordo com pesquisas de Jeremy Bigwood, Eva Golinger e diversos estudos posteriores, a USAID investiu mais de 97 milhões de dólares em programas de descentralização e autonomia regional desde 2002, além de outros 13,3 milhões de dólares administrados pela OTI. Esses recursos fortaleceram institucionalmente os governos departamentais que lideraram a ofensiva autonomista contra o governo central.⁴⁸

A intervenção norte-

americana não assumiu a forma de uma direção direta da oposição, mas fortaleceu, nos âmbitos político e institucional, setores que buscavam limitar as reformas impulsionadas pelo governo. As tensões atingiram seu ponto máximo com a expulsão do embaixador Philip Goldberg em setembro de 2008. Documentos oficiais publicados pelo governo boliviano denunciaram, além disso, a existência de redes de inteligência financiadas pelos Estados Unidos dentro da polícia e atividades de espionagem desenvolvidas pela DEA.⁵⁹

No entanto, a principal fraqueza do governo não residia apenas na pressão da direita ou do imperialismo, mas também na forma como decidiu enfrentá-los. Embora tenha conseguido derrotar politicamente os setores mais agressivos da Meia Lua, o MAS evitou impulsionar organismos permanentes de autodefesa e de poder popular. As organizações operárias, camponesas e indígenas foram mobilizadas para apoiar o



governo, mas não para construir uma força independente capaz de enfrentar a reação.

Essa orientação reapareceu durante o golpe de Estado de 2019, que inicialmente triunfou, mas não conseguiu estabilizar o regime e acabou derrotado. Diante dos motins policiais, da pressão das Forças Armadas e da ofensiva liderada por Camacho, Morales voltou a confiar nas instituições estatais e na negociação política. Como apontou a LIT-CI, havia amplas bases sociais para resistir, mas isso exigiria mobilizar e armar os trabalhadores e camponeses, o que era incompatível com toda a estratégia do MAS. A direção do governo optou por evitar um confronto aberto com o aparato estatal e acabou aceitando uma saída que facilitou a vitória imediata do golpe.⁶⁰

A crise de 2019 mostrou, assim, os limites de uma estratégia que buscava conter a reação sem romper com as instituições fundamentais do Estado burguês. O golpe conseguiu derrubar o governo de Morales e impor um regime reacionário, apoiado pelas Forças Armadas e pela polícia. No entanto, essa vitória foi parcial e transitória. A resistência popular, os bloqueios e a derrota eleitoral da direita em 2020 impediram que o novo regime se consolidasse estrategicamente.⁶¹

O LÍTIUM: ENTRE A PROMESSA INDUSTRIAL E A NOVA DEPENDÊNCIA

A contradição mais crua revelou-se na política do lítio. A Bolívia possui cerca de 21 milhões de toneladas de recursos de lítio, segundo estimativas do USGS, mas o MAS não conseguiu industrializá-los de forma soberana.⁶²

O primeiro grande acordo foi assinado em fevereiro de 2019, quando Evo Morales firmou um contrato com o consórcio chinês Xinjiang TBEA Group-Baocheng para explorar os salares de Coipasa e Pastos Grandes, com um investimento previsto de 2,39 bilhões de dólares. Ao edital responderam empresas russas, chinesas e europeias, tendo sido selecionadas as chinesas.⁶³

O governo de Luis Arce aprofundou essa orientação. Em janeiro de 2023, a YLB assinou um acordo com o consórcio chinês CBC, dominado pela CATL, a maior fabricante mundial de baterias de lítio, para investir mais de 1 bilhão de dólares nos salares de Uyuni e Coipasa.⁶⁴

O pano de fundo é a crescente rivalidade entre a China e os Estados Unidos. O chamado triângulo do lítio — Argentina, Bolívia e Chile — concentra mais da metade das reservas mundiais. Enquanto a China avançava agressivamente na região, setores norte-americanos estratégicos começaram a expressar preocupação com a perda de influência sobre um recurso considerado fundamental para a transição energética.⁶⁵

O resultado não foi uma industrialização soberana, mas sim uma nova forma de dependência. O Estado boliviano contribui com os recursos naturais, enquanto as empresas estrangeiras controlam a tecnologia, o financiamento e boa parte das cadeias de valor. O lítio resume uma das contradições centrais do processo: o MAS não rompeu a dependência, mas a renegociou sob novas condições.

CONCLUSÃO: AS LIÇÕES ESTRATÉGICAS DA EXPERIÊNCIA BOLIVIANA

Entre 2000 e 2005, trabalhadores, camponeses e indígenas protagonizaram uma ascensão revolucionária que pôs em questão a continuidade do regime neoliberal e abriu uma autêntica crise de poder. O processo esbarrou em um limite decisivo: a ausência de uma direção revolucionária capaz de centralizar a mobilização e transformá-la em luta consciente pelo poder.

O MAS ocupou esse vazio. A principal força política, surgida da ascensão popular, acabou se tornando o principal mecanismo de adaptação dessa ascensão ao Estado burguês. Nascido das lutas populares, conseguiu expressar as aspirações legítimas de milhões de trabalhadores, camponeses e indígenas. Mas seu projeto não consistia em promover a revolução, e sim em canalizá-la para a institucionalidade burguesa e reconstruir a estabilidade do regime.

A chegada de Morales permitiu estabilizar uma situação que a burguesia já não conseguia controlar por seus próprios meios. O novo regime incorporou demandas democráticas historicamente postergadas, ampliou direitos e melhorou as condições de vida de amplos setores populares, o que lhe conferiu legitimidade real. Precisamente por isso, ele pôde desempenhar uma função que os antigos partidos neoliberais já não estavam em condições de cumprir: recompor a autoridade estatal e reorganizar o domínio das classes proprietárias sobre novas bases sociais.

A burguesia boliviana não conseguiu derrotar a insurreição por meio de uma contrarrevolução clássica. Recorreu a uma saída

política e encontrou no MAS um instrumento eficaz para desviar e conter a ascensão popular. Como voltaria a ficar evidente em 2019, a estratégia do MAS consistiu em apoiar-se nas massas sem desenvolver organismos independentes de poder e de autodefesa capazes de enfrentar o Estado quando este se voltou contra o próprio governo.

A revolução boliviana não foi derrotada apenas pela força de seus adversários. Ela também encontrou um limite em uma direção reformista que rejeitava sistematicamente a ruptura revolucionária com o capitalismo. Essa é a principal lição estratégica do período.

Reconhecer os limites do reformismo não implica negar as conquistas parciais alcançadas ao longo dos anos do MAS. Significa compreender que, sem uma direção independente da classe trabalhadora, essas conquistas permanecem subordinadas às necessidades de reprodução do sistema e podem ser revertidas. A experiência boliviana demonstra, assim, não os limites da revolução, mas os limites históricos da adaptação ao Estado burguês.

A questão pendente não é explicar por que a revolução boliviana fracassou, mas sim como construir a liderança política capaz de conduzir até o fim os processos que possam ser reabertos no futuro. As condições objetivas para uma transformação revolucionária emergiram com força entre 2000 e 2005. O que faltou foi uma estratégia e uma condução capazes de transformá-las em uma alternativa consciente de poder. ■

¹ INE Bolívia / UN Data: população em 2003 = 9.050.700 habitantes; CEDLA, relatórios 2000-2005.

² Jeffery R. Webber, **Red October: Left-Indigenous Struggles in Modern Bolivia**; Forrest Hylton e Sinclair Thomson, **Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics**.

³ LIT-CI, “Cúpula das Américas”; Claudio Katz, **A América Latina diante da crise global**.

⁴ Gerry Foley, “Protestos na Bolívia refletem crescente descontentamento em toda a América Latina”, **Socialist Action**, 2000.

⁵ Raquel Gutiérrez Aguilar, **Os ritmos do Pachakuti**.

⁶ LIT-CI, “A Guerra da Água e o início de uma nova etapa”, 2000.

⁷ Pablo Mamani Ramírez, **O rugido das multidões**.

⁸ Carlos Villegas Quiroga, **A queda de Gonzalo Sánchez de Lozada**; Jeffery R. Webber, **Outubro Vermelho**.

⁹ Gerry Foley, “A Bolívia reacende o farol da luta latino-americana”, 2005; Sian Lazar, **El Alto, Cidade Rebelde**.

¹⁰ Gerry Foley, 2005; CEDLA, relatórios sobre emprego e informalidade urbana, 2000-2005.

¹¹ Gerry Foley, 2005; Pablo Mamani Ramírez, **Microgobiernos de barrio**, 2005.

¹² Jeffery R. Webber, **Red October**; Guillermo Lora, artigos em **Masas**.

¹³ Forrest Hylton e Sinclair Thomson, **Revolutionary Horizons**; Gerry Foley, “Bolivian Crisis Ends in Uneasy Truce”, 2005.

¹⁴ Defensoria do Povo da Bolívia, **Relatório sobre os acontecimentos de setembro-outubro de 2003**; Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH), **Relatório sobre a Bolívia 2003-2004**; Human Rights Watch, **World Report 2004: Bolívia**.

¹⁵ Jeffery R. Webber, **Red October**; Forrest Hylton e Sinclair Thomson, “The Chequered Rainbow”, **New Left Review**, n.º 35, 2005.

¹⁶ Gerry Foley, “Bolivian Crisis Ends in Uneasy Truce”, 2005; “Bolivia Re-Ignites Beacon for Latin American Struggle”, 2005.

¹⁷ Jeffery R. Webber, **Red October**; Pablo Mamani Ramírez, **O rugido das multidões**.

¹⁸ Pablo Mamani Ramírez, **O rugido das multidões**; Forrest Hylton e Sinclair Thomson, **Revolutionary Horizons**.

¹⁹ Guillermo Lora, artigos em **Masas**; LIT-CI, “Bolívia: as lições de outubro”, 2004.

²⁰ Gerry Foley, “Bolívia reacende o farol da luta latino-americana”, 2005; Pablo Mamani Ramírez, **Microgobiernos de barrio**.

²¹ Jeffery R. Webber, **Red October**; Forrest Hylton e Sinclair Thomson, **Revolutionary Horizons**; Roberto Laserna,

CERES. Defensoria do Povo da Bolívia, **Relatório sobre os acontecimentos de setembro-outubro de 2003**; Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH), **Relatório sobre a Bolívia 2003-2004**; Human Rights Watch, **World Report 2004: Bolívia**.

²² Gerry Foley, “Bolivian Crisis Ends in Uneasy Truce”, 2005.

²³ COB, declarações de maio-junho de 2005; Gerry Foley, “Bolivian Crisis Ends in Uneasy Truce”, 2005.

²⁴ Jeffery R. Webber, **Red October**; Guillermo Lora, artigos sobre a crise de 2005.

²⁵ Gerry Foley, 2005; LIT-CI, “Bolívia: a saída eleitoral”, 2005.

²⁶ Jeffery R. Webber, **From Rebellion to Reform in Bolivia**; Hervé Do Alto e Pablo Stefanoni, **A revolução de Evo Morales**.

²⁷ Hervé Do Alto e Pablo Stefanoni, **A revolução de Evo Morales**; Fernando Molina, estudos sobre a origem organizacional do MAS-IPSP.

²⁸ Marta Harnecker, **Um mundo a construir (novos caminhos)** (Madri: El Viejo Topo, 2005), entrevista com Evo Morales realizada em 2003.

²⁹ Álvaro García Linera, “O capitalismo andino-amazônico”, artigos e conferências publicados entre 2005 e 2006; Álvaro García Linera, **A potência plebeia** (Buenos Aires: CLACSO/Prometeo, 2008).

³⁰ Hervé Do Alto e Pablo Stefanoni, **A revolução de Evo Morales**; Kathryn Ledebur, **Coca e democracia na Bolívia**.

³¹ Álvaro García Linera, **Sociologia dos movimentos sociais na Bolívia**.

³² LIT-CI, “O que está acontecendo no MAS?”; Jeffery R. Webber, **Da rebelião à reforma na Bolívia**.

³³ Decreto Supremo 28701, 1º de maio de 2006.

³⁴ Jeffery R. Webber, **Da Rebelião à Reforma na Bolívia**; Gerry Foley, “A Bolívia Continua a Ser um Barril de Pólvora Após a Eleição de Morales”, 2006.

³⁵ **Los Tiempos**; **Latin American Newsletters**; Fundação Pueblo, “A conta das nacionalizações de Evo”, 2008.

³⁶ **Infobae**, “Cronologia das estatizações de Morales”, 2013.

³⁷ **Le Monde Diplomatique**, “Bolívia: a dívida eterna”; CEPAL, estudos históricos.

³⁸ Banco Central da Bolívia, **Relatório Anual de 2007**.

³⁹ **Macrotrends**, Saldo da Dívida

Externa da Bolívia; Banco Central da Bolívia, estatísticas da dívida externa pública.

⁴⁰ CEPAL, **Balanço Preliminar das Economias da América Latina**, vários anos.

⁴¹ Banco Central da Bolívia, relatórios econômicos 2006-2014.

⁴² Ministério da Economia e Finanças Públicas da Bolívia, relatórios sociais 2007-2014.

⁴³ CEPAL, **Panorama Social da América Latina**; Sinclair Thomson, “The Politics of Tiwanaku”, **NACLA Report on the Americas**, 2006.

⁴⁴ CEDLA, relatórios sobre emprego e informalidade urbana, 2008-2015.

⁴⁵ Luis Tapia, **O Estado de Direito como tirania**.

⁴⁶ PNUD Bolívia, **Cuaderno de Futuro n.º 26**; Naomi Klein, **Carta Aberta ao Departamento de Estado dos EUA sobre a Violência Recente na Bolívia** (2008); **Reuters**; UNASUL, **Relatório sobre o Massacre de Pando** (2008); Human Rights Watch, relatórios sobre a Bolívia 2008.

⁴⁷ UNASUL, **Relatório sobre o Massacre de Pando** (2008); Human Rights Watch, relatórios sobre a Bolívia (2008).

⁴⁸ Banco de Dados de Subsídios da NED; NACLA, **A Invasão Silenciosa da USAID na Bolívia** (2009); Jeremy Bigwood e Eva Golinger, pesquisas sobre a USAID e a Bolívia.

⁴⁹ Salvador Schavelzon, **O nascimento do Estado Plurinacional da Bolívia**; Fundação Tierra, relatórios 2008-2010.

⁵⁰ LIT-CI, “O que está acontecendo no MAS da Bolívia?”.

⁵¹ Pablo Mamani Ramírez, **O rugido das multidões**; Jeffery R. Webber, **Red October**.

⁵² Gerry Foley, “A Bolívia continua sendo um barril de pólvora após a eleição de Morales”, 2006.

⁵³ Álvaro García Linera, **Sociologia dos movimentos sociais na Bolívia**; Gerry Foley, “Bolívia: O centro da radicalização na América Latina”, 2006.

⁵⁴ Gerry Foley, “Bolívia: O centro da radicalização na América Latina”, 2006.

⁵⁵ **Página/12**, 15 de maio de 2013; **Granma**, 20 de maio de 2013.

⁵⁶ **Infobae**, 19 de junho de 2016; **Opinión Bolivia**, 18 de junho de 2016.

⁵⁷ **Agência IP**, junho de 2016.

⁵⁸ LIT-CI, documentos sobre o Tipnis; imprensa internacional, 2011-2012.

⁵⁹ Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia, **Documentos Desclassificados dos Estados Unidos sobre a Bolívia**; **The Guardian**, 11 de setembro de 2008.

⁶⁰ LIT-CI, **Declaração sobre a crise política na Bolívia**, 11 de novembro de 2019.

⁶¹ Lucha Socialista–Bolívia, **Bolívia: Triunfo contundente contra o golpe**, 20 de outubro de 2020.

⁶² USGS; **BBC News Brasil**, “A disputa entre China e EUA pelo lítio”, 2023.

⁶³ **La Razón**, fevereiro de 2019; **El Deber**, “Lítio: 17 anos de promessas”.

⁶⁴ **AP News**, 19 de janeiro de 2023.

⁶⁵ **BBC News Brasil**, 2023; depoimento da general Laura Richardson perante o Congresso dos Estados Unidos.

BOLÍVIA – UMA REVOLUÇÃO OPERÁRIA E SOCIALISTA EM CURSO (2003)

CORREIO INTERNACIONAL, N. 102,
OUTUBRO DE 2003

Na sexta-feira, 17 de outubro, depois de quase 3 semanas de Greve Geral por tempo indeterminado, convocada pela Central Operária Boliviana (COB) e com mais de 80 mortos e 400 feridos pela repressão militar, finalmente, por volta das 16h da tarde, Gonzalo Sánchez de Lozada (Goni) anunciava oficialmente sua renúncia à presidência da Bolívia para logo sair correndo do país rumo a Miami.

Dessa forma os trabalhadores bolivianos impuseram uma triunfante insurreição, que impingia uma nova e contundente derrota ao imperialismo ao derrubar um governo aplicador de suas políticas.

As massas trabalhadoras bolivianas derrotaram os planos do imperialismo de saquear as reservas de gás natural, dentre as maiores do continente. Sánchez de Lozada havia se comprometido a vendê-las às transnacionais norte-americanas para exportá-lo pelos portos chilenos até os Estados Unidos. A reivindicação inicial do povo trabalhador, de nacionalizar o gás em mãos das transnacionais, acabou pedindo a cabeça de Goni, pois em questão de dias eles compreenderam que não se podia recuperar o gás com um governo servil às transnacionais. O que ocorreu na Bolívia é um exemplo de como se podem derrotar os planos de pilhagem do imperialismo, como a ALCA, e que essa luta está indissolivelmente unida à luta por derrubar os governos aplicadores da política de recolonização do FMI. A triunfante insurreição boliviana compartilha da mesma causa e tem o mesmo conteúdo das revoluções iniciadas no Equador, Venezuela, Argentina: a luta para derrotar a pilhagem e o saque da recolonização imperialista em nossa continente.

A revolução boliviana contestou, com fatos, uma série de polêmicas existentes entre a vanguarda latino-

americana e mundial: sobre o papel da classe operária como sujeito social da luta contra a barbárie capitalista, acerca da necessidade de lutar pelo poder, de construir uma direção revolucionária, e demonstrou a possibilidade real de derrotar o imperialismo com a mobilização.

No entanto, desde o início da greve geral e logo depois da queda de Goni, a imprensa internacional e as direções conciliadoras tentaram minimizar a realidade colocando-a atrás de uma cortina de confusões, argumentando que esta insurreição teve um conteúdo indígena, camponês e popular, na qual a classe operária havia jogado um papel suplementar; que não haviam surgido organismos de poder dos trabalhadores; chegando inclusive a sustentar que, na realidade, na Bolívia não houve, nem há, uma revolução em curso e só se tratou de uma mobilização nacional contra a venda do gás para o Chile. Todos estes argumentos pretendem negar que na Bolívia as condições para disputar o poder com a burguesia não estavam nem estão dadas.

Por isso, é imprescindível examinar a fundo os fatos produzidos pela revolução boliviana, e a partir deles tirar as conclusões acerca de quais são as tarefas urgentes que permitem às massas avançar a um triunfo definitivo, capaz de transformar radicalmente sua atual situação de miséria e mudar a história do continente latino-americano.

O CARÁTER OPERÁRIO DA REVOLUÇÃO BOLIVIANA

É certo que a Bolívia é um país majoritariamente camponês, cerca de 50% da população vive no campo; que existem mais de 30 povos originários dentre os quais os *quechuas* e *aymaras* são maioria nacional e suas reivindicações e lutas são um componente fundamental da revolução. Mas o que realmente aconteceu em setembro-outubro não foi uma



insurreição indígena e camponesa, mas, antes de tudo, foi uma revolução operária, camponesa e popular, onde participaram ativamente todos os setores empobrecidos (camponeses, estudantes, desempregados e classes médias). A vanguarda e direção desse processo foi a classe operária, que participou sob a direção de sua histórica Central Operária Boliviana (COB) em torno da qual se agruparam os setores mais combativos, como os comitês de vizinhos da cidade de El Alto. Mas, ademais de El Alto, a classe operária liderou o processo, com seus destacamentos de mineiros, que chegaram até a cidade de La Paz armados de dinamites e, tanto em La Paz como no resto do país, em especial Oruro, Potosí e Cochabamba, foram trabalhadores assalariados através de suas Centrais Operárias Departamentais (COD) os que fortaleceram a Greve Geral durante a última semana.

O papel protagonista dos trabalhadores no processo

boliviano não é um fato que caiu do céu, é a continuidade de um formidável ascenso revolucionário que se abriu na Bolívia desde abril de 2000. Depois da derrota dos mineiros de 1985, era o movimento camponês e particularmente os *cocaleiros* do Chapare os que encabeçaram as lutas. A classe operária começou a anunciar sua entrada no combate na insurreição de Cochabamba, que expulsou uma transnacional do serviço de água potável em abril de 2000. Em Cochabamba se unificaram a mobilização urbana e rural sob a direção da “coordenação da água”, composta pela Central Operária Departamental, sindicatos fabris e agrários.

A partir de então a situação boliviana nunca mais voltou a ser a mesma, as massas haviam aberto uma etapa revolucionária em uma dinâmica de confluência das lutas operárias e camponesas. O movimento operário, apesar de suas direções, tomou cada vez mais parte ativa e conectou suas lutas

com os camponeses. Primeiro foram os aposentados que arrancaram de Banzer um aumento de 100% sobre seus salários, logo os professores e trabalhadores da saúde, freando as tentativas de privatização destes serviços e arrancando aumentos salariais, e o triunfo mais categórico foi dos mineiros de Huanuni que, em pleno processo eleitoral de 2002, mediante uma mobilização contundente, conseguiram a reestatização de sua empresa, privatizada por Banzer.

E esta dinâmica não se deteve, senão que se expressou eleitoralmente no dia 30 de junho de 2002, na votação pelo Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales e pelo Movimento Indígena Pachakutec (MIP) de Felipe Quispe, que não foi só camponesa, mas que teve grande componente urbano. E depois, em que pese à trégua outorgada ao governo de Goni pelas direções nos primeiros meses de sua gestão, a situação chegou a desencadear uma primeira insurreição urbana triunfante nos dias 12 e 13 de fevereiro, que feriu de morte o governo. Em fevereiro, as condições para colocar abaixo o governo se agudizaram e nesse curso a classe operária empreendeu a tarefa de recuperar a COB das mãos da direção pró-governista, tarefa colocada em seu XIII Congresso de agosto desse ano, passo decisivo que determinou que a dita central cumprisse o papel dirigente centralizador e unificador das lutas insurreccionais de outubro.

E foi esse organismo, reunido em uma reunião ampliada nacional, que convocou a Greve Geral por tempo indeterminado, com a exigência central de renúncia de Sánchez de Lozada do

governo.

POR QUE OS TRABALHADORES NÃO TOMARAM O PODER?

No dia 17 de outubro à noite, quando a reunião ampliada nacional da COB debatia sua posição sobre a renúncia oficial de Sánchez de Lozada, o principal Executivo, Jaime Solares, anunciou ao plenário que havia recebido a chamada do então Vice-presidente Carlos Mesa, pedindo-lhe, por favor, que instrísse suas bases, que cercavam a Praça Murillo e o palácio do governo, a que se retirassem para que ele pudesse entrar no Congresso e ser jurado como presidente.

Este fato demonstra nitidamente o poder que concentravam as massas em luta à frente da COB. A pergunta que surge: por que com tanta força os trabalhadores não subiram ao poder? Nessa reunião ampliada e no momento de fortalecer a Greve Geral, os dirigentes criavam pretextos para dizer que não se dispunha de armamentos. Mas não disseram a falha fundamental, quer dizer, o fato que, no momento de iniciar a greve e durante a mesma, não houve um só dirigente que colocou que o objetivo da luta era a tomada do poder.

Já no início da mobilização, quando a direção da COB corretamente levantou a palavra de ordem de renúncia de Goni, a greve foi conduzida contra uma alternativa de governo operário e camponês, ao colocar que depois de Goni o novo governo deveria surgir no marco da constituição burguesa. Foi mais lamentável o papel da direção do MAS e de Evo, que no princípio não se somou decididamente ao conflito, por considerar que a reivindicação



política colocava em risco a democracia e quando se rendeu pela pressão da mobilização, foi o primeiro a propor a continuidade constitucional de Carlos Mesa como presidente. Igualmente nefasto foi o papel do POR (Partido Obrero Revolucionario de Guillermo Lora), que sequer colocou, através da federação dos professores de La Paz, de onde é direção, o problema do poder, mas suspendeu a greve do magistério a dois dias de iniciá-la.

Então, se os trabalhadores não tomaram o poder, não foi por falta de combatividade nem de organização, que demonstraram ter de sobra, mas por conta da política dos principais dirigentes que entregaram o poder à burguesia e ao imperialismo.

{module Propaganda 30 anos – BRASIL}A Central Operária Boliviana, surgida com a revolução de 1952, agrupa em seu interior não só os operários assalariados, mas dela também fazem parte os camponeses, estudantes, pequenos comerciantes, artesãos, artistas e muitos outros setores populares. Pode-se dizer que é uma “central do povo”.

A COB jogou, desde 1952, um papel de duplo poder em vários períodos das lutas, como em 1971, sob o governo de Torres; foi protagonista na derrota das ditaduras, e entre 1981 e 1985, era o duplo poder oposto ao governo de Frente Popular de Hernán Siles Zuazo.

O caráter de organismo de poder dos trabalhadores foi

continuamente negado e ocultado em décadas pela direção de Lechín, do Partido Comunista e do Partido Operário Revolucionário (POR) de Lora, sustentando que um sindicato não pode tomar o poder, sem ver que a COB é mais que um sindicato.

Com essa orientação possibilitaram a derrota dos mineiros e da revolução boliviana em 1985, abriram o caminho à burguesia e ao imperialismo para desencadear uma ofensiva de recolonização contra as massas, implementadas com as políticas neoliberais ao largo de toda a década de 1990, e que custou aos trabalhadores a demissão de mais de 30 mil mineiros e as privatizações.

Nos anos de ofensiva neoliberal a COB foi dominada por direções pró-burguesas, que se deram a tarefa de destruí-la até quase fazê-la desaparecer de cena. Mas a entrada da classe operária urbana no ascenso de lutas colocou objetivamente sua recuperação. Depois dos dias 12 e 13 de fevereiro, abriu-se, no interior das organizações sindicais, um processo de mudança de suas direções, iniciado em março pelos mineiros, que removeram seus dirigentes oficialistas. Atitude similar foi seguida pelos trabalhadores fabris em sua confederação nacional, um processo que desembocou no Congresso da COB de Oruro, em julho-agosto deste ano, quando se derrotou os dirigentes ligados ao governo para começar a recuperar seu papel histórico.

E quando os trabalhadores, com grande esforço, avançaram na tarefa de recuperar sua COB, voltam a surgir novamente os Lechines do passado, que com um ou outro argumento negam que a

COB possa ser um órgão para a tomada do poder, quando foi esta quem convocou a Greve Geral pela queda de Goni e através de sua convocatória se mobilizaram inclusive setores que não estão filiados à Central, como os comitês de vizinhos, mas que na última reunião ampliada nacional pediram para ser parte da COB.

Distintas organizações teimam em destacar que a revolução boliviana de outubro não teve órgãos de poder porque não surgiram *Sovietes*. Acreditamos que esse é um grave erro, já que não compreendem que na Bolívia, diferentemente do que se passou em outras revoluções, o órgão de poder é uma Central Operária que unifica todos os setores em luta. É certo que a COB necessita seguir se fortalecendo, mas isso não nega que hoje é o organismo de duplo poder adotado pela revolução boliviana.

CARLOS MESA: UM GOVERNO DÉBIL SUSTENTADO PELAS DIREÇÕES

O governo de Carlos Mesa é produto de uma insurreição vitoriosa e por isso é mais débil que o anterior. Um governo krenkista. É consequência, ademais, da política de sucessão constitucional levantada pelas principais direções. Nesse sentido, é compreensível que a primeira atitude que tiveram foi dar-lhes uma trégua e respaldo, expressados em declarações como as de Evo Morales, que *“confiava que o novo presidente rompesse com o neoliberalismo e modificasse várias leis que sustentam o modelo”* ou as do deputado do MIP Juan Gabriel Bautista que declarou *“Não é momento de ameaças nem de dar prazos ao presidente Carlos Mesa, porque o país necessita de um*

respiro, necessita um tempo (...). Deixemo-lo trabalhar, eu diria que todos os parlamentares, todos os dirigentes, temos a obrigação de dar-lhe um ombro e uma mãozinha” (Econoticias, 24/10/03). Tanto que a direção da COB resolveu fazer um recuo estratégico para começar a negociação dos cargos dos trabalhadores.

Estas atitudes não fazem mais do que dar um salva-vidas a um governo que, apesar de sua debilidade, se mantém fiel aos desígnios do imperialismo. Já declarou que *“não se afastará nem um milímetro da linha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dará continuidade às políticas econômicas e fiscais empreendidas por seu antecessor”* (Econoticias, 21/10/03). Por isso é incorreto que as direções lhe outorguem uma trégua, muito menos criando esperanças em um governo burguês pró-imperialista. Tudo ao contrário, não se deve dar nenhuma confiança nem apoio a esse governo!

A ARMADILHA DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE.

A preocupação central da burguesia e do imperialismo é como desmontar o processo revolucionário e reconstruir o poder e o regime burguês, hoje em ruínas. Para isso o governo de Mesa tenta apelar ao que chamamos *“reação democrática”*, com a convocatória de uma Assembleia Constituinte. Quer dizer, tirar os trabalhadores bolivianos de sua luta e mobilização por uma mudança profunda para colocá-los na armadilha dos mecanismos eleitorais e institucionais burgueses, com a mentira de que nesta Assembleia vai se discutir de

tudo. Já na denominada Cúpula Social Alternativa, realizada recentemente em Santa Cruz, diante da exigência de amplos setores populares ali reunidos, para que o governo procedesse à anulação das leis entreguistas, como a do petróleo e do gás natural e das privatizações, respondeu categoricamente que isso se discutiria nessa instância democrático-burguesa.

O mais grave é que esta saída está sendo apoiada com força pelo dirigente Evo Morales, uma das principais referências políticas do povo boliviano. E, lamentavelmente, esta mesma política é defendida pela quase totalidade das correntes latino-americanas que se reivindicam trotskistas e revolucionárias. Todos eles colocam que, diante da crise das instituições burguesas, a principal tarefa é chamar a votar em uma Assembleia Constituinte, mascarada por alguns apelativos de “revolucionária” ou “popular”. A revolução boliviana, como já fez a argentina, volta a mostrar a deterioração programática na qual caiu grande parte das organizações que se reivindicam do trotskismo. Em meio a profundos processos revolucionários, só vêm saídas por dentro do regime democrático-burguês.

Nós, pelo contrário, opinamos que é necessário fazer o oposto. A saída da crise no país não está nos marcos da democracia burguesa, mas na luta consequente por uma alternativa operária, camponesa e popular. Saída que a revolução apontou, criando uma situação de duplo poder com a COB à frente. Por isso a tarefa central é o fortalecimento deste organismo, que se contraponha realmente à Constituinte burguesa e torne possível o triunfo do poder dos

trabalhadores.

POR GÁS, TRABALHO E TERRA. PREPARAR A TOMADA DO PODER PELA COB!

Com a queda de Goni se abre uma nova fase da revolução boliviana: a luta pelo poder operário, camponês e popular e o socialismo. Apesar da política conciliadora dos dirigentes e da trégua de 90 dias que concederam a Mesa, o novo governo não pode, nem poderá resolver nenhuma das reivindicações dos trabalhadores. Não se anulou nem a lei do Código Tributário, nem a da Segurança Cidadã, que atenta contra as lutas. Nem sequer se indenizou aos familiares de mortos e feridos. E em contrapartida, as massas se sentem vitoriosas, e no campo, ainda contra suas direções, começaram a tomar terras nas fazendas, nas cidades e nas minas as pessoas começam a discutir a necessidade de tomar as minas de Goni, de intervir nas empresas de serviços elétricos e de água para resolver já seus problemas.

E o mais provável é que, em curto prazo, voltem a acontecer duros enfrentamentos. Por isso, a tarefa central hoje é aprofundar o poder dos trabalhadores a partir de suas organizações de base, fortalecendo a COB em nível nacional. A exigência é que as direções rompam com a burguesia e seu governo e preparem a tomada do poder pela COB.

É necessário que a direção da COB convoque um Congresso de bases a fim de avaliar a insurreição vitoriosa, unificar os distintos setores, estimular assembleias setoriais e, em nível nacional, manter e desenvolver os comitês de base surgidos durante a greve. Quer dizer, aproveitar a rica experiência insurrecional para dar

um salto em sua organização. Este Congresso deve aprovar o programa de ruptura com o FMI, cujos eixos devem ser a recuperação do gás, emprego para todos revogando o Decreto 21060 e a anulação da Lei 1008 e terra para os camponeses.

Um programa que, por sua vez, rechace a ALCA, o pagamento da dívida externa e acolha às reivindicações das nacionalidades originárias, integrando-as no futuro Estado Operário multiétnico e plurinacional. Aprove um Plano de Luta com o objetivo da tomada do poder pela COB, que considere a greve geral, as milícias armadas etc. Sem dúvida, os operários e as massas bolivianas voltarão a manifestar sua combatividade e organização. A grande interrogação colocada diz respeito à possibilidade de avançar até a confluência revolucionária de dirigentes, ativistas e setores que estejam dispostos a encarar o desafio de preparar a luta pelo poder. Construir a direção revolucionária é, então, a grande tarefa colocada na Bolívia e da qual depende o destino último da revolução.

A proposta do *Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST)* é unir a todos os que coincidam em lutar consequentemente por uma saída de classe e socialista para avançar na conformação dessa direção revolucionária que a situação requer. ■

NOTAS:

Fonte: *Revista Correo Internacional* (Nueva Época), no. 103, Novembro 2003.

Tradução: Otávio Calegari

BOLÍVIA, ABRIL DE 1952: A REVOLUÇÃO OPERÁRIA QUE PODERIA TER MUDADO A AMÉRICA LATINA

(E AS LIÇÕES POLÍTICAS DE UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA PERDIDA)

FLORENCE OPPEN

POR QUE ECLODIU A REVOLUÇÃO NA BOLÍVIA?

A COMBINAÇÃO DE FATORES QUE TORNOU POSSÍVEL A INSURREIÇÃO

A insurreição de 9 de abril de 1952 foi uma revolução de massas liderada por mineiros, operários fabris e setores urbanos empobrecidos. Esse movimento desmantelou o exército, organizou suas próprias milícias e estabeleceu um poder operário de fato. Após a Revolução Russa de 1917, é o exemplo mais próximo de uma revolta proletária clássica no hemisfério. A comparação com a Rússia baseia-se em dinâmicas de classe semelhantes, desenvolvimento desigual e combinado, e na presença de um partido revolucionário, o Partido Operário Revolucionário (POR), com influência no proletariado industrial. A Bolívia não foi uma exceção na América Latina; a teoria da revolução permanente de Trotsky sustentava que as condições para uma revolução proletária poderiam surgir em vários países “atrasados” do continente. No entanto, na Bolívia, mais do que em outros lugares, fatores específicos se alinharam para torná-la possível. Os quais?

UM PROLETARIADO MINEIRO CONCENTRADO

A importância histórica do proletariado mineiro não residia em seu peso numérico, mas em sua

posição estratégica. Como destaca o historiador Sándor John, a mineração de estanho ocupava um lugar central na economia nacional e conferia aos trabalhadores um “peso específico” muito superior ao seu número¹. Diante de uma massa camponesa atrasada e dispersa (72% da população ativa), o proletariado mineiro era minúsculo: apenas 50 mil trabalhadores, 2% da força de trabalho e 1,8% da população total². Mas essa minoria estava concentrada nos grandes complexos de Siglo XX, Catavi e Huanuni, manipulava a dinamite, controlava 80% das exportações e produzia 25% do PIB³. Em uma sociedade em que toda a vida econômica dependia da exportação de minerais, a capacidade de paralisar a produção transformava os mineiros em uma força política decisiva. Suas condições de vida eram infernais: trabalhavam nas galerias com perfuração a seco, enchendo seus pulmões de pó de sílica e condenando-se a uma morte prematura. Como testemunha um mineiro: “Era muito difícil um mineiro chegar aos 40, 45 anos”. As jornadas eram exaustivas, a segurança no trabalho brilhava por sua ausência e as moradias nos acampamentos de mineração careciam dos serviços mais básicos⁴.

A FORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA

O Massacre de Uncía, em junho de 1923, foi um divisor de águas na memória operária boliviana. O exército, por ordem da empresa Patiño, massacrou os mineiros que haviam declarado greve geral,

reivindicando melhores condições de trabalho e a abolição do trabalho forçado. A empresa arcou com os custos de mobilização e alimentação das tropas, e o massacre não conseguiu subjugar os trabalhadores: tornou-se um símbolo da brutalidade patronal e um marco na memória de classe que seria transmitido de geração em geração⁵.

A radicalização do proletariado mineiro resultou de décadas de confrontos com o Estado e as empresas. Desde as primeiras greves do início do século XX até os massacres de Uncía (1923) e Catavi (1942), os trabalhadores construíram uma poderosa memória coletiva de luta que se transformou em um componente central de sua identidade política. A Guerra do Chaco (1932-1935) foi o inferno que radicalizou uma geração inteira. Dos cerca de 400.000 soldados mobilizados entre a Bolívia (250.000) e o Paraguai (150.000), cerca de 100.000 morreram — 57.000 bolivianos e 43.000 paraguaios —, o que representa uma taxa de mortalidade de 25% e, respectivamente, cerca de 2% e 4% da população total de cada país. A derrota da Bolívia deslegitimou a velha oligarquia mineira e os sobreviventes da guerra retornaram aos centros mineiros com uma nova consciência política. Muitos dos futuros líderes do movimento operário, incluindo os trotskistas, foram forçados no Chaco⁶.

A AUSÊNCIA DO PC E O AUGE DO TROTSKISMO

Ao contrário da Argentina ou

do Chile, a Bolívia carecia de um Partido Comunista estruturado e com influência entre as massas, o que Sándor John considera uma condição fundamental para o surgimento do trotskismo boliviano⁷. Quando, em 1940, foi fundado o Partido de Esquerda Revolucionária (PIR), já era tarde demais. Sua colaboração com a “oligarquia pró-aliada” durante a Segunda Guerra Mundial o desacreditou perante os mineiros, que viam nos trotskistas do POR uma voz revolucionária credível⁸.

As origens do Partido Operário Revolucionário remontam a 1935, quando um grupo de exilados bolivianos na Argentina — entre eles José Aguirre Gainsborg, Tristán Marof e Alipio Valencia Vega — convocou um congresso de fusão que proclamou a criação do partido. No entanto, como aponta Sándor John, aquele primeiro POR foi “organizado às pressas” e adolecia de “uma confusão política” que o aproximava mais do populismo nacionalista radical do que do trotskismo consequente. Foi somente após sua refundação em Cochabamba, em 1938, e sua posterior virada para as minas na década de 1940 que o partido começou a forjar uma base operária sólida e a elaborar um programa revolucionário coerente, cristalizado nas Teses de Pulacayo⁹.

O DOMÍNIO IMPERIALISTA

A indústria era dominada por três famílias conhecidas como os “Barões do Estanho”: Patiño, Hochschild e Aramayo. Elas controlavam entre 75% e 80% das exportações nacionais.¹⁰ O

domínio imperialista sobre a Bolívia não se limitava ao controle dos preços do estanho. As três grandes empresas de mineração eram capitais cosmopolitas, não nacionais. A Patiño Mines Enterprises era controlada a partir de Paris; a empresa de Mauricio Hochschild operava por meio de centros financeiros em Nova York e Londres; e as minas de Carlos Víctor Aramayo mantinham laços estreitos com o capital britânico. Essas empresas repatriavam a maior parte de seus lucros, reinvestiam pouco na economia boliviana e atuavam como enclaves extrativistas a serviço do capital financeiro internacional. Como aponta Sándor John, o país retinha apenas uma fração ínfima da riqueza gerada por suas entranhas.¹¹

A COMPOSIÇÃO INDÍGENA DO PROLETARIADO

Uma das características mais singulares da Bolívia era o caráter indígena de seu proletariado. Os trabalhadores mineiros eram recrutados em massa nas comunidades quechuas e aimarás, falavam essas línguas em suas casas, mantinham laços familiares com o campo e conservavam práticas culturais pré-colombianas, como as oferendas ao Tío de la Mina, uma divindade do subsolo herdada das culturas andinas.¹² A proletarianização não rompeu completamente os laços com as comunidades de origem. Muitos mineiros continuavam falando quíchua ou aimará, mantinham relações permanentes com o campo e retornavam periodicamente às suas comunidades.



A CRISE DO PÓS-GUERRA E O SURGIMENTO DO MNR

A ascensão do MNR deve ser situada no contexto de uma prolongada crise política desencadeada pela Guerra do Chaco. Entre 1936 e 1952, a Bolívia passou por uma sucessão de experiências nacionalistas, militares e reformistas incapazes de estabilizar o país. Os governos de Toro, Busch e Villarroel tentaram construir novas formas de legitimidade estatal, enquanto a velha oligarquia mineira perdia progressivamente autoridade política.¹³

O MNR surgiu como expressão desse esgotamento histórico. Fundado em 1941 por jovens intelectuais e profissionais que haviam combatido na Guerra do Chaco, não era um partido de classe, mas uma coalizão

heterogênea de setores nacionalistas insatisfeitos com o antigo regime. Sua origem era contraditória: apresentava-se como anti-imperialista e nacionalista, mas seu jornal, *La Calle*, recebia subsídios alemães e difundia uma ideologia fortemente antissemita. Um relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos de 1944 classificou-o como “partido pró-fascista”. No entanto, após 1945, foi abandonando progressivamente essa orientação para adotar um discurso nacionalista de esquerda.¹⁴

O Massacre de Catavi (dezembro de 1942), no qual o exército assassinou mais de uma centena de mineiros desarmados, impulsionou enormemente seu crescimento político. A interpelação parlamentar de Víctor Paz Estenssoro, na qual denunciou

o massacre, transformou-o em uma figura nacional da oposição. Os mineiros buscavam uma voz no parlamento que denunciasse a repressão; o MNR precisava da força social dos mineiros para se consolidar. Nessa convergência, o partido conseguiu capitalizar uma parte importante do descontentamento popular.

O ELEMENTO QUALITATIVO: O SURGIMENTO DA COB

OS DIAS DE ABRIL

O dia 9 de abril de 1952 começou como uma revolta armada do MNR contra a ditadura de Ballivián. Mas a realidade foi outra. Quando os militares leais se opuseram, a população de La Paz saiu às ruas. Os operários das

fábricas, lembrando-se do massacre de Villa Victoria de 1950, pegaram em armas. Os mineiros de Milluni, Catavi e Siglo XX desceram das montanhas com dinamite e fuzis antigos da Guerra do Chaco.

O que havia começado como um golpe se transformou em uma **insurreição popular de massas**. Os trabalhadores derrotaram completamente sete regimentos e confiscaram todas as suas armas. Os oficiais, humilhados, desfilaram de cueca pelas ruas da capital, escoltados pelas milícias mineiras.

Em Potosí, os mineiros se concentraram na praça central, com os rostos ainda negros pela poeira das galerias. O líder sindical Nicolás Bernal perguntou-lhes: “Quem vai tomar o poder político?”, e a resposta foi um rugido: “Os mineiros!” Não, o MNR. Não Paz Estenssoro. Os mineiros. Essa energia revolucionária se expressaria poucos dias depois na fundação da COB (Central Obrera Boliviana) — uma central nacional que agrupava não apenas mineiros, mas também todos os trabalhadores do país e que **funcionava como um órgão de duplo poder**, apresentando uma alternativa política ao Estado burguês.

Mas o MNR soube se apresentar como o beneficiário da insurreição. Paz Estenssoro voltou do exílio. Siles Zuazo, o dirigente do MNR no país, recebeu o palácio das mãos dos trabalhadores. Lechín, o líder mineiro, tornou-se ministro. Por quê? Porque as direções sindicais — incluindo a do POR — entregaram o poder. Como aponta Sándor John,

quando os mineiros de Potosí tomaram a cidade, foi “uma grande falha política” ter permitido que os porta-vozes do MNR ocupassem cargos-chave.

Nossa corrente considera que essa situação constitui o cerne da tragédia boliviana: o movimento de massas, liderado pela classe trabalhadora, compromete-se plenamente e desestabiliza o regime burguês, gerando organismos alternativos com poder real. No entanto, devido à responsabilidade das direções, que acabam por apoiar setores patronais, a oportunidade é perdida.

A FUNDAÇÃO DA COB

A Central Obrera Boliviana (COB) foi fundada em 16 de abril de 1952, apenas uma semana após a insurreição. Ao contrário da FSTMB, que agrupava apenas os mineiros, a **COB** era uma central nacional que **reunia todos os setores em luta**: mineiros, operários fabris, camponeses, professores, funcionários públicos, ferroviários. Agrupava todas as milícias, bem como as organizações operárias e camponesas da Bolívia. A diferença fundamental entre um sindicato comum e um órgão de duplo poder reside no desenvolvimento de uma alternativa real de poder político baseada na auto-organização dos setores da classe em luta. Nesse sentido, as milícias operárias não eram um adorno: eram a garantia material de que o poder da COB não era uma ficção. Conforme documenta nossa corrente, citando o general Gay Prado Salmón, as milícias reuniam entre 50 e 100 mil

homens armados, enquanto as Forças Armadas se encontravam em um profundo processo de desintegração.

O próprio general anticomunista confirmava a magnitude da derrota: “O sentimento de derrota se agravava quando tomávamos conhecimento dos detalhes do que havia ocorrido durante os três dias de combates, o que confirmava que o exército havia sido derrotado por todos os lados. A fuga do Alto Comando deixou os oficiais ainda mais abandonados. Um certo número desertou de suas unidades sem demora... Alguns poucos permaneceram nos quartéis tentando reagrupar suas unidades¹⁵.”

A COMPARAÇÃO COM OS SOVIETES

Na prática, a COB exercia funções de governo: resolvia disputas territoriais, administrava a distribuição de alimentos, organizava a defesa armada de bairros e minas e controlava os centros de trabalho por meio da lealdade dos mineiros e camponeses organizados. Era, na prática, o único centro de poder real. Guillermo Lora, dirigente do POR, reconheceu que “a COB era a dona do país e, na verdade, durante



um certo período foi o único centro de poder digno desse nome” e que “para a maioria das massas, a COB era seu único líder e seu único governo”¹⁶. Os trotskistas ocuparam cargos-chave em sua direção: Miguel Alandía Pantoja, o muralista, foi o primeiro diretor de *Rebelión*, o jornal da COB; Edwin Möller, secretário de organização; José Zegada, secretário de atas. A COB adotou formalmente as Teses de Pulacayo. Na prática, ela tinha o poder de derrubar o governo do MNR e estabelecer um Estado operário.

Quando Trotsky analisou os meses que se passaram entre a Revolução de Fevereiro e a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, identificou uma situação política única: a coexistência de dois poderes antagônicos. Por um lado, o Governo Provisório, que detinha a fachada legal, mas carecia de força real. Por outro lado, os soviets, que detinham as armas, o controle dos quartéis, a lealdade das massas, mas cuja direção se recusava a assumir o poder pleno. Trotsky escreveu:

“A dualidade de poderes significa, em essência, a existência, no mesmo Estado, de duas organizações de poder antagônicas. No âmbito jurídico, o poder recai sobre o governo provisório. No terreno dos fatos, são os soviets que dispõem da força real. Mas os soviets, ou, mais exatamente, sua direção, não querem tomar o poder em suas mãos. Temem isolar-se da burguesia, temem ficar sozinhos diante da contrarrevolução, temem não saber governar.”¹⁷

Essa era exatamente a situação

da Bolívia após o dia 9 de abril de 1952. A COB detinha o poder de fato. O que faltava era a vontade política para transformá-lo em poder de direito. A crise de liderança em uma situação de poder duplo. Se a COB era tão poderosa, se as milícias estavam armadas, se as *Teses de Pulacayo* ofereciam um programa revolucionário, por que não se tomou o poder? A resposta não está na fraqueza do inimigo — o exército estava derrotado —, mas na crise da liderança revolucionária.

A OPORTUNIDADE HISTÓRICA: A COB COMO PODER REAL

A situação na Bolívia após 9 de abril de 1952 era, em suas características essenciais, semelhante à da Rússia após a Revolução de Fevereiro de 1917. Dois poderes coexistiam no país: um governo burguês fraco, o MNR, que havia recebido o palácio das mãos dos trabalhadores, mas carecia de força própria; e a COB, que, com suas milícias armadas, o controle dos centros de trabalho e a lealdade dos mineiros e camponeses organizados, era, de fato, o único centro de poder real no país. Como aponta nossa corrente, “o mais forte, aquele que tinha caráter de massas, era o das organizações populares e operárias. A tomada do poder pelos Sovietes e pela COB poderia ter ocorrido de forma pacífica. O antigo aparato militar já havia entrado em colapso. O caminho estava aberto para o poder operário, que tinha suas próprias armas e o povo a seu favor, e poderia ter alcançado o poder total. O único obstáculo era que

suas direções insistiam em resgatar a burguesia. Na Rússia, esse obstáculo foi superado e os trabalhadores se apropriaram do poder. Na Bolívia, não”¹⁸.

O PROBLEMA DA DIREÇÃO: LECHÍN E A ARMADILHA DO COGOVERNO

Juan Lechín Oquendo foi uma das figuras decisivas da revolução boliviana. Líder da FSTMB e, posteriormente, da COB, combinou um discurso radical com uma prática sistemática de colaboração entre classes. Sándor John documenta que Lechín era militante do MNR e nunca rompeu com esse partido.¹⁹

Embora o POR redigisse grande parte de seus discursos e resoluções, Lechín não representava a política trotskista. Sua função principal foi mediar entre o movimento operário e o governo nacionalista, aproveitando seu prestígio para moderar as tendências mais radicais da revolução. Nesse sentido, atuou como fator de contenção no processo revolucionário.

No momento decisivo de abril de 1952, quando os mineiros estavam armados e podiam efetivamente disputar o poder, foi Lechín quem entregou o palácio a Siles Zuazo. Como lembra um dirigente camponês citado por Sándor John, ele lhes disse: “Já tomamos o governo; agora está lá o Siles-Zuazo, mas vocês vão descansar”. Esse “vão descansar” condensou toda uma orientação política e marcou o início da derrota da revolução.²⁰

A direção da COB optou pelo cogoverno com o MNR. Os ministros operários entrariam no gabinete de Paz Estenssoro, enquanto a central sindical lhes concederia um suposto “mandato imperativo”. Era uma ficção: nenhum ministro, dentro de um governo burguês, deixa de responder, em última instância, aos interesses desse governo. As *Teses de Pulacayo* haviam alertado explicitamente contra essa política. No entanto, aqueles que as haviam defendido acabaram por se subordinar a ela.

Lechín foi um dos dirigentes sindicais mais hábeis do movimento operário boliviano, pois utilizou sua autoridade para impedir que os trabalhadores levassem a cabo a lógica de sua própria revolução.

A CONSIGNA AUSENTE: TODO O PODER À COB!

Da existência de um duplo poder não se derivava automaticamente uma saída revolucionária.

A questão decisiva era política: que orientação deveria adotar um partido revolucionário?

Para nossa corrente, a resposta era clara. Se a COB constituía o verdadeiro poder do país, a tarefa consistia em lutar para que ela assumisse plenamente o governo. O slogan correspondente era: “Todo o poder à COB!” Não se tratava de fortalecer a influência sindical sobre o governo do MNR. Tratava-se de substituir o governo burguês por um governo baseado na COB — não como central sindical, mas como órgão do poder popular —, nas milícias operárias e

nas organizações camponesas.

Precisamos o sentido da consigna. “**Todo o poder à COB!**” não significava apoiar a direção burocrática de Lechín. Era exatamente o contrário. Como na Rússia, onde “Todo o poder aos soviets!” não significava apoiar os mencheviques e os social-revolucionários que os controlavam, mas sim lutar para que os soviets rompessem com o governo burguês, expulsassem essas direções conciliatórias e tomassem o poder por si mesmos. Na Bolívia, o slogan implicava que os trabalhadores organizados na COB — mineiros, operários e camponeses — deveriam pressionar a partir das bases para que a central operária assumisse o governo, destituísse Lechín se necessário e aplicasse as *Teses de Pulacayo*.

Em nível estratégico, a consigna “Todo o poder à COB!” visava a formação de um “governo operário e camponês”. Tratava-se de propor, no mesmo sentido em que os bolcheviques o fizeram após a revolução de fevereiro, a necessidade de que os Soviets dessem um passo à frente para enfrentar e substituir o vacilante governo provisório de Kerensky. Juntamente com o lema “Todo o poder aos Soviets”, os bolcheviques não exigiam “um governo de mencheviques e social-revolucionários, sem capitalistas” e agitavam o slogan “abaixo os 10 ministros capitalistas”. Como afirma o *Programa de Transição*, “os bolcheviques exigiam que os socialistas revolucionários e os mencheviques rompessem seus laços com a burguesia liberal e tomassem o poder em suas próprias mãos”, prometendo, caso

isso ocorresse, “sua ajuda revolucionária contra a burguesia, renunciando, no entanto, categoricamente a entrar no governo e a assumir qualquer responsabilidade política por eles.”²¹. O objetivo era “acelerar e facilitar a instauração da ditadura do proletariado”, e ter slogans com valor educativo para desmascarar os setores reformistas que lideram processos revolucionários. Na Espanha em 1931, e depois na França e na Espanha em 1936, Trotsky voltou a levantar a necessidade dessas consignas de poder, embora o desenvolvimento da luta de classes fosse inferior ao da Rússia em 1917, já que não existiam organismos de duplo poder consolidados. No entanto, Trotsky argumentava

“as massas, mesmo as mais confiantes, sempre sentem uma desconfiança instintiva em relação aos burgueses, aos exploradores, aos capitalistas”; portanto, “os comunistas devem orientar o pensamento dos operários, precisamente nesse sentido: exigir tudo do governo, já que nossos líderes estão nele”; mais ainda, é preciso dizer às massas: “Se confiam em seus líderes, obriguem-nos a tomar o poder” (24 de junho de 1931) 22.

Era exatamente isso que “Todo o poder à COB!” significava na Bolívia, em um contexto em que existiam organismos de duplo poder muito mais avançados do que na Espanha e na França nos anos 30, e com a classe operária industrial à frente: que a COB assumisse o governo, apesar de ter uma direção reformista, e exigisse que ela aplicasse as *Teses de Pulacayo* e rompesse com o MNR, sem se iludir de que isso já fosse o socialismo, mas apoiando



resolutamente suas medidas anticapitalistas e anti-imperialistas.

LUTA DE CLASSES E FREIO À REFORMA AGRÁRIA

Quando o governo de Paz Estenssoro anunciou a criação de uma comissão para estudar a reforma agrária, o POR respondeu com desconfiança, mas aceitou enviar um delegado. Exigia “a nacionalização da terra sem indenização e sua entrega às organizações camponesas”.²³

A lei foi imposta pela mobilização revolucionária das massas, mas, desde o início, o MNR tentou limitar seu alcance. A grande propriedade foi legalizada sob a forma de “Empresa Agrícola”.

Muitos latifúndios simplesmente mudaram de nome. A reforma foi insuficiente: entre 1954 e 1968, apenas oito dos 36 milhões de hectares cultiváveis mudaram de mãos.²⁴

Kevin Young argumenta que essa ambiguidade fazia parte de uma estratégia deliberada de contenção. A reforma agrária foi uma conquista popular, mas também um mecanismo para pacificar o campo e criar uma camada de pequenos proprietários que mais tarde serviriam como baluarte contra o radicalismo operário.²⁵

A contradição central consistia no fato de que a mesma medida que expressava uma vitória das massas também podia se tornar

um instrumento de estabilização do novo regime. A destruição de amplos setores do latifúndio foi uma conquista real da revolução. No entanto, o MNR procurou canalizar essa energia para a consolidação de uma camada de pequenos proprietários rurais integrados ao novo Estado.

O epicentro da avalanche camponesa foi Cochabamba. Os camponeses poristas, liderados por militantes quechuas como Modesto Sejas, propuseram uma “revolução agrária” radical: a socialização da terra sob a administração coletiva dos sindicatos, e não o parcelamento. Derrotaram Lechín em uma discussão no início de 1953.

O significado político de

Cochabamba ultrapassava amplamente o debate agrário. Lá surgiu uma das poucas experiências em que setores significativos do movimento camponês tentaram desenvolver uma orientação independente tanto do MNR quanto dos aparelhos estatais tradicionais. O conflito revelava uma tensão que atravessava toda a revolução: enquanto amplos setores de base avançavam para posições cada vez mais radicais, a direção nacional do POR continuava subordinando sua política à perspectiva de apoio crítico ao governo nacionalista.

No entanto, essa combatividade colidiu com a direção nacional do POR. Uma carta ao Secretariado Internacional revelou que, dentro do partido, se enfrentavam “duas frações”: uma com “posições capituladoras em relação ao MNR” e outra que se arriscava em “aventuras na mobilização dos camponeses”. A direção nacional interveio para frear os radicais de Cochabamba.²⁶

No segundo aniversário da revolução, o Comitê Local do POR de Ucureña publicou um panfleto que desafiava a linha oficial: “O atual governo é de caráter capitalista. Nós, camponeses e operários, não temos nada a ver com este governo, porque nosso governo será o Governo Operário-Camponês.”²⁷

DUAS POLÍTICAS DO TROTSKISMO

No trotskismo internacional, não houve uma linha única diante da revolução boliviana. Existiram duas correntes claramente

diferenciadas.

Por um lado, a direção do Secretariado Internacional, liderada por Michel Pablo, Ernest Mandel (Germain) e Pierre Frank, defendeu o apoio crítico ao MNR. O III Congresso Mundial da IV Internacional (1951) havia decidido: “Em caso de mobilização de massas sob a influência preponderante do MNR, nossa seção boliviana deve apoiar com todas as suas forças o movimento, compreendendo isso até a tomada do poder pelo MNR”.²⁸ Essa orientação expressava uma adaptação crescente às direções nacionalistas pequeno-burguesas consideradas suscetíveis de serem empurradas para posições revolucionárias sob a pressão dos acontecimentos.

Por outro lado, a corrente liderada por Nahuel Moreno manteve, desde o início, uma orientação oposta. Em maio de 1952, *Frente Proletária* alertou que a revolução boliviana se

encontrava diante de uma disjunção decisiva: avançar “rumo ao poder autenticamente operário” ou se perder “no caminho da conciliação”.²⁹ Em janeiro de 1953, formulou explicitamente a consigna que sintetizava essa orientação: “Todo o poder à COB!”³⁰ A consigna visava a formação de um governo operário e camponês.

Duas décadas depois, Moreno resumiu o contraste entre ambas as políticas: “Enquanto nós propúnhamos que, na Bolívia, o lema era ‘Todo o poder à COB e às milícias armadas!’, na *Quatrième Internationale* os camaradas Frank e Germain defendiam o apoio crítico ao governo do MNR”.³¹

O alcance dessa diferença não era nem tático nem secundário. Ela expressava duas estratégias opostas diante de uma situação revolucionária. Enquanto o pablismo considerava que a tarefa consistia em acompanhar criticamente o governo



nacionalista do MNR, a corrente morenista sustentava que a existência da COB, das milícias operárias e a destruição do antigo aparato militar abriam a possibilidade de lutar diretamente pela tomada do poder pelas organizações operárias e camponesas. A orientação seguida pelo POR não era, portanto, inevitável: diante da mesma realidade, coexistiam duas concepções opostas.

Essa polêmica não se limitou a 1952. Dezoito anos depois, durante o governo de Torres e a Assembleia Popular, Moreno voltou a enfrentar a maioria pablista, que não distinguia entre um governo nacionalista burguês fraco e uma ditadura fascista: “Uma coisa é não confiar em nenhum governo burguês nem apoiá-lo, mesmo que seja de ‘esquerda’ ou ‘nacionalista’; outra coisa é não distingui-los dos governos ultrarreacionários. Não apoiar Torres é correto. Não distingui-lo de Banzer é suicídio.”³² E, diante da política de “armamento em si” que a maioria pregava, Moreno levantava a necessidade da frente única operária contra o golpe: “Quando se detecta o perigo de um golpe ‘fascista’, o primeiro passo é o combate contra o golpe por meio da frente única com as organizações reformistas. Dizer aos mineiros que se armassem para ir para a guerrilha e não para enfrentarem o golpe era romper com todo trabalhador antigolpista. Nossa política deveria ter sido de frente única, e não de guerrilha.”³³

Nossa corrente tem apontado que, na Bolívia, havia condições excepcionais para aplicar a orientação defendida por Lenin nas *Teses de Abril*. Diante de uma

situação de duplo poder, a tarefa não consistia em apoiar criticamente o governo burguês, mas em convencer a maioria dos trabalhadores organizados na COB e nas milícias de que o governo de Paz Estenssoro não era o seu governo e de que somente a tomada do poder por suas próprias organizações permitiria satisfazer as aspirações de independência nacional, terra, trabalho e pão.³⁴

Dessa perspectiva, a diferença fundamental entre a política bolchevique e a do POR não residia em nuances táticas, mas na atitude diante do governo burguês. Como nossa corrente já apontou: “A grande diferença esteve na forma como o partido revolucionário agiu. Os bolcheviques exigiram que os soviets rompessem com o governo provisório burguês e tomassem o poder por seus próprios meios como única forma de conseguir a paz, o pão e a terra. Enquanto o POR convocou a defesa do governo burguês para que este realizasse as aspirações mais sentidas dos operários e camponeses.”³⁵

Por isso, o balanço elaborado pela nossa corrente conclui que a oportunidade revolucionária foi frustrada da pior maneira possível: não porque as massas tenham sido derrotadas militarmente, nem porque faltassem órgãos de poder alternativos, mas porque o partido revolucionário claudicou diante de suas responsabilidades políticas abertas pela insurreição de abril.

Uma posição intermediária, embora criticamente valiosa, foi a de Sam Ryan, dirigente da Socialist Workers Party norte-americana. Ryan alertou desde cedo que o

MNR era um partido burguês e que a política de apoio crítico poderia levar à derrota estratégica. No ano seguinte, comparou a orientação do POR com a política dos mencheviques na Rússia e do stalinismo na China.³⁶

A direção do POR ignorou essas advertências. Somente em 1956, tardiamente, foi levantada a consigna “Todo o poder à COB!”³⁷ Em 1963, Guillermo Lora reconheceria que não ter impulsionado essa orientação nos momentos decisivos havia sido o erro mais grave do partido.³⁸

A REVOLUÇÃO INTERROMPIDA, UMA E OUTRA VEZ

O que ocorreu na Bolívia após 1952 não foi um acidente. Foi um padrão histórico. O aspecto decisivo dos episódios posteriores não reside apenas em sua magnitude. Cada um deles reproduziu, sob condições diferentes, uma tensão já presente em abril de 1952: a existência de organismos de massa capazes de desafiar o Estado e a ausência de uma direção revolucionária disposta a levar esse confronto às últimas consequências.

Em 1971, sob o governo de Juan José Torres, a COB voltou a ser o centro de uma situação de duplo poder. A Assembleia Popular foi apresentada por numerosos militantes como uma reedição, em condições distintas, da experiência iniciada em 1952. No entanto, o setor trotskista de maior influência voltou a depositar suas expectativas nos setores militares considerados

progressistas. O golpe de Estado de Banzer pôs fim à experiência e abriu um novo ciclo de derrotas.

Em 1985, os mineiros ocuparam La Paz por dezessete dias. Doze mil trabalhadores paralisaram a capital. “Trabalhadores ao poder!” ouvia-se novamente nas ruas. No entanto, a direção da COB, liderada mais uma vez por Lechín, conteve o movimento e suspendeu a luta. Pouco depois, Paz Estenssoro promulgou o Decreto 21060, que desmantelou a mineração estatal e infligiu a derrota mais profunda ao movimento operário boliviano desde a revolução.

Em 2003 e 2005, durante as Guerras do Gás, os mineiros voltaram a ocupar um lugar de vanguarda nas rebeliões populares. No entanto, mais uma vez, as direções sindicais e políticas desviaram o processo para uma saída institucional que permitiu a estabilização do regime em novas formas.

As oportunidades revolucionárias se repetiram em várias etapas. No entanto, os setores revolucionários, cada vez mais enfraquecidos, continuaram a se adaptar a correntes nacionalistas ou reformistas. A repetição dessas derrotas evidencia que o problema central não era a falta de combatividade das massas, mas a persistência de uma crise na direção revolucionária.

Nossa corrente sustenta que a possibilidade de uma luta vitoriosa pelo poder operário foi frustrada não pela superioridade do adversário, mas pelas limitações do partido revolucionário.

A CRISE DA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A revolução boliviana de 1952 não foi derrotada pela superioridade militar do imperialismo. Foi derrotada porque a direção revolucionária — o POR — traiu a luta.

As condições objetivas para uma transformação revolucionária estavam excepcionalmente favoráveis. O exército havia sido destruído. As milícias operárias estavam armadas. A COB concentrava uma autoridade superior à do próprio governo. As massas haviam demonstrado uma disposição extraordinária para lutar. Precisamente por isso, a revolução boliviana ocupa um lugar tão singular na história latino-americana: mostra com clareza excepcional o papel decisivo da direção política nos momentos culminantes da luta de classes. Raramente uma corrente identificada com o trotskismo dispôs simultaneamente de influência real no movimento operário, de um programa revolucionário avançado e de uma situação objetiva tão favorável à luta pelo poder.

Por que isso aconteceu? Porque a direção do POR nunca rompeu completamente com a ilusão de que a burguesia nacional — ou seus representantes sindicais — pudesse ser empurrada para posições revolucionárias. Essa ilusão tinha uma expressão política concreta: o pablismo. Michel Pablo havia teorizado que a pressão da situação mundial empurraria setores nacionalistas e burocráticos

além de seus próprios limites históricos. A experiência boliviana mostrou os resultados dessa orientação aplicada a uma situação revolucionária concreta.

Pierre Broué formulou o balanço histórico com precisão: “Trinta e um anos após a Revolução de 9 de abril, não houve um ‘Outubro boliviano’. Isso é indiscutível. No entanto, a revolução de 9 de abril perdurou na consciência das massas na Bolívia e na América do Sul”.³⁹

A lição de abril de 1952 não é que as massas fossem incapazes de tomar o poder. É exatamente o contrário: elas demonstraram que podiam fazê-lo. Destruíram o exército, construíram suas próprias milícias, criaram órgãos de duplo poder e contavam com um programa revolucionário avançado. O problema foi que a direção que elas haviam construído frustrou ativamente sua própria revolução, traindo a luta da classe trabalhadora e do campesinato boliviano.

A memória daqueles dias — os mineiros armados, as milícias nas ruas, a COB como centro efetivo do poder e as *Teses de Pulacayo* como programa — continua viva. Cada nova rebelião tem sido uma tentativa de retomar aquele fio interrompido. E cada nova rebelião tem esbarrado no mesmo obstáculo: a ausência de uma direção capaz de converter a força social das massas na conquista efetiva do poder.

Hoje, a tarefa continua sendo construir uma liderança revolucionária que não repita esses erros e compreenda que o poder não se alcança por delegação nem

por meio do apoio crítico a governos burgueses, mas sim por meio da ação independente da classe trabalhadora organizada.

Os mineiros bolivianos prometeram: “Voltaremos”. Em 2003 e 2005, eles cumpriram essa promessa. Da próxima vez, eles poderão contar com a liderança que merecem. Construí-la é nossa responsabilidade. ■

NOTAS

- ¹ S. Sándor John, **Revolução permanente no Altiplano: O trotskismo boliviano** (La Paz: Plural, 2016), pp. 12-13.
- ² John, **Revolução permanente**, p. 31.
- ³ John, **Revolução permanente**, p. 32.
- ⁴ John, **Revolução permanente**, p. 30.
- ⁵ John, **Revolução permanente**, pp. 32-33.
- ⁶ John, **Revolução Permanente**, pp. 32-33; James Dunkerley, **Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-1982** (Londres: Verso, 1984), pp. 13, 28-42.
- ⁷ John, **Revolução Permanente**, p. 38.
- ⁸ John, **Revolução Permanente**, pp. 38, 114.
- ⁹ John, **Revolução Permanente**, pp. 38, 67-73.
- ¹⁰ John, **Revolução Permanente**, p. 31; Herbert S. Klein, **Bolívia: A Evolução de uma Sociedade Multiétnica** (Nova York: Oxford University Press, 1992), p. 145.
- ¹¹ John, **Revolução Permanente**, p. 31; Dunkerley, **Rebellion in the Veins**, p. 13.
- ¹² John, **Revolução Permanente**, pp. 22-23, 32.
- ¹³ Dunkerley, **Rebellion in the**

Veins, capítulos 1 e 2.

- ¹⁴ Dunkerley, **Rebellion in the Veins**, p. 28; John, **Revolução Permanente**, p. 114; Klein, **Bolívia**, p. 189.
- ¹⁵ General Gay Prado Salmón, **Poder e Forças Armadas, 1919-1982** (Cochabamba, 1984), citado em Alicia Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”, **Marxismo Vivo** n.º 8, 2004.
- ¹⁶ Guillermo Lora, **História do Movimento Operário Boliviano**, citado em Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ¹⁷ Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**, capítulo “A dualidade de poderes”, pp. 157-163.
- ¹⁸ Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ¹⁹ John, **Revolução Permanente**, pp. 120-122.
- ²⁰ John, **Revolução Permanente**, p. 165.
- ²¹ Trotsky, **O Programa de Transição** (1938).
- ²² Trotsky, “Pela ruptura da coalizão com a burguesia”. Carta ao Secretariado Internacional, 24 de junho de 1931. Ver também Nahuel Moreno e Miguel Romero, “Sobre o Governo Operário e Camponês (Uma carta de dezembro de 1985 ao dirigente da organização trotskista francesa Lutte Ouvrière, Hardy)”, 1985.
- ²³ John, **Revolução Permanente**, p. 196.
- ²⁴ Dunkerley, **Rebellion in the Veins**, p. 73, citado por Sagra.
- ²⁵ Kevin Young, **Blood of the Earth: Resource Nationalism, Revolution, and Empire in Bolivia** (Austin: University of Texas Press, 2017), pp. 54-55.
- ²⁶ John, **Revolução Permanente**, p. 200.
- ²⁷ John, **Revolução Permanente**, p. 200.
- ²⁸ Resolução do III Congresso

Mundial da IV Internacional (1951), citada em Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.

- ²⁹ **Frente Proletária** (jornal do POR argentino, corrente de Nahuel Moreno), 29 de maio de 1952, citado em Sagra.
- ³⁰ **Frente Proletária**, 15 de janeiro de 1953, citado em Sagra.
- ³¹ Nahuel Moreno, **O Partido e a Revolução** (1973). O texto retoma e desenvolve a polêmica iniciada em “Um documento escandaloso” (resposta a Ernest Mandel), capítulo I, “Todos os governos são iguais?”.
- ³² Moreno, **O Partido e a Revolução**.
- ³³ Moreno, **O Partido e a Revolução**.
- ³⁴ Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ³⁵ Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ³⁶ Sam Ryan, “A Letter on the Bolivian Revolution”, **Socialist Workers Party Internal Bulletin**, junho de 1952; Sam Ryan, “The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism”, **SWP Discussion Bulletin**, outubro de 1954.
- ³⁷ Resolução do Comitê Executivo do POR boliviano, maio de 1956, citada em Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ³⁸ Guillermo Lora, **A Revolução Boliviana (análise crítica)** (La Paz: Difusión s.r.l., 1964), citado em Sagra, “Bolívia: 50 anos à beira da tomada do poder”.
- ³⁹ Pierre Broué, “Bolívia, 9 de abril de 1952: Uma ‘Revolução de Fevereiro’ esquecida?”, **Revolutionary History**, vol. 4, n.º 3, verão de 1992.

BOLÍVIA – A INSURREIÇÃO TRAÍDA (1985)

**EUGENIO GRACO, CORREIO INTERNACIONAL,
N. 15. 12/1985. VERSÃO ABREVIADA.**

Em março de 1985, os trabalhadores bolivianos enfrentaram o governo de Hernán Siles Suazo em uma greve geral de 16 dias. Em seu transcurso, dez mil mineiros armados com dinamite ocuparam a capital, La Paz, enquanto o exército permanecia dividido e vacilante, sem começar a repressão. Em Oruro, uma cidade fundamental por concentrar ao seu redor as minas mais importantes do país, os trabalhadores depuseram o prefeito e apoderaram-se do governo, até entregá-lo voluntariamente à polícia local. Enquanto isso, os camponeses apoiavam o movimento operário bloqueando as estradas, a população de La Paz se solidarizava com os mineiros de diversas formas e o movimento estudantil lutava lado a lado com os trabalhadores.

Essa imensa mobilização revolucionária foi organizada pela Confederação Operária Boliviana (COB). Os mineiros que ocuparam La Paz fizeram isso sob as bandeiras de seu sindicato, a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), que integra a COB e é sua coluna vertebral. Os trabalhadores que tomaram o governo em Oruro marcharam sob a direção da Confederação Operária Departamental (COD), a seção local da COB. Os camponeses que bloqueavam as estradas eram da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), aliada à COB, da qual a CSUTCB tem representação.

As organizações estudantis que se mobilizaram também estão representadas na COB. E todos os trabalhadores do país, que se lançaram à greve geral de forma unânime, fizeram-no organizados em seus sindicatos, que estão na COB.

Apesar de ter tudo a seu favor, a greve geral não triunfou. As reivindicações econômicas que a originaram não foram atendidas. O movimento revolucionário retrocedeu. A burguesia conseguiu montar uma armadilha eleitoral que, mediante fraude, entregou o governo ao notório reacionário Víctor Paz Estenssoro. Ele lançou imediatamente um

novo ataque às massas bolivianas, na mesma linha do FMI, que seu antecessor, porém, muito mais violento. Uma nova greve geral foi organizada em setembro, mas, desta vez, foi categoricamente derrotada.

Analisando retrospectivamente, esta segunda greve geral já foi uma batalha defensiva na retaguarda. Sua sorte estava determinada em grande medida pela greve anterior: o retrocesso de março explica a derrota de setembro. Por isso, extrair, até o final, as conclusões da greve de março é absolutamente necessário para armar politicamente o movimento operário boliviano e os revolucionários do altiplano e do mundo inteiro. Não apenas para encontrar as razões da derrota, mas também, e principalmente, para entender por que escapou à classe operária boliviana, mais uma vez,



uma vitória que tinha ao alcance das mãos.

DUAS TRAIÇÕES

Segundo o nosso ponto de vista, a greve de março não triunfou por uma única razão: a direção reconhecida do movimento operário boliviano, fundamentalmente Juan Lechín e, em segundo plano, o Partido Comunista e o Movimento da Esquerda

Revolucionária (MIR), traiu-a. Essa greve geral só poderia triunfar caso se transformasse em uma insurreição, derrubasse o governo por meio da violência e colocasse o poder nas mãos da classe operária e do povo, isto é, nas mãos da COB. Isso é o que a direção dos operários e do povo boliviano não fez.

Era de se esperar que fosse assim, visto que jamais uma direção não proletária leva os trabalhadores ao poder por sua própria vontade. Nem Lechín, nem o PCB, nem o MIR são direções proletárias. As duas primeiras são burocracias antioperárias, em suas variantes nacionalista (Lechín) e russa (o PCB). O MIR é uma direção pequeno-burguesa.

Mas o mais grave é que muitos dos que se dizem revolucionários e trotskistas não tiveram uma política para fazer a revolução, para impulsionar as massas até a insurreição e, em algum momento dessa luta, substituir as direções traidoras. Por isso, o centro desta polêmica é destacar os enormes erros teóricos e políticos dos que, mais uma vez, traíram a revolução boliviana da maneira mais infame: abrigando-se sob as bandeiras revolucionárias do trotskismo. Faremos esta polêmica a partir das posições da única corrente que elaborou uma política revolucionária para a Bolívia: a Liga Internacional dos Trabalhadores.

Os protagonistas deste debate são os seguintes:

A Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), seu partido boliviano, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e a organização simpatizante da LIT na Argentina, o Movimento ao Socialismo (MAS).

O Secretariado Unificado da

Quarta Internacional (SU) e sua seção boliviana, o Partido Operário Revolucionário Unificado (POR-U).

Dois grupos nacional-trotskistas, débilmente associados à chamada Tendência Quarta Internacionalista (TC): o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, dirigido por Lora (POR-Lora), e o Partido Operário (PO) da Argentina.

A GREVE GERAL E O PROBLEMA DO PODER

A greve geral de março foi uma luta revolucionária de massas contra o governo e o regime burguês, que questionou o sistema capitalista semicolonial boliviano. Todo o mundo entendeu assim. A burguesia, aterrorizada, denunciava-a. Lechín reconhecia ainda que, evidentemente, a classe operária não poderia triunfar porque não estava armada.

As organizações com as quais polemizamos também descreviam a situação da mesma forma. André Dubois, jornalista do SU, dizia que “desde o começo desta greve... a reivindicação mais imediata põe na ordem do dia um enfrentamento sociopolítico e coloca, de fato, a questão do poder”².

A TC, por meio do jornal Masas, órgão do POR-Lora, afirmava que “a greve, desde o momento de sua eclosão, coloca em termos inequívocos o problema do poder”³. E o PO informava sobre a “confraternização revolucionária” nas ruas de La Paz de mineiros, trabalhadores fabris, docentes e estudantes; a redução do governo a uma “máscara impotente” e o “legítimo temor de que as forças armadas se desintegram” se fossem lançadas a reprimir⁴.

A LIT e o PST boliviano, por sua vez, vinham afirmando, há mais de dois anos, que na Bolívia estava colocado o problema do poder e que a greve geral de março o tornava candente. Podemos dizer, então, que todas as tendências que se reivindicam trotskistas descreveram corretamente a situação como revolucionária e a greve geral como uma greve política que colocava “o problema do poder”.

Até aí, todos concordamos com nossos mestres, que sempre atribuíram esse caráter às greves gerais. Lenin, por exemplo, dizia que “o papel de classe verdadeiramente avançado... que levanta as massas para a revolução... é desempenhado pelo proletariado industrial, que cumpre esta tarefa com suas greves revolucionárias”⁵.

Trotsky afirmava que “toda greve geral, quaisquer que sejam as palavras de ordem sob as quais tenha surgido, tem uma tendência interna a se transformar em conflito revolucionário declarado, em luta direta pelo poder... Paralisando as fábricas, os transportes, todos os meios de comunicação em geral, as usinas elétricas etc., o proletariado paralisa, assim, não apenas a produção, mas também o governo. O poder do Estado fica suspenso no ar... A greve geral apresenta, inevitavelmente, a todas as classes da nação a pergunta: “Quem vai ser o dono da casa?”⁶.

CRISE REVOLUCIONÁRIA E A QUESTÃO DO PODER

A greve geral de março não foi, contudo, um raio em céu azul. Foi o auge de uma crise revolucionária prolongada, que se iniciou em 1982 com a queda da ditadura militar de García Meza, atenuou-se

com as expectativas das massas no recente governo de Siles Suazo e ressurgiu três meses após a posse de Siles Suazo. A partir de então, uma sequência de paralisações, várias greves gerais, manifestações, ocupações de empresas, bloqueios de estradas e milhares de outras formas de luta das massas questionaram permanentemente o governo e o Estado burguês. Sem levar a uma clara situação insurrecional, este prólogo da greve de março constituiu uma situação crônica de duplo poder — poderíamos dizer, uma situação pré-insurrecional — que se prolongou por mais de dois anos.

Esta situação enquadra-se na descrição de Lenin: “A classe operária não dá trégua ao inimigo, interrompe o curso normal da vida industrial, detém constantemente o aparato da administração local e cria em todo o país um estado de alarme, mobilizando novas e novas forças para a luta. Nenhum Estado pode resistir durante muito tempo a semelhante investida...”⁷.

Se era assim, os revolucionários estavam obrigados a propor ao movimento de massas, em sua propaganda e agitação, que este assumisse o governo em suas mãos, não só durante a greve de março, mas também durante todo o período de crise revolucionária que a precedeu. Em situações como essa, a palavra de ordem de poder é a mais importante, é o eixo do programa revolucionário.

Contudo, isso não é suficiente. É necessário mostrar à classe operária e ao movimento de massas como se concretiza a “ditadura do proletariado” (expressão favorita de Lora) ou o “governo dos trabalhadores” (palavra de ordem do POR-U)⁸. É necessário dizer com quais instituições e organizações a classe

operária e o povo podem tomar o poder, destruir o Estado burguês e colocar-se a governar o país.

COM A COB E CONTRA A COB

Esta discussão já dura mais de 30 anos na Bolívia. Está colocada desde a revolução de 1952, quando o movimento operário boliviano, aliado ao movimento camponês, devastou o exército burguês, criou suas próprias milícias sindicais e camponesas e, como resultado deste grande triunfo, construiu a COB.

A partir de então, a corrente trotskista que hoje se encontra organizada na LIT propôs que a COB assumisse o poder para instaurar um governo operário e camponês e, conseqüentemente,



levantou esta palavra de ordem em cada ocasião em que a luta de classes permitia. Porém, também faz mais de 30 anos que Lechín, acompanhado pelo SU, Lora e companhia se opõem a que a COB governe a Bolívia.

O dirigente do POR-U, Antonio Moreno, afirma que a COB “é a única instituição que propôs uma solução alternativa à crise...”. André Dubois também

defende que a COB “refletia mal a dinâmica real do movimento social...”.

Lora teoriza: “Mais do que a teoria, a larga experiência teórica (sic) demonstrou que, por sua própria natureza, as organizações sindicais estão impedidas...”¹⁰. Seguindo Lora, o dirigente do PO, Roberto Gramar, afirma que a COB “não é um mecanismo para a tomada insurrecional do poder político...”¹¹.

A COB É MUITO MAIS QUE UM SINDICATO

Antonio Moreno, Dubois, Lora e Gramar cometem o mesmo erro: identificar a COB com a sua direção burocrática. É indiscutível que há uma burocracia lechínista

na COB e que é necessário combatê-la com medidas que imponham a democracia operária também em sua cúpula. Mas o que eles propõem não é isso, e sim que a COB não serve para tomar o poder e, portanto, é necessário construir outros organismos para esse fim.

Outro argumento que utilizam é que a COB é uma organização sindical. Lora diz isso claramente e

o SU insinua quando aponta a necessidade de um instrumento mais amplo e representativo. Este raciocínio se choca com a realidade histórica e atual da COB.

Apesar de ser verdade que sua estrutura básica é composta por sindicatos, a COB é muito mais do que uma central sindical. A COB de 1952 construiu milícias operárias que, junto às milícias camponesas, tornaram-se a única força armada do país até que, pela traição de sua direção, a burguesia conseguiu reconstruir seu exército. A COB atual agrupa em seu interior, além dos sindicatos, as organizações camponesas, estudantis, de mulheres etc. E teria bastado que sua direção chamasse os soldados e policiais a se organizarem na base para que, automaticamente, se incorporassem a ela.

Quando Lora afirma que a COB não pode tomar o poder porque tem as limitações de qualquer “organização sindical”, por sua “própria natureza”, só está dizendo uma estupidez totalmente esvaziada de todo conteúdo real. Desafiamos Lora a explicar, da forma como ele entende, como se encaixa na “própria natureza” de um sindicato a prática de formar milícias e agrupar os camponeses e demais setores explorados da população.

OS ORGANISMO DE DOBLE PODER E O FETICHISMO SOVIÉTICO

Afirmar que a COB não é um organismo apto para exercer o poder porque está estruturada em torno de uma determinada forma organizativa – os sindicatos – indica uma enorme ignorância histórica e teórica sobre as instituições de poder. Tanto a experiência histórica como a

teorização que Marx, Engels, Lenin e Trotsky fizeram sobre ela afirmam que os organismos de poder do proletariado e das massas revolucionárias não se ajustam a nenhuma receita organizativa rígida, e sim que adotam as formas mais variadas, segundo as próprias massas as constroem nas situações de crise revolucionária.

É verdade que Marx, Engels e Lenin defenderam que a Comuna era um governo operário, enquanto Trotsky afirmou que era um município democrático-burguês. Mas todos eles coincidiram em que o primeiro organismo de poder operário da história, que fez a insurreição e atuou como governo, foi o Comitê Central da Guarda Nacional. Isso deveria ser um chamado de atenção para todos os que pensam que um organismo de poder, para sê-lo, deve seguir determinadas receitas organizativas e, conseqüentemente, negam esse caráter à COB boliviana por se assentar sobre os sindicatos.

A partir do triunfo da Revolução Russa de 1917, a palavra “soviet” tornou-se sinônimo de um organismo de poder da classe operária. Os soviets eram muito diferentes dos sindicatos. Nasceram como comissões operárias para organizar as greves na Revolução de 1905.

Lenin definiu os soviets como “órgãos da luta direta das massas. Surgiram como órgãos da luta grevista. Sob a pressão da necessidade, transformaram-se rapidamente em órgãos da luta geral revolucionária contra o governo”¹². Esses “novos órgãos de poder revolucionário... eram criados exclusivamente pelas camadas revolucionárias da população... por seu caráter político-social, isto era, em sua

forma embrionária, a ditadura dos elementos revolucionários do povo”¹³.

Contudo, ao mesmo tempo, Lenin já alertava que “o papel dos soviets... cercou essas organizações de uma auréola que, às vezes, são consideradas com certo fetichismo. Acredita-se que estes órgãos são, sempre e em todas as circunstâncias, órgãos ‘necessários e suficientes’ para o movimento de massas”¹⁴.

Em síntese, tanto para Lenin quanto para Trotsky, o que definia os soviets como órgãos de poder não era sua forma organizativa, mas seu “caráter político” e seu “conteúdo de classe”. Daí que a definição mais geral que Trotsky faz não se refere a uma determinada forma de organização, mas ao caráter de classe e às tarefas colocadas: “O soviet é a forma mais elevada de frente única na etapa em que o proletariado luta pelo poder”¹⁵. Exatamente a mesma definição de Lenin: um organismo de “luta geral revolucionária” das “camadas revolucionárias da população” para tomar o poder.

Para os que questionam a capacidade da COB de tomar o poder por seu caráter sindical, recordemos que Trotsky afirmava que “os sindicatos ingleses podem ser um poderoso palanque da revolução proletária; inclusive, em certas condições e por certo período, podem substituir os soviets operários”. Recapitulemos: o Comitê Central da Guarda Nacional na Comuna de Paris, os soviets e os comitês de fábrica na Revolução Russa, os comitês de ação da Frente Popular na França, os comitês de base na Alemanha, os sindicatos na Inglaterra, os partidos-exército guerrilheiros na China, no Vietnã e em Cuba: todos

eles foram, real ou potencialmente, órgãos de poder. Ninguém que possua conhecimentos elementares de história e de teoria marxista revolucionária pode defender seriamente que a COB não serve para tomar o poder por se basear nos sindicatos.

A “HETEROGENEIDADE IDEOLÓGICA” DA COB

Outro argumento contrário à COB como organismo de luta pelo poder é o que Lora aponta ao descartá-la por sua “heterogeneidade ideológica”. Ao contrário, um organismo que pretende tomar o poder deve, segundo ele, ser ideologicamente homogêneo. Conclusão: Lora não tem a menor ideia da diferença entre uma organização de massas e um partido revolucionário.

Toda organização de massas, desde um sindicato até um soviet, é ideologicamente heterogênea, pois agrupa todos os operários e os setores da população que lutam. Um partido é ideologicamente homogêneo porque agrupa todos os que compartilham de seu programa. Se uma organização de massas não fosse ideológica e politicamente heterogênea, não seria de massas, pois excluiria todos aqueles que, ainda que queiram lutar, não compartilham da ideologia de sua direção. Por isso, Lenin definia o futuro “governo provisório revolucionário” como uma “organização comum... sem partido ou interpartidária”¹⁶.

Quer maior “heterogeneidade ideológica” do que esta, que inclui os “partidos putrefatos” no órgão de luta pelo poder? Precisamente por ser um organismo de frente única do proletariado e das massas exploradas, todo órgão de poder se apoia obrigatoriamente na



presença, em seu interior, da ampla maioria do movimento de massas, com suas ideologias e partidos reformistas, centristas e revolucionários. O partido revolucionário luta pela direção do organismo de massas contra os outros partidos. Trata de impor seu programa e sua política. Porém, se consegue isso, não expulsa o restante das correntes; jamais exige de um organismo de massas a homogeneidade ideológica que pretende o ultrassectário Lora.

CAPITULAÇÃO A LECHÍN

Consequentemente, com sua palavra de ordem de poder à COB, o PST formulou-a sob a exigência de que Lechín assumisse o governo do país em nome da COB e estivesse submetido à sua disciplina. Nem o SU nem a TC levantaram essa palavra de ordem. Para Lora, um governo da COB seria “nada mais do que uma variante dos governos burgueses” se a burocracia lechinista continuasse à sua frente. Gramar disse textualmente o mesmo. Dubois e Antonio Moreno nem sequer mencionam este problema.

Tanto o SU como a TC

manifestam uma absoluta falta de política perante a direção burocrática de Lechín, que se transforma numa capitulação total a ele, disfarçada de linguagem ultrasquerdista. Ao não exigir de Lechín, direção da COB, que tome o poder e que governe sob a disciplina da COB, o SU e a TC não só desconhecem a mais urgente necessidade do proletariado boliviano – tomar o poder com a direção e a organização que tem –, mas também não comprometem o burocrata ante as massas por traí-la. Finalmente, não se postulam como direção alternativa que se propõe a fazer o que a situação exige – tomar o poder com a COB –, já que Lechín se nega a fazê-lo.

Lora ataca a exigência do PST de que Lechín fosse presidente tomando o poder com a COB ou, caso contrário, renunciasse à sua direção, alegando que isso significa que a tomada do poder “é tarefa de alguns dirigentes sindicais, e não das massas”. Parece que Lora não leu Lenin e Trotsky – ou não entendeu nada do que leu –, uma vez que esta tática não foi inventada pelo PST nem pela LIT, mas pelos bolcheviques durante a

Revolução Russa.

Quando a direção conciliadora dos soviets empantanava a revolução, Lenin propôs a “formação de um governo constituído por socialistas-revolucionários e mencheviques, responsável ante os soviets”¹⁷. Se eles aceitassem, os bolcheviques “renunciariam imediatamente à exigência da transferência do poder ao proletariado e aos camponeses pobres e aos métodos revolucionários de luta a favor dessa reivindicação”.

Trotsky fez o balanço desta tática genial: “os mencheviques e os socialistas-revolucionários rechaçaram este compromisso... Nas mãos dos bolcheviques esta recusa se transformou na mais poderosa arma para a preparação da insurreição armada, que, sete semanas depois, varreu os mencheviques e os socialistas-revolucionários”¹⁸.

Abdicar da exigência de que Lechín tome o poder e governe em nome da COB, e como responsável perante ela, significa simplesmente capitular a Lechín. É negar-se a usar a “arma mais poderosa” para “varrê-lo” da direção do movimento de massas boliviano.

INVENTAR NÃO CUSTA NADA

Tendo descartado a COB como organismo de poder, o SU e a TC dedicam-se a inventar organismos “de massas” para fazer a revolução. Assim, o SU e a TC atuam de forma inversa à dos marxistas. Em

vez de perguntar-se que organismos foram construídos pelas massas e propor que, com eles, tomem o poder, dedicam-se a extrair de seus febris intelectos uma série de receitas organizativas. Qualquer coisa menos reconhecer que o organismo que as massas têm para lutar é a COB.

Trotsky recomendava o oposto: não inventar nada; descobrir quais organizações de poder foram construídas pelas próprias massas.

Não era tão difícil descobrir essas “formas e métodos de organização” na Bolívia, já que havia o antecedente da insurreição triunfante de 1952, feita pelos sindicatos com suas milícias. Somente uma profunda repugnância pela classe operária, por seus métodos e organizações, própria de pequeno-burgueses sem remédio, pode explicar que os dirigentes do SU e da TC não vissem a COB como a organização revolucionária das massas bolivianas. Pior ainda, que opusessem a esta central organismos que só existiam em suas cabeças, substituindo – diria Trotsky – “a ação revolucionária pelo mais nefasto dos jogos, aquele que consiste em distrair-se, no campo da organização, com puerilidades”.

GREVE GERAL E INSURREIÇÃO

“Todo o poder à COB!” foi, portanto, a única palavra de ordem verdadeiramente revolucionária durante o período que vai das primeiras lutas contra Siles até a greve geral de março. No entanto, a estratégia revolucionária não se esgota na palavra de ordem, que aponta o objetivo do movimento, mas não os meios para sua realização.

Gramar afirma corretamente que não se deve confundir a situação revolucionária com a insurreição. Efetivamente, nem uma situação revolucionária nem uma greve geral são suficientes para a tomada do poder: é necessária uma insurreição.

O curioso é que nenhuma das correntes com as quais discutimos chamou os trabalhadores a fazer a insurreição, a se organizar e se armar para ela. Polemizando com o MAS, Gramar defende que, na Bolívia, não se esteve nem sequer perto de uma insurreição, pois a “insurreição não foi acolhida pelas massas”. Lora afirma, em meio à greve geral, que “não se pode dizer que entramos na etapa insurrecional”. O SU não fala da insurreição.

O SU e a TC desconhecem o mais elementar da teoria marxista revolucionária, já que, para Lenin e Trotsky, a greve geral sempre tendia à insurreição. Trotsky afirmava que “a greve geral não resolve o problema do poder, não faz mais do que levantá-lo”. Para apoderar-se do poder é preciso, apoiando-se na greve geral, organizar a insurreição”¹⁹. Em 1920, ao referir-se às lições da revolução de 1905, Lenin dizia que “a luta revolucionária alcançou tal nível de desenvolvimento e tal potência que a insurreição armada coincidiu com a greve de massas.” E acrescentava: “Esta experiência tem significado mundial para todas as revoluções proletárias”²⁰.

No mês de março boliviano, a tendência à insurreição se expressou, portanto, no simples fato de haver uma greve geral. Mas a realidade superou esta verdade teórica.

Já vimos o exemplo de Oruro, em que os trabalhadores tomaram o governo em suas mãos por um



dia. Mas o melhor exemplo é o de La Paz. O que significa a ocupação da capital do país por dez mil mineiros armados com dinamite, que fazem nela o que querem enquanto a burguesia se esconde debaixo da cama, a pequena burguesia acomodada treme de pânico, a classe operária e o povo pobre os apoiam, e o exército se mostra incapaz de intervir?

Se não querem chamar isso de semi-insurreição, de começo de insurreição ou de “tendência à insurreição”, não sabemos que outro nome pode ter. Parece bem ao SU e à TC denominar de “manifestação armada”? Mas não foi uma manifestação armada; trata-se claramente de uma insurreição em curso. Lenin descobriu esta dinâmica já em 1905: “a greve transformou-se em greve geral e desembocou numa formidável manifestação... Começou a insurreição”²¹.

A cegueira do SU e da TC, que os impediu de ver que estavam diante de um começo de insurreição, tem sua explicação última na cegueira em relação à COB: se os trabalhadores e o povo boliviano não haviam construído um organismo para a insurreição e para governar... a insurreição não existia.

A INSURREIÇÃO SOCIAL E A INSURREIÇÃO “COMO ARTE”

Gramar faz uma distinção correta ao dizer que existe uma insurreição “massiva e irrefreável” e outra insurreição que, “enquanto ação política consciente, é uma arte”. A primeira é a que faz as massas em luta, que chegam até a disputar o controle das ruas com o regime burguês; a que, como já vimos, Lenin define como o passo da greve geral às manifestações. A segunda é a ação concreta dos

destacamentos armados dessas massas em luta para apoderar-se do poder político.

A diferença que temos com Gramar é que, para nós, a insurreição “massiva e irrefreável” estava em marcha na Bolívia em março: greve geral, ocupação armada de La Paz pelos mineiros, apoio dos camponeses e do povo pobre, crise completa da burguesia, paralisia e vacilação do exército.

Faltava fazer a insurreição como “ação política consciente”. Concretamente, que os mineiros se dirigissem até os quartéis para fazer a grande parte da base do exército passar para o bando revolucionário, que, por essa via, melhorassem seu armamento, somando fuzis à dinamite, que se dirigissem aos trabalhadores fabris e funcionários públicos e aos estudantes para armar, junto com eles, pequenos destacamentos de combate e que, finalmente, ocupassem a sede do governo e os centros nevrálgicos de transporte e comunicação.

“Os soviets”, diz Lenin, são necessários “para aglutinar as massas e forjar uma unidade combativa, mas são insuficientes para organizar diretamente as forças de combate”²². É necessário contar, ao mesmo tempo, com uma organização militar, “uma organização direta das forças”, “uma organização de combate... em forma de destacamentos operários armados”.

Voltando à Bolívia, devemos dizer claramente que os dez mil mineiros armados que ocupavam La Paz já eram um organismo militar para a insurreição ou, pelo menos, um embrião desse organismo militar. Era a eles que deveria ser proposto que se pusessem em marcha até a tomada

do poder pela força, até a insurreição. Esse organismo deveria reforçar-se, estender-se a todo o proletariado e aos quartéis, elaborar um plano concreto para a insurreição e executá-lo.

Tudo isso, é claro, sem esperar nem um minuto para que Lechín mudasse de posição e se declarasse a favor da insurreição. A insurreição seria feita mesmo que a COB não a convocasse oficialmente. E depois? Depois, possivelmente, quase certamente, os insurretos entregariam o poder à COB. Parafraseando Lenin: apesar de Lechín e companhia, que dirigem a COB, estarem contra a insurreição, se os trabalhadores armados tomassem o poder, não o fariam “contra a COB, mas para ela”.

O PROBLEMA DO ARMAMENTO

Não foi em vão que Lechín se colocou, durante décadas, à frente dos grandes movimentos revolucionários do proletariado boliviano para entregá-los melhor ao inimigo de classe. O velho burocrata viu que uma insurreição estava se gestando, disse que era necessária... e que não podia ser feita porque não havia armas. Gramar tem a mesma opinião de Lechín: para ele, a dinamite é apenas “um instrumento de trabalho” e “não foi a dinamite que decidiu a situação em 1952, mas uma insurreição irrefreável.” Dubois disse o mesmo: “o povo boliviano não está armado”.

Concordamos com Lechín: não há insurreição que triunfe se o problema do armamento não for resolvido. Mas discordamos do conceito um tanto burocrático de Gramar sobre a dinamite. Se a dinamite for usada para extrair o mineral, é um “instrumento de

trabalho”; se for usada para matar fascistas e militares da burguesia, é uma arma.

Os mineiros com dinamite que ocuparam La Paz já haviam começado a se armar. Este fato político e militar é fundamental.

Mesmo sem dinamite e sem nada, bastaria que tivessem começado a se organizar para a luta física nas ruas, e a insurreição já estaria em marcha. Porque, ao contrário do que disse Lechín, o armamento é produto da organização militar da insurreição e não um requisito prévio.

Lenin recomendava organizar militarmente a insurreição criando “grupos voluntários de dez, cinco e até três membros... de partido e sem partido, todos vinculados por uma tarefa revolucionária comum: a insurreição contra o governo... antes de obter as armas, independentemente do problema do armamento”²³.

MILÍCIA E EXÉRCITO

Em relação ao outro aspecto do armamento, a questão do exército, Lenin e Trotsky subordinavam-na à organização militar da insurreição. Lenin dizia que “todo movimento verdadeiramente popular produz inevitavelmente... a vacilação das tropas”, mas que sua “mudança de lado” não é “um ato simples, mas o fruto de uma verdadeira luta para ganhar o exército”²⁴. Essa luta é impossível, segundo Trotsky, sem “a milícia operária” que, “com o apoio de toda a classe... deverá derrotar, desarmar e aterrorizar as quadrilhas de bandidos da reação e abrir o caminho aos operários até a confraternização revolucionária com o exército”²⁵.

Em síntese, a base do exército não é ganha para a revolução só nem fundamentalmente com a

propaganda, mas com o armamento da milícia operária.

Na Bolívia, a política revolucionária estava colocada dessa mesma forma, concreta e material. Era necessário desenvolver a organização armada embrionária constituída pelos mineiros com suas dinamites, estendê-la aos trabalhadores fabris e aos estudantes revolucionários, ocupar as ruas e marchar até os quartéis para ganhar os soldados.

Tanto o SU como a TC falaram propagandisticamente e ligeiramente sobre o armamento e sobre o que os soldados deveriam passar para o campo da revolução. Mas ao não encarar nem sequer propor medidas concretas, práticas para organizar militarmente a insurreição, não fizeram nada para armar o proletariado e ganhar a base do exército.

COMO SE FORJA UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Existe uma polêmica, às vezes explícita e quase sempre tácita, entre duas concepções sobre a forma de forjar um partido revolucionário. Uma delas, que poderíamos denominar “possibilista”, afirma que o partido se constrói fazendo o possível, isto é, o que seu desenvolvimento e sua influência no movimento de massas permitem. Dada a situação mundial em que, por razões históricas, os partidos trotskistas são marginais e não possuem influência de massas em nenhum país do mundo, o “possível” é fazer sindicalismo, fazer comentários e críticas aos partidos oportunistas de massas etc. Mas o curso dos acontecimentos está fatalmente determinado pelos “fatores objetivos” – entre os quais se inclui o domínio das massas pelos aparatos burocráticos – e o partido

trotskista, pequeno, marginal, não pode fazer nada para modificá-lo.

Desta concepção nascem graves deformações, tanto políticas quanto práticas. No âmbito político, isso leva a que, ainda que em algumas ocasiões seja possível fazer descrições certas sobre uma situação, tais descrições não se organizem em palavras de ordem claras, concretas, contundentes e precisas para atuar sobre essa realidade e modificá-la a favor da revolução. No prático, os dirigentes e militantes desse partido, educados na lição de que nada podem fazer para mudar a história, carecem da audácia necessária para atuar nessas raras ocasiões em que efetivamente podem fazê-lo, ou seja, nas crises revolucionárias.

A outra concepção é oposta: os revolucionários intervêm na luta de classes como podem, para incidir sobre ela e levar o proletariado à vitória. Não importa se já temos a influência sobre as massas que nos permita mudar a história ou se ainda não a temos. Em todas as circunstâncias, propomos à classe operária e à sua vanguarda linhas de ação revolucionárias, práticas e concretas.

Sabemos que, quando a luta de classes não é aguda, não podemos impor nossas políticas, são “impossíveis”. Sabemos que, inclusive nas crises revolucionárias, para que nossas políticas se imponham, é preciso um mínimo de força e organização; do contrário, são “impossíveis”. Mas, ainda assim, seguimos o exemplo de Marx, que, do exterior, propunha políticas e medidas claras e concretas aos revolucionários da Comuna de Paris e sem ter um único militante organizado em Paris.

Essa concepção de como se constrói um partido revolucionário forja partidos, dirigentes e militantes para a ação revolucionária, convencidos de que podem mudar a história, sem se limitar a contemplar e comentar, como outros o fazem... ou não.

O “possibilismo” é um câncer que impede a intervenção revolucionária em qualquer luta de classes, inclusive na greve mais defensiva do país mais estável. Mas este câncer é mortal nas situações revolucionárias agudas, já que nelas o “fator subjetivo” adquire um peso decisivo. Quando as massas se lançam ao assalto contra o velho sistema e este oscila em sua crise agonizante, a ação de uma pequena organização revolucionária pode adquirir um peso objetivo: definir a situação como um triunfo revolucionário.

POSSIBILISMO E BOLCHEVISMO NA BOLÍVIA

A revolução boliviana permite desnudar o que há de nefasto na concepção “possibilista”. Em última instância, tanto o SU quanto a TC atuaram convencidos de que a vitória da revolução era impossível ou, pelo menos, que não dependia deles. Era impossível que a única organização operária e de massas existente e reconhecida tomasse o poder... porque Lechín a dirigia, porque era um sindicato e não um soviets, porque a “esquerda” não se unia em uma frente, porque as massas não estavam armadas... pelo que fosse, mas era impossível. O que era preciso fazer? Esperar... que o partido trotskista crescesse e ganhasse as massas, que a esquerda se unisse, que surgissem soviets ou algo parecido, que as massas rompessem com Lechín.

A classe operária e as massas

havam chegado o mais longe que podiam chegar pelos seus próprios meios: haviam realizado 90% da preparação da insurreição. Mas nossos “possibilistas” diziam em coro que a insurreição não estava colocada... era preciso esperar.

Eles não se consideravam capazes de aproveitar essas circunstâncias excepcionais da revolução para atuar e mudar a história da Bolívia.

Contudo, na Bolívia, teriam bastado 200 ou 300 militantes revolucionários decididos e audaciosos, que, em um trabalho de anos, tivessem conquistado de 50 a 100 ativistas mineiros para a política revolucionária correta, para que a insurreição se desenvolvesse e triunfasse. Que esses 50 mineiros dissessem aos 10 mil que ocupavam La Paz: “É necessário derrubar o governo! Os que querem fazê-lo juntem-se em grupos de combate e comecem a conseguir armas! Vamos aos quartéis para recrutar soldados! Vamos às fábricas, às universidades e aos bairros para organizar mais grupos de combate! Mandemos uma delegação a Oruro para dizer aos trabalhadores que não saiam da sede do governo porque, em La Paz, nós vamos fazer o mesmo com o Palacio Quemado!” Só com isso era possível – não seguro, mas muito provável – que a revolução boliviana triunfasse. Um partido educado na ação revolucionária poderia tê-lo feito. ■

NOTAS

² INPRECOR, 15/4/85, p. 3-7.

³ Masas, 21/3/85.

⁴ Prensa Obrera, 20/3/85.

⁵ Lenin, Obras Completas, T. XIX, p. 220.

⁶ Trotsky, Adónde va Francia?,

Pluma, Buenos Aires, 1974, p. 79-80 e 86.

⁷ Lenin, Obras Completas, T. IX, p. 341.

⁸ Ver Manifiesto do POR-U publicado em INPRECOR n° 194 e Masas, 20/3/85.

⁹ Intercontinental Press, 15/4/85.

¹⁰ Masas, 17/3/85.

¹¹ Prensa Obrera, 18/4/85.

¹² Trotsky, The Crisis of the French Section, Pathfinder, New York, 1977, p. 111.

¹³ Lenin, Obras Completas, T. XI, p. 118.

¹⁴ Lenin, Obras Completas, T. X, p. 237.

¹⁵ Trotsky, La lucha contra el fascismo en Alemania, Pluma, Buenos Aires, 1973, T. I, p. 41.

¹⁶ Lenin, Obras Completas, T. XV, p. 343.

¹⁷ Lenin, Obras Completas, T. XXV, p. 297-298.

¹⁸ Trotsky, La lucha contra el fascismo en Alemania, T. I, p. 139.

¹⁹ Trotsky, Stalin: el gran organizador de derrotas, Distribuidora Baires, Buenos Aires, 1974, p. 198.

²⁰ Lenin, Obras Completas, T. XXXI, p. 326.

²¹ Lenin, Obras Completas, T. VIII, p. 67.

²² Lenin, Obras Completas, T. XI, p. 118-120.

²³ Trotsky, Stalin, Yunque, Buenos Aires, 1975, T. II, p. 63.

²⁴ Lenin, Obras Completas, T. XI, p. 167.

²⁵ Trotsky, Adónde va Francia?, p. 34.

²⁶ Trotsky, Adónde va Francia?, p. 94.

CRONOLOGIA REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA BOLÍVIA

EDU ALMEDIA, PSTU, LIT-CI



1952 — Os mineiros, armados de dinamite, derrotam o Exército boliviano, derrubando o governo militar e pró-imperialista de Hugo Ballivián. Sem partido revolucionário, a classe operária não toma o poder e o governo é assumido pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um movimento pequeno burguês que, com Paz Estenssoro, Hernán Siles e Juan Lechín Oquendo, consegue restaurar o Exército e demais instituições burguesas. Durante três governos seguidos, o MNR abriu as portas para a recolonização imperialista da Bolívia, deu asas à burocratização da COB e dos sindicatos, cortou as liberdades democráticas e massacró as mobilizações operárias e populares.

1964 — As Forças Armadas dão um golpe preventivo para impedir outra revolta popular. Em crise, o MNR não consegue controlar a situação. Impõe-se então uma Junta Militar encabeçada pelo general René Barrientos e Alfredo Ovando. Barrientos, vice-presidente do último governo de Paz Estenssoro, foi treinado pelo governo norte-americano no Panamá, dando início a um dos piores

períodos da história das massas bolivianas.

1965 — A COB decreta uma greve geral em rechaço ao desterro de Lechín, e das restrições às liberdades sindicais, que ocasionou a intervenção do exército nas minas com prisões e desteros de dirigentes. Milhares de operários são despedidos e os salários congelados apesar do aumento do custo de vida. Barrientos assina um pacto entre o exército e os camponeses, ganhando forte apoio deles.

1967 — Barrientos propicia o massacre dos mineiros que resistiam a seu governo e reprime as mobilizações universitárias. Sob ordens da embaixada americana e efetuada por Barrientos é executado Che Guevara.

1969 — Barrientos morre em acidente e assume constitucionalmente o vice-presidente Adolfo Siles Salinas que foi imediatamente derrubado mediante um golpe de Estado encabeçado pelo general Alfredo Ovando, que tenta estabelecer um governo populista, com uma política de desenvolvimento nacional e relativa independência em relação ao imperialismo. Durante seu governo se nacionaliza o petróleo. A brutal colonização do imperialismo norte-americano por um lado e o ascenso operário e popular por outro, forçam Ovando a passar de um governo reacionário bonapartista, com características fascizantes (foi cúmplice dos crimes cometidos por Barrientos, incluindo o massacre dos mineiros e a morte de Che Guevara), para um governo bonapartista sui generis, no sentido dado por Trotsky: “Nos países industrialmente atrasados, o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Daí a debilidade relativa da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso dá origem a condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o doméstico, entre a débil burguesia nacional e o proletariado relativamente poderoso. Isso dá ao governo um caráter bonapartista sui generis, um caráter diferenciado. Ele se eleva, digamos, por cima

das classes. Na verdade, pode governar, ora como instrumento do capital estrangeiro e controlando o proletariado com as cadeias de uma ditadura policial, ora manobrando com o proletariado e até mesmo chegar a fazer-lhe concessões e obter assim a possibilidade de ter certa independência em relação aos capitais estrangeiros”. (Escritos sobre América Latina, 1938)

1970 — A Embaixada Americana tenta derrotar o ascenso revolucionário estimulando um golpe contra Ovando, dirigido pelo general Miranda. Porém, uma poderosa greve convocada pela COB frustra os planos e acaba com o golpe em 48 horas. Surge um governo kerenskysta, dirigido pelo general Juan José Tórrez. Abre-se uma etapa revolucionária. O IV Congresso da COB aprova uma tese que diz em síntese: “Nós, operários das minas, declaramos que nossa missão histórica hoje é derrotar o imperialismo e seus lacaios nativos. Declaramos que nossa missão é lutar pelo socialismo. Declaramos que nós, os mineiros, somos a vanguarda revolucionária da classe operária boliviana. Assumimos o papel dirigente na revolução como os autênticos representantes dos interesses nacionais. A aliança dos operários e camponeses com os pobres das cidades e todas as forças anti-imperialistas é a garantia de vitória”. Encerrando as Teses, dizem os mineiros: “Nós, trabalhadores mineiros, chamamos a fortalecer a unidade dos trabalhadores da América Latina para construir um mundo melhor. Chamamos os trabalhadores de nossos países irmãos do continente a unir-se sobre a base de uma política

operária independente contra o imperialismo e a reação oligárquica. Esta é a melhor garantia para conseguir a grande pátria latino-americana que Martí e Bolívar sonharam. Hoje, como ontem, nosso lema é: A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”

1971 — No primeiro de maio se conforma a “Assembléia Popular”, organizada pela COB e presidida por Juan Lechín. Se instalou com 223 delegados de acordo a representantes de setores de produção no país e representantes de classe (132 mineiros). A COB se assumia como um órgão real de poder e como mecanismo para assumir o governo. Seu funcionamento se dá nas dependências do Poder Legislativo. Tórrez oferece à COB 50% do governo, proposta que é recusada. Porém, as principais direções desenvolvem uma estratégia de poder para a classe operária. A embaixada Americana e os empresários planejam um golpe reacionário, e Tórrez, leal à sua classe e ao exército, se nega a entregar armas à COB para repelir o golpe reacionário. Em 21 de agosto se consolida o golpe militar encabeçado pelo Coronel Hugo Bánzer, fechando a etapa revolucionária. Massacre dos mineiros, universitários, e se limitam todas as liberdades políticas e sindicais. O país aprofunda sua recolonização, a indústria, a agricultura e outros setores não se desenvolvem apesar dos preços excepcionais do estanho e dos hidrocarbonetos, base da economia nacional, pelo aprofundamento do saque imperialista, refletido no colossal aumento da dívida externa.

1976 — A resistência operária

e popular aos planos de Bánzer tem efeito e surge uma onda de greves pedindo o fim da ditadura. Em janeiro começa uma greve na fábrica de calçados MANACO em Cochabamba, e apesar da solidariedade dos estudantes e da classe operária, não se impede a demissão de 900 trabalhadores. Faltando apenas três dias para terminar o ano, quatro mulheres de mineiros, acompanhadas por seus 14 filhos, chegaram a La Paz. Eram as companheiras Domitila Chungara, Aurora de Lora, Angélica Flores e Luzmila de Pimentel, esposas de ativistas mineiros despedidos na greve a princípios do ano. Elas iniciam uma greve de fome que se massifica em todo o país pedindo anistia geral, reincorporação dos mineiros e demais trabalhadores demitidos por causas políticas e sindicais, a vigência dos sindicatos e a retirada do exército dos centros mineiros.

1977 — A luta culmina com uma grande vitória, derrotando a ditadura, que retrocede em todos os pontos exigidos pelos trabalhadores. A iniciativa passa para as mãos da classe operária.

1978 — Bánzer se vê obrigado a convocar eleições, que são anuladas por uma escandalosa fraude. O candidato oficialista, Pereda Asbún, nega-se a renunciar e dá um golpe militar contra Bánzer. A crise se aprofunda.

1979 — Momentaneamente a burguesia encontra uma saída conformando um governo civil encabeçado por Guevara Arce. Porém, em novembro, Natush Bush dá um golpe sangrento que é derrotado por uma grande greve geral da COB de 15 dias, e assume o poder a presidenta do Senado, Lidia Gueiler. A COB realiza seu V Congresso. O movimento

camponês se organiza por fora da tutela do Estado e surge a poderosa Confederação Camponesa, a CSUTCB, filiando-se pela primeira vez à COB.

1980 — Se realizam novas eleições. Sai vitoriosa a Frente Popular (Unidade Democrática e Popular – UDP) encabeçada por Siles Suazo (MNRI), Jaime Paz Zamora (MIR) e o Partido Comunista. Também houve um grande apoio ao partido socialista de Quiroga Santa Cruz. Porém, os militares impedem sua eleição no Congresso mediante um sangrento golpe. Nasce o governo de García Mesa e Arce Gómez, com forte apoio de setores burgueses narcotraficantes, da ditadura argentina, porém, sem contar com o total apoio da Embaixada Americana. Assassina Marcelo Quiroga Santa Cruz e outros. Se encarcera e exila Lechín, e dirigentes políticos e sindicais. Se destrói a histórica sede da COB.

1982 — A pressão da classe operária faz sentir seu peso. No que se denominou “setembro vermelho”, uma onda de greves e mobilizações acaba com a ditadura militar, que havia passado de Mesa a Torrelio e finalmente a Vildoso. O distrito mineiro de Huanuni inicia uma greve geral por tempo indeterminado, que se expande rapidamente para todo o país. Os mineiros foram seguidos pelos operários de Cochabamba, La Paz, Oruro e Potosí. Abre-se novamente uma etapa revolucionária e, em outubro, um vazio de poder. O poder esteve ao alcance das mãos dos trabalhadores, porém, a burguesia, contando com a colaboração dos principais dirigentes da COB e com a UDP, convocam o Congresso que elegeu Siles Suazo como presidente e Jaime Paz

Zamora como vice-presidente.

1983 — Surge um governo kerenskysta, que é incapaz de solucionar os problemas do país, por seu compromisso com o imperialismo. As greves e bloqueios de estradas paralisam o governo. A COB se converte em um órgão de poder dual que centraliza todas as lutas.

1984 — Se realiza o VI Congresso da COB, apesar de ratificar formalmente as teses socialistas de 1971, a declaração por maioria se pronuncia “por defender e preservar a conjuntura democrática”, negando-se desta maneira a assumir a luta pelo poder da classe operária e camponesa.

1985 — Uma greve geral de 16 dias organizada pela COB coloca o governo de Siles Suazo contra a parede. Dez mil mineiros armados com dinamite ocupam a capital, La Paz, enquanto o exército, dividido e vacilante, não se anima a reprimir. Novamente o poder se coloca ao alcance dos trabalhadores. Mas a burguesia consegue, mediante uma armadilha eleitoral, derrotar o movimento. Nem Lechín, dirigente histórico da COB, nem o PC, nem o POR, nem outra força política operária representada na COB quis encabeçar a derrubada de Siles e impor um governo dos trabalhadores, que se concentrava no poder da COB. Desorientadas, as massas vão às eleições e votam majoritariamente nos partidos burgueses. Com uma fraude declarada, sobe ao poder o governo reacionário de Víctor Paz Estenssoro, apoiado pelo conjunto da burguesia (incluído o MIR) e o imperialismo.

1986 — Paz Estenssoro desfere o pior ataque recolonizador contemporâneo contra a Bolívia e

contra as conquistas da classe operária e consegue fechar a etapa revolucionária. Aplica um selvagem plano econômico (o Decreto Supremo 21060). Além do aumento da dívida externa, a submissão aumenta mediante as privatizações das empresas estatais. Seu êxito residiu na demissão de 30.000 trabalhadores mineiros, 18.000 trabalhadores de fábricas, 2.000 bancários e dezenas de milhares de empregados do Estado.

1987 — Em meio à etapa reacionária, se realiza o VII Congresso da COB. A outrora poderosa COB vive a pior de suas crises, porém, em sua debilidade, ajusta contas com Lechín a quem separa. Assume a direção Reyes, do Partido Comunista.

1989 — Nas eleições nacionais, os três partidos representantes do neoliberalismo disputam os primeiros lugares: MNR, ADN e MIR. No Congresso, com o apoio de Bánzer, é eleito presidente Jaime Paz Zamora. A política recolonizadora segue seu curso. O VIII Congresso da COB separa os comunistas e a direção histórica do sindicalismo camponês, Genaro Flores.

1990 — A resistência do movimento operário e popular é atomizada. No entanto, consegue frear a entrega das salinas de Uyuni às transnacionais. Porém, o retrocesso na luta de classes deixa suas marcas nas direções da COB que giram cada vez mais à direita.

1993 — Outra eleição nacional e Gonzalo Sánchez de Lozada (conhecido como Goni), dirigente do MNR, vence as eleições, em meio a um clima de denúncias de corrupção e de fraude. Eleito presidente pelo congresso, lança uma nova ofensiva contra os trabalhadores,

demite dois mil ferroviários, realiza a reforma da previdência, reforma da educação, a “participação popular” e antes de deixar seu mandato, a Lei dos Hidrocarbonetos, que legitima o roubo das enormes riquezas gasíferas a favor das transnacionais.

1994 — Goni, agente direto da Embaixada Americana, se lança contra os cocaleiros com seu plano “novo amanhecer”. A resistência camponesa se desata a partir da luta dos camponeses produtores de coca na zona do Chapare. Essa resistência é dirigida pelo líder cocaleiro Evo Morales que é preso por essas ações. Também surge uma resistência à venda do gás e às empresas de transporte, sendo derrotados estes movimentos.

1997 — Acaba o mandato de Goni provocando um massacre sangrento contra os mineiros de Amaya Pampa e Capasirca, próximo a Potosí. Nas eleições nacionais, com um discurso contra o governo anterior, ganha Hugo Bánzer. Este é eleito no Congresso com o apoio de Jaime Paz Zamora e de partidos populistas. Porém, a estratégia do novo governo é destruir o movimento cocaleiro, que enfrenta os sangrentos planos imperialistas de erradicação da coca. Ganha força o partido camponês, MAS, liderado por Evo Morales, que já conta com 4 parlamentares.

2000 — Em abril, estoura uma insurreição vitoriosa em Cochabamba contra a presença da transnacional Bechtel que pretendia privatizar a água. Se fecha a etapa reacionária e claramente começa uma etapa revolucionária. O Estado aprofunda sua crise, a polícia se amotina, derrota-se o estado de sítio. Outra vez o problema do

poder se põe no centro da cena da luta de classes. Porém, o XII Congresso da COB não reflete esta mudança, pois mantém as direções governistas. Em setembro estouram novas mobilizações, principalmente no setor rural do Chapare e no altiplano, encabeçadas por Felipe Quispe (Mallku).

2001 — Novas greves aprofundam a crise do governo, e o põem à beira do abismo. Bánzer, gravemente doente, entrega o poder a Tuto Quiroga, o vice-presidente. Este consegue resolver a crise com a aberta colaboração das direções da COB, da CSUTCB, de Morales e Quispe que viabilizam a saída eleitoral.

2002 — Eleições nacionais, vitória de Gonzalo Sánchez de Lozada. O ascenso das massas se reflete de maneira distorcida na grande votação do MAS que só não ganhou a eleição pela fraude escandalosa. O Congresso elege Goni presidente, contra Evo.

2003 — Ano das mais importantes revoluções: Fevereiro, a partir de um motim policial as massas derrotam um “impostação” do governo. Com um saldo de mais de trinta pessoas assassinadas pelo regime. Goni é um cadáver político. As massas tomam a iniciativa política e se lançam à greve, bloqueios. Entra em cena a classe operária urbana. O XIII Congresso da COB, em agosto, encerra seus trabalhos com uma vitória depois de derrotar as direções oficialistas. É eleito Jaime Solares, que impulsiona mobilizações contra a venda do gás, contra a ALCA. Em setembro, a luta recrudescer, se produzem massacres em Warisata, que precipita um ampliado da COB que declara a greve geral com a palavra de ordem Fora Goni. Em

Outubro, acontece a grande insurreição que derruba o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada. O problema do poder se põe de forma evidente, novamente a COB recupera seu peso como órgão de poder das massas. O saldo de mortos é de 80 e mais quatrocentos feridos. O epicentro da luta é a cidade de El Alto. A burguesia, o imperialismo com apoio das direções majoritárias do movimento de massas, desviam o curso da revolução operária e socialista em curso a uma saída constitucional, assumindo o vice-presidente Carlos Mesa. Em 2005, una nueva oleada de protestas contra Carlos Mesa (quien se negaba a nacionalizar los hidrocarburos) forzó también su renuncia. 2005 - La energía revolucionaria que amenazaba con disolver el Estado burgués fue canalizada hacia la vía electoral. El Movimiento al Socialismo (MAS), liderado por el dirigente cocaleiro Evo Morales, se presentó como la única alternativa institucional viable para pacificar el país. En las elecciones de diciembre de 2005, Morales capitalizó el descontento y ganó con un histórico 53,7% de los votos. Este triunfo electoral operó como una desviación del proceso insurreccional: la lucha por el poder en las calles se transformó en la gestión del aparato estatal burgués existente. Como produto desse ascenso, canalizado para a democracia burguesa, Evo teve o governo mais duradouro de todos os governos de conciliação de classes da América Latina, por três mandatos sucessivos (2005-2019). Pela pressão do ascenso foram renacionalizadas as minas e se instalou uma Assembleia Constituinte que, entre outras conquistas, decretou um estado plurinacional no país, velha

aspiração dos povos indígenas.No entanto, exatamente como os demais governos de conciliação de classes, Evo governou para a burguesia e as multinacionais, e fez algumas concessões para as massas.Se aproveitou do boom das commodities para fazer algumas concessões ao movimento de massas, como o Bonus Juancito Pinto (para reduzir a deserção escolar), o Bono Juana Azurduy (para mulheres gestantes) e a Renda Dignidade (uma pensão para a velhice) , que reduziram a pobreza e dinamizaram o mercado interno.Ao mesmo tempo, Evo assegurava grandes lucros para as multinacionais. Ele não só governou com as multinacionais norte-americanas. Foi também um agente para a entrada na Bolívia do imperialismo chinês, passando para uma multinacional chinesa o lítio boliviano.Com o fim do boom das commodities, a Bolívia entrou em declínio econômico e o desgaste do governo de Evo se acentuou. Ele buscou se perpetuar no poder, não aceitando inclusive o resultado de um plebiscito (2016) que o impedia de se reeleger.

2019 — Nas eleições de 2019, houve enormes denúncias de fraudes. Se aproveitando da crise política, um golpe de direita derruba Evo Morales , assumindo o governo interino de direita de Jeanine Áñez, que depois buscou se perpetuar no poder.2020 – Uma gigantesca mobilização derrota o golpe em agosto de 2020, mediante um bloqueio de estradas que paralisou o país obrigou o governo a marcar uma data para as eleições. Em outubro de 2020, o Movimento para o Socialismo (MAS) retornou ao poder por meio das urnas. Luis Arce Catacora, ex-ministro da Economia durante o governo de Evo Morales, venceu a eleição com

55,1% dos votos, mostrando a rejeição da população ao golpe de direita.Mas o declínio econômico se acentuou, e o governo de Arce se desgastou rapidamente com novos planos neoliberais. Houve uma divisão no MAS, com um forte enfrentamento entre Evo e Arce, em uma batalha pela definição de quem seria o candidato nas eleições seguintes. Isso levou afinal a divisão do MAS.

2025 — Nas eleições de 2025, Arce teve 2,48% dos votos e Evo não conseguiu se candidatar, chamando a abstenção. O vitorioso foi Rodrigo Paz, com um discurso de “conciliação” entre as candidaturas de Arce e da ultra direita Jorge Quiroga (um ex-presidente).Paz foi empossado em novembro de 2025. Em dezembro, implementou um mega decreto neoliberal (5503), que acabava com os subsídios aos combustíveis (com aumento de 86% no preço da gasolina e de 160% no diesel) congelou salários públicos, recortou os gastos do Estado e desregulou a economia para abrir os recursos estratégicos ao capital multinacional (incluindo o disputado lítio).

2026 — Uma gigantesca mobilização de mais de 500 mil pessoas chamada pela COB, obrigou o governo a recuar, impondo a primeira derrota ao governo.Em março, Paz participou em Miami no encontro com Trump e os governos de ultradireita da América Latina (incluindo Milei, Bukele, Noboa, Katst e outros) que criou o “Escudo das Américas”, que cria uma aliança militar que permite uma intervenção dos Estados Unidos para “combater o narcoterrorismo” na América Latina.O governo seguiu atacando os trabalhadores e gerando mobilizações setoriais

crescentes. Em 1 de maio, a COB dirigiu um cabildo (assembleia popular) que decretou uma greve geral indefinida e o corte das estradas pelos camponeses. ■

BOLÍVIA: A DIREÇÃO DA COB NEGOCIA, TRAI O MOVIMENTO E O GOVERNO DECLARA ESTADO DE EXCEÇÃO

LENA SOUZA
20 DE JUNHO, 2026

Após 49 dias de uma das maiores mobilizações dos últimos anos, a direção da Central Operária Boliviana (COB) participou de um diálogo com o governo de Rodrigo Paz (18/06) e abandonou a exigência de sua renúncia, que havia sido aprovada em assembleias nacionais anteriores. Apresentaram-se como representantes de todos os setores mobilizados e condicionaram a continuidade das negociações à libertação dos detidos. No entanto, apenas um dia depois (19/06), assinaram um acordo com o governo que sequer garante a libertação dos detidos.

Essa decisão não conta com mandato e aprovação das bases que sustentavam a luta. De fato, a própria base operária e mineira da COB já havia reduzido significativamente sua participação nas mobilizações, enquanto organizações camponesas e indígenas continuavam a manter a maioria dos bloqueios de estradas e a pressionar o governo. Nem a Federação Tupac Katari nem a Confederação Unificada dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) participaram do processo de negociação. Ambas as organizações denunciaram a falta de consulta e mantiveram suas táticas de pressão. A decisão de negociar foi tomada pela direção da COB (Central Operária Boliviana), desconsiderando os sacrifícios de milhares de mobilizados e arrogando para si uma representação que já não exercia na prática. Essa mudança política desarmou a luta justamente no momento em que o governo vivenciava sua maior crise, favoreceu a divisão dentro do movimento e abriu caminho para uma nova ofensiva repressiva contra o movimento popular.

ACORDOS PRELIMINARES COM OS MINEIROS

A direção da COB e os dirigentes do setor mineiro estatal chegaram a acordos com o governo antes que as organizações camponesas e indígenas pudessem discutir coletivamente os rumos da mobilização. Os mineiros de Colquiri e Huanuni, que constituem o setor mais importante e influente da Central Operária Boliviana (COB) em seus órgãos decisórios, chegaram a acordos com o Poder Executivo nos dias 17 e 18 de junho, antes de a COB assinar o acordo geral e convocar oficialmente o fim dos bloqueios. Em outras palavras, fica nítido que a direção da COB criou as condições para impedir qualquer questionamento por parte de sua principal base.

Durante semanas, trabalhadores, setores populares, camponeses e indígenas mantiveram bloqueios de estradas e manifestações, enfrentando repressão, escassez e enormes dificuldades econômicas. A força demonstrada pela base encurralou o governo. Contudo, embora os setores camponeses e indígenas continuassem a manter a maioria dos bloqueios e exigissem discussões coletivas sobre os próximos passos, a direção da COB não convocou uma ampliación do movimento, não fez nenhuma tentativa de manter os setores fabril, mineiro e educacional unidos ao movimento popular, indígena e camponês, e optou, em vez disso, por canalizar a força dos bloqueios para a negociação e a desmobilização, priorizando os acordos alcançados por sua principal base operária e agindo sem o mandato de todos os setores mobilizados.

O ACORDO DA COB COM O GOVERNO NÃO GARANTE A LIBERTAÇÃO DOS PRESOS,

NENHUMA DEMANDA IMEDIATA E CONCEDE AO GOVERNO UM PRAZO DE 90 DIAS

O conteúdo do acordo revela a verdadeira natureza da negociação. A profundidade da capitulação da direção da COB ficou evidente em seu tratamento aos detidos. Apenas dois dias antes da assinatura, a própria direção da central havia declarado que a libertação dos presos era uma condição fundamental para o avanço do diálogo e que, sem esse “primeiro passo” do governo, qualquer acordo seria visto como uma traição pelas bases. No entanto, o documento final não garante a libertação de nenhum dos detidos, não estabelece prazos, nem prevê a retirada das acusações ou o encerramento dos processos judiciais. O acordo limita-se à criação de uma comissão composta pelo governo, pela COB e pelo Ministério Público para “gerir a libertação” e analisar os casos individualmente.

Nenhuma das principais reivindicações da mobilização tem uma resposta imediata. O governo obteve um prazo de 90 dias para estudar as reivindicações e elaborar propostas, sem se comprometer a resolver a crise econômica ou a atender às reivindicações por salários, abastecimento, emprego e condições de vida.

Na prática, a direção da COB deu ao governo o tempo necessário para se reorganizar politicamente e retomar a iniciativa.

COMUNIDADES CAMPONESAS E INDÍGENAS REJEITAM O ACORDO.

O acordo foi recebido com

rechaço por diversos setores camponeses e indígenas, que denunciaram a falta de consulta e questionaram a decisão da direção. A direção da COB foi rotulada de traidora do movimento. Organizações de base afirmam que o fim das medidas de pressão ignora o sacrifício de milhares de manifestantes mobilizados e rompe com o acordo de unidade construído durante quase sete semanas de luta.

As organizações camponesas e indígenas foram as principais forças motrizes da mobilização nacional. Sua participação nos bloqueios, marchas e confrontos com as forças repressivas foi crucial para sustentar o movimento. Portanto, a exclusão desses setores das decisões estratégicas reflete uma profunda crise de representatividade dentro da própria direção da COB.

A resistência da base demonstra que a luta não foi derrotada. O que está em jogo é a orientação de uma direção que decidiu negociar de cima para baixo e sem o mandato daqueles que mantiveram a mobilização nas ruas e estradas.

O GOVERNO APROVEITA-SE DA DIVISÃO CAUSADA PELA DIREÇÃO DA COB E DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA

A decisão da direção da COB de desmobilizar e dividir o movimento foi imediatamente explorada pelo governo. Mal recuperou espaço para manobras políticas, o Poder Executivo decretou estado de emergência, ampliando os poderes repressivos do Estado e permitindo maiores restrições às liberdades democráticas.

O governo pretende usar o estado de exceção para restaurar a autoridade estatal, conter novos protestos e disciplinar os setores que permanecem mobilizados. A ofensiva do governo confirma que as negociações da COB não levaram a um resultado favorável para os trabalhadores e as comunidades rurais. Pelo contrário, a desmobilização enfraqueceu a capacidade de resistência e facilitou a iniciativa repressiva do Poder Executivo.

Neste momento, mesmo antes de o estado de exceção ser submetido à Assembleia Nacional para aprovação, notícias indicam o envio de forças militares para diversas regiões do país em pontos de bloqueios de estradas, bem como a perseguição e as tentativas de captura de dirigentes do movimento.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL TORNA-SE CADA VEZ MAIS NECESSÁRIA

A declaração de estado de exceção pelo governo Rodrigo Paz marca uma nova escalada na ofensiva repressiva contra o movimento popular. Com essa medida, o Poder Executivo busca conceder a si mesmo maiores poderes para dismantelar mobilizações, criminalizar protestos e garantir a intervenção de forças repressivas contra camponeses e povos indígenas que continuam lutando e mantendo os bloqueios. Ao mesmo tempo, a traição da direção da COB, ao abandonar a exigência de renúncia do governo, sentar-se para negociar e pedir o fim das medidas de pressão, enfraquece a resistência e deixa os setores mobilizados mais expostos aos ataques do Estado.

Nessas condições, a solidariedade internacional torna-se essencial. Organizações operárias, populares, camponesas, indígenas, estudantis e de direitos humanos em toda a América Latina e no mundo devem se manifestar contra o estado de exceção, denunciar qualquer tentativa de repressão e apoiar ativamente a luta do povo boliviano. Diante do isolamento que o governo e as direções conciliatórias buscam impor, é necessário fortalecer uma ampla campanha internacional de solidariedade com aqueles que continuam a enfrentar as políticas de austeridade e fome.

É NECESSÁRIO CONSTRUIR UMA DIREÇÃO ALTERNATIVA

A luta destes últimos 49 dias demonstraram um enorme espírito combativo entre trabalhadores, camponeses e povos indígenas. Também expôs as limitações de uma direção que, quando o governo estava mais fragilizado, optou por salvá-lo por meio de negociações e concessões.

A experiência oferece uma lição fundamental: nenhuma saída favorável para as maiorias exploradas e oprimidas pode depender de direções que subordinam a luta a acordos com os governos no poder. Contudo, a própria Central Operária Boliviana (COB), devido à sua composição histórica e social, permanece potencialmente um espaço onde a força organizada da classe trabalhadora, do campesinato e dos movimentos populares do país se expressa, podendo, portanto, constituir uma base para um poder alternativo das maiorias oprimidas. Mas esse potencial só pode ser realizado em condições de democracia operária

e controle efetivo da base sobre a sua direção. Enquanto a direção da COB agir de forma desvinculada das decisões coletivas e sem controle efetivo daqueles que sustentam as mobilizações, seu papel continuará sendo o de mediar e conter a luta, mesmo em momentos decisivos.

Portanto, não se trata simplesmente de trocar nomes na direção mas de construir uma nova direção verdadeiramente democrática, revolucionária e socialista, independente dos setores governamental e empresarial, que responda exclusivamente às decisões soberanas da base mobilizada.

A tarefa imediata é reorganizar a resistência e fortalecer a coordenação entre os trabalhadores, camponeses e povos indígenas e preparar novas instâncias de deliberação. A força demonstrada pela mobilização nacional permanece. O que se faz necessário é uma direção consequente, disposta a levar a luta até o fim e a construir um caminho para os trabalhadores e povos da Bolívia.



CORREIO

INTERNACIONAL





CORREIO

INTERNACIONAL

Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional
Acesse as publicações da LIT-CI em:
www.litci.org